



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Instituto de Psicologia
Departamento de Psicologia Clínica
Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica e Cultura

Timoteo Madaleno Vieira

CONJUGALIDADE E DIVÓRCIO NO MUNDO EVANGÉLICO:
DESTRADICIONALIZAÇÕES E FORMAÇÕES DE UM MODELO HEDOCULTURAL

Brasília, dezembro de 2014

Timoteo Madaleno Vieira

CONJUGALIDADE E DIVÓRCIO NO MUNDO EVANGÉLICO:
DESTRADICIONALIZAÇÕES E FORMAÇÕES DE UM MODELO HEDOCULTURAL

Trabalho apresentado como requisito para obtenção do título de Doutor pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica e Cultura, do Departamento de Psicologia Clínica, Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília - UnB.

Orientadora: Gláucia Ribeiro Starling Diniz, PhD.

Brasília, dezembro de 2014

Ficha Catalográfica

Universidade de Brasília
Instituto de Psicologia
Departamento de Psicologia Clínica
Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica e Cultura

CONJUGALIDADE E DIVÓRCIO NO MUNDO EVANGÉLICO:
DESTRADICIONALIZAÇÕES E FORMAÇÕES DE UM MODELO HEDOCULTURAL

Timoteo Madaleno Vieira

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof^ª. Glauca Ribeiro Starling Diniz, Ph.D.
Orientadora – Presidente

Prof. Dr. Orestes Diniz Neto
Membro Externo - UFMG

Prof. Dr. Claudio Ivan de Oliveira
Membro Externo - PUC-GO

Prof. Dr. Mauricio Neubern
Membro Interno - UnB

Prof. Marcelo Tavares, Ph.D.
Membro Interno - UnB

Prof. Dr. Jorge Ponciano Ribeiro
Membro Suplente - UnB

À minha esposa Glaucia e à minha filha Sophia, as mulheres da minha vida e minha família. Com elas aprendo e reaprendo a amar, amando.

Agradecimentos

Aos meus mestres Claudio Ivan e Anderson C. Pires. Sem vocês eu estaria, há muito tempo, parado à beira do caminho da vida. O legado e as vozes de vocês estão e estarão sempre comigo.

Ao Prof. Anderson C. Pires, pela disposição sempre generosa e paciente. Acima de tudo, obrigado pelo exemplo de vida e pela paternidade na fé. Obrigado por todas as orientações. Obrigado pelo abraço mais apertado que eu já recebi.

Ao Prof. Claudio Ivan: obrigado pelo modelo de vida cristã, de sabedoria e de excelência acadêmica. A sua coragem me constrange e me inspira no trabalho de autoconstrução e reconstrução, rumo ao alvo que me foi ensinado. A estrada é longa, eu sou lento, mas chegarei lá.

À minha belíssima e querida esposa Glaucia, pelos inúmeros sacrifícios feitos para que eu me dedicasse à construção deste trabalho. O meu amor por você é uma das maiores forças motivadoras da minha vida. Obrigado por suportar minhas ausências, bem como os altos e baixos da minha caminhada. Eu te amo profunda e irrestritamente!

À minha querida e doce filha Sophia, por encher o meu mundo de sorriso, beleza e carinho. Obrigado, pequenina, por produzir movimentos tão encantadores na minha vida. A sua existência, pura e simplesmente, é uma dádiva de valor inestimável. Um dia você irá entender por que o papai precisou se isolar, enquanto você gostaria tanto que brincássemos juntos. A sua presença é um privilégio e um prazer imenso. Meu amor por você é indescritível!

Aos meus pais Nilton e Erlijane, casal exemplar e as primeiras pessoas que vi aconselhando casais. Vocês são PESSOAS e pais extraordinários! Obrigado por tudo, mas especialmente por terem plantado em mim sementes de afeto, fé e esperança.

Aos meus avós, pela torcida incansável, pelo afeto inesgotável, por tudo são para mim.

A todos os meus alunos. Vocês são oportunidades valiosas para que eu possa doar um pouco do que recebi e continuo recebendo ao longo da minha formação e nas minhas experiências de vida.

Aos professores da área de educação do IFG Campus Goiânia, em especial à Profa. Gizele Parreira e aos professores Roni Krause e Weder Freitas. Vocês ajudaram mais do que imaginam.

A todos os participantes que generosamente aceitaram fazer parte deste estudo e corajosamente compartilharam suas opiniões, sentimentos, crenças e histórias de vida.

À Profa. Glaucia Ribeiro Starling Diniz, por ter aceitado o desafio de me orientar já no avançar do prazo. Obrigado pela compreensão e generosidade nos momentos mais difíceis. Obrigado pelas contribuições com correções detalhadas de cada frase desta tese.

Ao meu tio Waldeir Madaleno, ao meu irmão caçula Jonatas Madaleno e à sua esposa Adriele Oliveira. Obrigado por terem me acolhido com tanto carinho e conforto em Brasília.

Aos que mediaram o meu contato com os entrevistados.

À CAPES pela bolsa a mim concedida.

*It's a sin that somehow
Light is changing to shadow
And casting it's shroud
Over all we have known
Unaware how the ranks have grown
Driven on by a heart of stone
We could find that we're all alone
In the dream of the proud*

(Trecho da música: *On the turning away*)
By Pink Floyd

RESUMO

Esta tese teve como objetivo analisar a crise do modelo tradicional de casamento evangélico e o surgimento de um modelo hedocultural. Usou como referência teórica o conceito de destradicionalização, de Anthony Giddens, para tratar a decadência da influência das tradições na ordem social vigente. Nesta tese o conceito foi utilizado para compreender uma realidade específica: o casamento evangélico convencional. A crise das tradições religiosas aceleradas pelo contexto da globalização favoreceu a formação de uma sociedade hedocultural. Essa sociedade é marcada por uma mudança de paradigma ético: a rejeição de uma ética do limite e a ascensão de uma ética do prazer. Essa mudança implica na formação de uma nova subjetividade, que produz impacto direto sobre as relações conjugais. O estudo focou dois segmentos evangélicos: igrejas históricas e pentecostais clássicas. As históricas foram representadas pelas igrejas Presbiteriana e Batista. A Assembleia de Deus representou os pentecostais. Pastores, além de homens e mulheres evangélicos divorciados foram entrevistados em cada uma dessas igrejas. A tese é o resultado de uma pesquisa qualitativa. Ela está dividida em cinco partes. Três delas foram apresentados em forma de artigos científicos. Os resultados reforçaram a hipótese de que o modelo tradicional/convencional está em crise, cedendo espaço para um modelo hedocultural de casamento nas igrejas evangélicas estudadas. Espera-se que este trabalho possa contribuir para a compreensão da realidade conjugal dos evangélicos em um contexto de crise. Outra contribuição esperada é o despertar do interesse de terapeutas de casais e família e de outros psicólogos e pesquisadores para o estudo dessa população específica, que apresenta forte crescimento no cenário brasileiro e latino-americano.

Palavras Chave: Destradicionalização; Sociedade Hedocultural; Igrejas Evangélicas Brasileiras; Conjugalidade; Divórcio.

ABSTRACT

The objective of this Dissertation was to analyze the crisis in the traditional model of evangelical marriages and the uprising of a hedocultural model. The main theoretical reference was the concept of *traditionlessness* used by Anthony Giddens to refer to the decadence of the influence of traditions in present societies. In this Dissertation the concept was used to understand a specific reality: conventional evangelical marriages. The crisis in religious traditions was accelerated by the globalization context which favored the formation of a hedocultural society. Such society is marked by a change in its ethical paradigm: the rejection of an ethic of limits gave place to an ethics of pleasure. This change implies a formation of a new subjectivity, which produces a direct impact in marital relationships. The study focused on two evangelical segments: the historic churches and the classical Pentecostal churches. The historical churches were represented by the Presbyterian and the Baptist Churches. Assembly of God represented the Pentecostal Churches. Pastors as well as divorced men and women were interviewed in each church. The Dissertation is the result of a qualitative research study. It was divided in five sections. Three of them are presented in the format of scientific articles. The results confirmed the initial hypothesis that the traditional/conventional model is under crisis and it is opening space for a hedocultural type of marriage in the evangelical churches studied. The hope is that the study may contribute to the understanding of the reality of evangelical marriages in this context of social crisis. The other contribution expected is that it may raise the interest of marriage and family therapists as well as of other psychologists/researchers in studying this specific population that is growing strongly in Brazil and in other Latin American countries.

Key words: Traditionlessness; Hedocultural Society; Evangelical Churches in Brazil; Conjuality; Divorce.

Sumário

Introdução Geral: Conceitos e contextualizações	12
Referências.....	21
Capítulo I: Matrimônio, tradição e mudança no mundo evangélico brasileiro.....	24
RESUMO.....	24
ABSTRACT	25
O Modelo Convencional de Casamento Evangélico	27
Principais bases histórico-culturais e teológicas do modelo convencional de casamento evangélico.....	29
Síntese do Modelo Convencional de Casamento Evangélico no Brasil.....	39
Mudança Cultural: A Ascensão de um Novo Modelo de Casamento Evangélico	40
A Sociedade Hedocultural e o Novo Mundo Evangélico Brasileiro	43
Elementos Definidores do Novo Modelo de Casamento Evangélico.....	45
Reflexões e Apontamentos sobre o Novo Modelo de Matrimônio Evangélico.....	49
Referências.....	52
Capítulo II: Conjugalidade e Individualidade em uma Sociedade Hedocultural: a destradicionalização vista por evangélicos divorciados.....	59
RESUMO.....	59
ABSTRACT	60
Objetivos do Trabalho.....	62
Universo da Pesquisa	62
Referencial Teórico e Bibliográfico	64
Identidade, instabilidade e a transformação da conjugalidade	69
Racionalidade do prazer e a destradicionalização da conjugalidade evangélica.....	74
Método ..	81
Participantes.....	82
Ambiente, Materiais e Equipamentos	82

Procedimentos Éticos.....	83
Procedimentos de Coleta de Dados.....	83
Procedimentos de Análise dos Dados	84
Resultados e Discussão	85
Perfil sociodemográfico	85
Categoria de análise 1: Opiniões sobre o casamento evangélico atual	91
Categoria de análise 2: Fatores que têm levado evangélicos a se divorciarem	96
Categoria de Análise 3: Condições para aceitação do divórcio entre evangélicos	100
Categoria de análise 4: Opiniões sobre o novo casamento de evangélicos divorciados.....	106
Categoria de análise 5: Análise das histórias de crise conjugal e divórcio.....	102
Categoria de análise 6: A relação com a autoridade pastoral	110
Categoria de análise 7: A procura de participantes evangélicos por terapia	112
Categoria de análise 8: Impacto do divórcio sobre os filhos	115
Reflexões e considerações gerais das mulheres e dos homens entrevistados	119
Conclusão.....	123
Referências.....	131
Capítulo III: Dilemas entre a tradição e a ruptura: O casamento evangélico atual visto por pastores	136
RESUMO.....	136
Objetivos do Trabalho.....	140
Universo da Pesquisa	141
O pastor presbiteriano	142
O pastor batista	143
O pastor da Assembleia de Deus.....	144
O posicionamento de pastores acerca do casamento: referencial teórico	144
O pastor evangélico: sua origem, sua autoridade e seu trabalho	145
O aconselhamento pastoral	147
Dilemas e rupturas: a crise de legitimidade da autoridade pastoral	149
Método ..	152
Participantes.....	152

Ambiente, Materiais e Equipamentos	153
Procedimentos Éticos	153
Procedimentos de Coleta de Dados.....	154
Procedimentos de Análise dos Dados	154
Resultados e Discussão	155
“Se a gente falar biblicamente”: concepções do modelo tradicional de casamento.....	156
“A igreja tem sido formatada”: a destradicionalização na percepção dos pastores	157
“Não é o ideal, mas é a realidade”: a aceitação do divórcio e do novo casamento.....	159
“O casamento convencional está caindo em desuso”: percepções do etos dos fiéis.....	168
“Não há uma reação única”: análise das reações das comunidades evangélicas ao divórcio	170
“Procuram quando já se decidiram”: a crise de legitimidade da autoridade pastoral	173
“O que não foi perguntado, mas eu quero falar”: declarações espontâneas	179
Conclusão.....	186
Referências.....	193
Considerações Finais	198
Referências.....	207
APÊNDICE A – Termo de Aprovação do Comitê de Ética	209
APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Homens e Mulheres Divorciados	210
APÊNDICE C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Pastores	211
APÊNDICE D – Termo de Autorização para Utilização de Imagem e Som de Voz para fins de pesquisa.....	212
APÊNDICE E – Questionário Sociodemográfico e Experiencial	213
APÊNDICE F – Questionário Sociodemográfico Aplicado nos Pastores.	216
APÊNDICE G – Roteiro de Entrevista com Homens e Mulheres Evangélicos Divorciados.....	218
APÊNDICE H – Roteiro de Entrevista com os Pastores.	219

Introdução Geral: Conceitos e contextualizações

O aumento do número de casais em crise assim como de divórcios entre evangélicos tem sido motivo de preocupação entre líderes e autores desse segmento religioso. Uma das evidências desse processo/fenômeno é a variedade de publicações que apontam caminhos para o enfrentamento de crises e a manutenção das relações (Cardoso & Cardoso, 2012; Chapman, 2005, 2006, 2008; Kemp, 2008; Meyer, 2011). Algumas estatísticas divulgadas nas duas últimas décadas dão um suporte empírico a essa preocupação.

Dados dos dois últimos CENSOS (2000 e 2010) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2003, 2012) mostram altos índices de divórcio entre evangélicos. No Censo 2000, o número de evangélicos separados, desquitados e divorciados era de 8,6%. No Censo 2010 foram 10,7%. Esses percentuais estão próximos da população geral, que apresentaram aproximadamente 12% em 2000 e 14,6% em 2010. Uma pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha (2007) também revelou que mais de 50% dos evangélicos são favoráveis ao divórcio.

Entre os fatores apontados como possíveis determinantes deste fenômeno destaca-se a decadência da influência da tradição sobre o modo de pensar e agir dos crentes evangélicos. Esse fenômeno foi denominado por Giddens (1997) como destradicionalização. As opiniões dos evangélicos sobre o divórcio revelam que a mudança mais significativa está ocorrendo na subjetividade dessas pessoas. Trata-se de uma crise interna ao mundo evangélico, influenciada por pressões culturais externas oriundas do cenário global atual (Sung, 2005).

A destradicionalização não significa necessariamente a extinção das tradições, mas que há uma nova atitude e forma de coloca-las em questão e mesmo de reinterpretá-las. As tradições religiosas, que antes eram aceitas como referenciais sólidos e confiáveis, passaram a ser discutidas, questionadas, revistas e adaptadas. Isso significa que esses referenciais estão

perdendo o seu caráter de rigidez. Eles estão deixando de ser reconhecidos como verdades absolutas e imutáveis (Giddens, 1997; Siqueira, 2013).

Anthony Giddens (1997, 2007) utiliza o conceito de destradicionalização em um sentido amplo. Para ele, “o conceito refere-se a uma ordem social em que tradição muda o seu status” (p.8). Ele faz referência a uma realidade abstrata e abrangente: a ordem social vigente. O presente trabalho aplica esse conceito a um objeto mais estrito: o modelo convencional ou tradicional de casamento evangélico. Nesse sentido, o que se propõe é a compreensão do status atual da tradição evangélica do matrimônio, de base judeu-cristã, em igrejas brasileiras. Por destradicionalização do casamento convencional entende-se o afastamento em relação ao modelo da tradição judeu-cristã.

O questionamento da validade do conhecimento religioso é uma das principais marcas da modernidade. A partir dos ideais antropocêntricos e emancipatórios propagados no iluminismo, a heteronomia da tradição religiosa começou a perder a sua força. A liberdade para o uso da razão autônoma permitiu o desenvolvimento de novas formas de conceber a realidade, sem a necessidade de se apelar ao conhecimento religioso ou metafísico (Cassirer, 1994; Pires, 2009). As religiões tradicionais sempre resistiram aos processos emancipatórios modernos. A novidade está no fato de que essa resistência vem perdendo a sua efetividade. A religião tradicional está deixando de ser uma força influenciadora das disposições morais e cognitivas das pessoas. Isso tem acontecido, inclusive, dentro de igrejas evangélicas históricas e pentecostais (Souza, 2010).

No mundo evangélico tradicional os pastores e conselheiros assumiam a tarefa de interpretar, ensinar e aplicar as doutrinas. A autoridade desses líderes era reconhecida. O rigor moral estabelecido nos referenciais doutrinários de cada denominação era, portanto, preservado. A primazia da autonomia individual dos sujeitos sobre a autoridade dos líderes religiosos é uma característica que evidencia essa perda da rigidez (Giddens, 2007; Souza, 2010). A perda da

legitimidade da autoridade pastoral é parte do processo de destradicionalização, assim como as mudanças nas crenças e práticas relacionadas ao casamento e ao divórcio.

É importante situar essas mudanças no tempo/contexto social atual, que tem sido denominado por Zygmunt Bauman (2001) como Modernidade Líquida. A metáfora da liquidez aponta para o fato de que instituições, crenças e valores que eram rígidos estão se tornando flexíveis. A rigidez sugere algo com uma definição clara e fixa. A liquidez é a transformação do que era sólido, claro e fixo em algo mutante. O líquido não tem forma fixa, mas se amolda aos recipientes onde é colocado. As instituições religiosas tradicionais, como as igrejas evangélicas históricas e pentecostais clássicas, sempre tentaram manter as suas crenças e valores à parte das mudanças culturais. A base do sistema de crenças dessas instituições tinha uma natureza sólida. Elas se mantinham fixas porque se baseavam em verdades aceitas como absolutas e imutáveis. A destradicionalização, nesse sentido, é evidenciada na liquefação das fronteiras que separavam o pensamento e o etos religioso do não religioso (Souza, 2010; Pires, 2009).

No mundo evangélico tradicional as instituições sociais, tais como o casamento e a família, eram compreendidas a partir de um referencial teológico e moral com uma história milenar. Esse referencial era aceito como Palavra de Deus (Manucci, 2008). Devido a essa origem transcendente, não era permitido relativizar a sua autoridade. Ele assumia uma função nômica, isto é, de organizar e significar as experiências cotidianas a partir de um propósito. Na sociedade tradicional as instituições sociais, mesmo no ambiente laico, foram constituídas com forte influência de crenças religiosas. O casamento, devido a isso, assumia a função de organizar a vida social e dar às pessoas um senso de estabilidade (Féres-Carneiro, 2012). A destradicionalização tem como uma de suas principais consequências a instabilidade das identidades e das interações humanas. Decorre daí a possibilidade de questionar os dogmas

religiosos, o casamento e a família, o que resulta em um processo de complexificação da vida social (Giddens, 1997; Pires, 2013b).

De acordo com Giddens (2007) essa complexificação é um processo que foi acelerado a partir do fim da Guerra Fria e no avançar dos anos 1990. A queda do império soviético e a reunificação da Alemanha foram eventos históricos que marcaram essa mudança social em nível global. Foi a partir desse período que se começou a identificar nas ciências humanas, sociais e sociais aplicadas um novo fenômeno de amplitude global, denominado como Globalização (Bauman, 1999; Beck, 1999).

A Globalização é um fenômeno complexo e que não pode ser entendido de maneira unidimensional (Pires, 2010). O avanço das tecnologias da informação permitiu a interligação dos sistemas econômicos, políticos e sociais que antes mantinham maior distância entre si. Sociedades e culturas muito distintas começaram a compartilhar informações e a produzir novas possibilidades de interação. A partir de então foi viável falar em uma dimensão cultural da globalização (Beck, 1999).

A globalização cultural (Beck, 1999) é um fenômeno de grande relevância para a psicologia e para as ciências sociais. Essa relevância está no fato de que esse fenômeno está produzindo uma nova subjetividade coletivamente compartilhada. Essa nova subjetividade coletiva também implica em novos modos de se estabelecer interações sociais. No âmbito individual e no coletivo a flutuação tem sido apontada como a principal característica desse novo modo de pensar e de interagir (Giddens, 2007).

A globalização tem um efeito equivalente ao que foi analisado por Bauman (2001) através da metáfora do líquido. Esse fenômeno tem como uma de suas características a eliminação dos limites e fronteiras que mantinham a rigidez das orientações tradicionais. Novas possibilidades e exigências surgem a todo instante, tornando obsoleto tudo que se mantém

estável e rígido. Para se adaptarem a esse tipo de ambiente sociocultural as pessoas e as relações interpessoais estão se tornando mutantes (Bauman, 2004; Pires, 2014a; 2011). No mundo evangélico, as mutações acontecem tanto em nível subjetivo como institucional. Esse não é, entretanto, um cenário homogêneo. As contradições são evidentes, tornando a análise do cenário mais complexa.

Giddens (2007) argumenta que a globalização produz efeitos contraditórios. Um deles é a flexibilização de antigos sistemas rígidos, como é o caso das doutrinas evangélicas tradicionais. Outro fenômeno é a produção de fundamentalismos. Ao se sentirem ameaçados pelas mudanças, alguns sistemas e grupos se fecham e endurecem ainda mais para sobreviverem e afirmarem sua legitimidade (Bauman, 1999). Os dois fenômenos têm sido observados no mundo evangélico brasileiro atual (Ribeiro, 2013). Este trabalho se interessa especificamente pelo primeiro efeito ou fenômeno, que será identificado através do conceito de destradicionalização (Giddens, 1997). A flexibilização dos referenciais tradicionais tem sua expressão mais importante na desescatologização, que resulta na definição de uma meta máxima de vida: a felicidade imediata.

As mudanças na vida social e na subjetividade podem ser compreendidas a partir de uma nova fonte motivacional predominante no mundo atual: a racionalidade do prazer. Essa racionalidade é a força motriz dos movimentos humanos realizados em uma Sociedade Hedocapitalista ou Hedocultural (Pires, 2013a). Trata-se de uma sociedade hedocultural porque o hedonismo se tornou uma marca psicológica compartilhada coletivamente. A felicidade, nessa sociedade, é definida pela obtenção do prazer e pela repulsa ao sofrimento.

Hedonismo é um conceito derivado do grego *hedoné*, que significa prazer (Neri, 2004). A filosofia de vida preconizada por esse conceito afirma que “o bem se identifica com o prazer” (p.74). O bem, portanto, passa a ser aquilo que é considerado bom (prazeroso) por cada pessoa. O que causa dor ou desconforto é identificado com o mal. De acordo com Neri (2004) essa é

uma forma de “hedonismo psicológico que deu origem a um hedonismo ético” (p.75). Isso significa dizer que está emergindo uma nova ética, em que o bem passa a ser confundido com o que é bom/prazeroso para o indivíduo.

Zygmunt Bauman (1998) utilizou o conceito de experiências máximas, de prazer máximo, para tratar dessa busca compulsiva por experiências prazerosas cada vez mais intensas. A vida em uma sociedade hedocultural é significada por essa busca. Pires (2013a) define a força motriz da subjetividade nessa sociedade como racionalidade do prazer. As pessoas se articulam no uso dos recursos, simbólicos ou não, em função do acúmulo de experiências prazerosas.

As igrejas evangélicas não estão conseguindo ficar imunes às influências desse novo ambiente sociocultural. As rígidas bases doutrinárias sobre as quais elas se sustentam estão passando por um processo de relativização (Lopes, 2008; Sider, 2005; Souza, 2010). Essas igrejas continuam a existir, mas o etos dos seus fiéis parece estar se distanciando dos seus referenciais tradicionais. O espaço litúrgico tem assumido a forma de espetáculo e a linguagem religiosa está adquirindo uma estética mais atraente. Têm sido acrescentados atrativos que tornam mais prazerosa a experiência das pessoas no ambiente da igreja e do culto (Correa, 2006; Moura, 2008). Devido a isso, Pires (2014b) considera que a religião tradicional, imbuída do seu sentido escatológico, chegou ao seu ocaso.

Mesmo nas igrejas que ainda mantêm a formalidade tradicional, a afirmação litúrgica de crenças religiosas não significa que tais crenças são assumidas cotidianamente ou que estejam presente nas escolhas e decisões que a pessoa toma. Esse processo pode estar produzindo um novo dilema/desafio para os pastores e conselheiros evangélicos: sustentar as orientações tradicionais ou ceder/atender às demandas de autogratificação hedônica dos seus fiéis. É nesse contexto complexo e desafiador que surgem questões relevantes acerca do casamento evangélico convencional/tradicional na atualidade (Souza, 2010; Sung, 2005).

As reflexões acerca do processo de oposição entre os modelos tradicionais e as tendências hedoculturais acima descritas foram o ponto de partida para a construção desta tese. As igrejas evangélicas históricas e pentecostais clássicas adotavam referenciais tradicionais para delimitação do seu modelo de casamento e de família. A concessão do divórcio era evitada. Neste trabalho, interessa investigar especificamente a relação entre tais mudanças culturais e a conjugalidade dos evangélicos, assim como conhecer a postura dos pastores acerca desse processo, da concessão do divórcio e da reconstrução da vida conjugal.

A tradição continua sendo evocada em alguns discursos, mas ocorrem dois fenômenos que a contradizem: 1) são feitas novas interpretações da tradição em função de se atender ao ideal de vida feliz da sociedade hedocultural; 2) nas comunidades mais conservadoras ocorre uma ruptura entre o discurso oficial e o etos dos fiéis (Lopes, 2008). O novo modelo de casamento em ascensão apresenta, portanto, um misto de características tradicionais e não tradicionais. Esse misto de características configura um estado de indefinição que resulta na falta de um modelo claro de referência. A indefinição evidencia que a tradição, de fato, pode estar sendo abandonada. A revisão e reformulação de princípios tradicionais resulta no surgimento de um processo de transição que implica no questionamento e posterior abandono de um referencial e na construção de um novo. Um dos objetivos deste trabalho é identificar a existência ou não desse processo de transição.

Uma importante contribuição deste trabalho se dá pela análise da conjugalidade a partir das perspectivas de evangélicos divorciados e de pastores brasileiros pertencentes a importantes denominações. Nesse contexto social de mudanças, torna-se relevante conhecer e considerar as percepções e opiniões de evangélicos que passaram pela experiência do divórcio, bem como dos pastores, que são os principais formadores de opinião e conselheiros nesse universo religioso.

O entendimento do surgimento de um novo modelo de casamento e do modo como esse fenômeno tem afetado evangélicos brasileiros pode contribuir significativamente com o trabalho de ajuda psicológica e aconselhamento prestado a esse público. São raros os trabalhos de pesquisa em psicologia que abordam o público evangélico no Brasil. Esse público, entretanto, representa uma parcela significativa da população brasileira atual. O número de evangélicos identificados no Censo 2010 foi de 42,3 milhões, representando 22,2% da população brasileira.

O fato é que desse conflito entre o tradicional e os ideais hedoculturais estão surgindo novas demandas que provavelmente serão levadas aos terapeutas conjugais e familiares, assim como para conselheiros religiosos. É fundamental, portanto, pesquisar e refletir sobre tais demandas.

O corpo desta tese foi composto, além desta introdução geral e das considerações finais, por mais três capítulos. Os capítulos I, II e III foram apresentados em formato de artigo científico. As considerações finais retomam os pontos centrais de todo o trabalho e apresentam as hipóteses que foram verificadas a partir dos dados coletados por meio das entrevistas.

O Capítulo I é de natureza teórico-conceitual. Ele apresenta definições e reflexões sobre o modelo convencional/tradicional de casamento evangélico a partir de suas bases históricas, teológicas e culturais. Em contraste, a segunda parte do artigo reflete acerca das mudanças culturais no mundo atual e suas influências para a formação de um novo modelo de casamento evangélico no Brasil. As características de cada modelo e os tipos de influência produzidos na subjetividade por cada um deles são abordadas. Para atender aos seus objetivos o artigo adota uma base teórica interdisciplinar, a partir do exame de textos de psicologia, sociologia, antropologia, história e teologia.

O Capítulo II apresenta os resultados de uma pesquisa qualitativa com três homens e três mulheres evangélicos divorciados. Os dados foram coletados por meio de um questionário

sociodemográfico e entrevistas. O artigo aborda, introdutoriamente, os problemas na interação entre individualidade e conjugalidade, situando a questão no tempo social e no momento cultural atual. A parte empírica do artigo analisa as opiniões dos participantes acerca do casamento, das causas do divórcio e dos motivos que levaram ao novo casamento. As experiências de crise conjugal e divórcio foram relatadas.

No terceiro capítulo foram analisadas as opiniões de nove pastores evangélicos sobre o casamento, o divórcio e a possibilidade de novo casamento. Inicialmente o artigo reflete sobre o papel e o trabalho dos pastores evangélicos, bem como sobre a crise de legitimidade da autoridade pastoral. Os pastores são, de modo geral, considerados líderes, formadores de opinião e conselheiros. Reflexões acerca de sua função, assim como suas opiniões sobre a conjugalidade e o divórcio em suas igrejas são importantes para a compreensão das mudanças que estão ocorrendo no mundo evangélico brasileiro e na sociedade em geral. A da experiência dos nove pastores ofereceu uma visão geral de problemas em torno da conjugalidade e do divórcio nas denominações evangélicas dos entrevistados e mostraram que eles estão cientes das pressões culturais atuais que afetam o comportamento dos fiéis.

Após os três artigos acima descritos, seguem as considerações finais acerca do trabalho. Essa parte retoma e interliga as reflexões teóricas realizadas ao longo de todo o texto com a pesquisa qualitativa que buscou identificar dimensões da experiência cotidiana de fiéis e pastores evangélicos brasileiros. A partir das análises teóricas apresentadas nos capítulos e dos dados obtidos por meio das entrevistas, a tese do trabalho foi apresentada e discutida.

Referências

- Bauman, Z. (1998). *O mal-estar na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Bauman, Z. (1999). *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Bauman, Z. (2001) *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora.
- Bauman, Z. (2004) *Amor líquido*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora.
- Beck, U. (1999). *O que é a globalização?: equívocos do globalismo, respostas à globalização*. São Paulo: Paz e Terra.
- Cardoso, R., & Cardoso, C. (2012). *Casamento Blindado: O seu casamento à prova de divórcio*. São Paulo: Thomas Nelson Brasil.
- Cassirer, E. (1994). *A Filosofia do Iluminismo*. Campinas: Editora Unicamp.
- Chapman, G. (2005) *O casamento que você sempre quis*. São Paulo: Mundo Cristão.
- Chapman, G. (2006) *As quatro estações do casamento*. São Paulo: Mundo Cristão.
- Chapman, G. (2008). *Como mudar o que mais irrita no casamento*. São Paulo: Mundo Cristão.
- Correa, M. A. O. D. S. (2006) *Alteração das Características Tradicionais da Igreja Assembleia de Deus: Um estudo a partir da igreja do bairro Bom Retiro em São Paulo*. Dissertação de Mestrado, USP, São Paulo.
- Datafolha Instituto de Pesquisa (2007) *Católicos divergem da igreja em relação a divórcio, segundo casamento e uso de camisinha*. Publicado em 12 de abril de 2007 em: http://datafolha.folha.uol.com.br/po/ver_po.php?session=824
- Féres-Carneiro, T. (2012). Aliança e sexualidade no casamento e no recasamento contemporâneo. *Psicologia: Teoria e pesquisa*, 3(3), 250-261.

- Giddens, A. (1997). A vida numa sociedade pós-tradicional. Beck, U.; Giddens, A.; Lash, S. *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: Unesp.
- Giddens, A. (2007) *Mundo em descontrole: o que a globalização está fazendo de nós* (6ª. Ed) Rio de Janeiro: Record.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, (2003) *Censo Demográfico 2000: Características gerais da população – resultados da amostra*. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: IBGE.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2012). *Censo Demográfico 2010/2012*. Disponível:ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Caracteristicas_Gerais_Religiao_Deficiencia/tab1_4.pdf. Acesso em 01 de março de 2014.
- Kemp, J. (2008) *Um compromisso para sempre*. São Paulo: Mundo Cristão.
- Lopes, A. N. (2008). *O que estão fazendo com a Igreja: ascensão e queda do movimento evangélico brasileiro*. São Paulo: Mundo Cristão.
- Mannucci, V. (2008) *Bíblia: palavra de Deus* (4ª Ed.). São Paulo: Paulus.
- Meyer, J. (2011) *Socorro, estou casado!* Belo Horizonte: Bello Publicações.
- Moura, E. G. A. P. (2008) “McDonaldização” da fé-um estudo sobre os evangélicos brasileiros. *Protestantismo em Revista*, v.17, ano 07, n. 03, p. 86-99. Acessado em 24/08/2014 em: <http://www3.est.edu.br/nepp>, 86.
- Neri, D. (2004). *Filosofia moral: manual introdutivo*. São Paulo: Edições Loyola.
- Pires, A. C. (2009) Ética do prazer e sociedade ateizante: uma análise socioteológica. *Ciberteologia: Revista de Teologia & Cultura*. Ano III, n.22, p. 48-56.

- Pires, A. C. (2010). Globalização, desconessionalização e espiritualidade evangélica no Brasil: uma análise socioteológica. *Estudos de Religião*, 24(38), p.25-34.
- Pires, A. C. (2011) Síndrome de aletofobia e cultura da repressão. *Psicoteologia*, v. 46, p. 16-20.
- Pires, A. C. (2013a). Sociedade do Glamour, ética do consumismo e a ontologia da verdade: Uma análise crítica à sociedade hedocapitalista. *Estudos teológicos*, 53(2), p.244-254.
- Pires, A. C. (2013b). A (in)sustentabilidade da vida humana num mundo sem fé. *Ciberteologia: Revista de Teologia & Cultura* - Ano IX, n. 44, 47-71.
- Pires, A. C. (2014a) Compulsão aletofóbica e desordem ontológica. Palestra realizada no V *Seminário Interdisciplinar*, 15 e 16 de agosto de 2014, Golden Tulip Address Hotel, Goiânia, GO.
- Pires, A. C. (2014) O fim da religião e o último homem: uma crítica cristã à razão destrascendente. *Ciberteologia: Revista de Teologia & Cultura*, ano X, n.48, 32-59. Acessado em 05/12/2014, em: http://ciberteologia.paulinas.org.br/ciberteologia/wp-content/uploads/downloads/2014/12/Artigo2_O_fim_da_religiao_e_o_ultimo_homem.pdf
- Ribeiro, C. D. O. (2013) Um olhar sobre o atual cenário religioso brasileiro: possibilidades e limites para o pluralismo. *Estudos de Religião*, 27(2), 53-71.
- Sider, R. (2006) *O Escândalo do Comportamento Evangélico*. Viçosa: Ultimato.
- Siqueira, D. (2013). Religião e religiosidade: indivíduo e sociedade. *Estudos de Sociologia*, 18(34), p.117-134.
- Souza, R. C. (2010) A família evangélica em face dos processos emancipatórios modernos. In: *Fazendo Gênero 9: diásporas, diversidades, deslocamentos*. Acessado em 08/12/2010 em: www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1291781079_ARQUIVO_Robson_Souza.pdf
- Sung, J. M. (2005). *Sementes de esperança: a fé em um mundo em crise*. Petrópolis: Vozes.

Capítulo I

Matrimônio, tradição e mudança no mundo evangélico brasileiro

RESUMO

Este artigo explora dimensões do casamento evangélico no Brasil. O casamento evangélico convencional se baseia na tradição judeu-cristã que traz orientações claras para a relação marido-esposa e restrições para o divórcio. O casamento evangélico, entretanto, está se destradicionalizando por influência de uma sociedade hedocultural. A submissão à tradição nas decisões referentes à vida conjugal e ao divórcio tem sido substituída pela Racionalidade do Prazer. Anthony Giddens argumenta que essa mudança gera um senso de insegurança ontológica e novas demandas por ajuda psicológica. Uma revisão qualitativa de literatura forneceu uma perspectiva teórica interdisciplinar que considera a interação entre os contextos sociocultural, subjetivo e relacional. O objetivo é chamar atenção para a questão e contribuir para a terapia conjugal voltada ao público evangélico.

PALAVRAS CHAVE: Casamento Evangélico no Brasil; Tradição Judeu-Cristã; Sociedade Hedocapitalista; Terapia Conjugal.

ABSTRACT

This article explores dimensions of the evangelical marriage in Brazil. The conventional evangelical marriage is based on the Judeo-Christian tradition that sets clear orientations regarding husband-wife relationships and restrictions concerning divorce. The evangelic marriage, however, is moving away from its traditional background due to influences of a hedocapitalistic society. Submission to tradition is being substituted by a Rationality of Pleasure perspective on decisions regarding marital life. Anthony Giddens argues that this process is producing a sense of ontological insecurity and generating new demands for therapy. A qualitative review of the literature offered an interdisciplinary theoretical perspective that considers the interaction between sociocultural, subjective and relational contexts. The objective is to draw attention to the issue and contribute to marital therapy with evangelical couples.

KEY WORDS: Evangelical Marriage in Brazil; Judeo-Christian Tradition; Hedocapitalistic Society; Marital Therapy.

O casamento evangélico convencional é heterossexual e monogâmico. É considerado como criação divina para a manutenção da espécie e a realização existencial de homens e mulheres. A dissolução do matrimônio só é aceita em casos de infidelidade conjugal ou abandono da relação por um dos cônjuges. Tal posicionamento está ancorado na tradição judeu-cristã (CBB, 1996; Hodge, 1999; Lopes, 2008).

O número de divórcios e separações entre evangélicos, entretanto, chama a atenção. No censo 2000, o número de evangélicos separados, desquitados e divorciados era de aproximadamente 2.263.000, em uma população de 26,2 milhões de evangélicos. No Censo 2010/2012 o número de evangélicos nessas mesmas condições chegou a aproximadamente 4.532.000, em uma população de 42,3 milhões (IBGE, 2012). Isso significa que o número de evangélicos divorciados subiu de 8,6% em 2000 para 10,7% em 2010. Do ponto de vista estatístico esse aumento pode ser considerado pequeno, mas é significativo se considerado o ideal tradicional de indissolubilidade das relações conjugais.

Esses casamentos evangélicos têm se formado e sido dissolvidos obedecendo aos critérios tradicionais? Que critérios são esses? Houve mudança nos critérios dentro da comunidade evangélica? O modelo predominante de conjugalidade ainda é o convencional? Diante das evidências apontadas pelos dados do IBGE cabe perguntar o que está ocorrendo no mundo evangélico em relação aos parâmetros para a construção da conjugalidade e sua dissolução. A hipótese norteadora deste artigo é a de que o casamento evangélico convencional está se destradicionalizando. Isso se dá pelo fato de que ele apresenta características de uma sociedade hedocapitalista ou hedocultural.

Na sociedade hedocultural emerge uma nova subjetividade regida por uma racionalidade do prazer. A racionalidade do prazer é definida pela exigência de uma gratificação imediata

(Pires, 2013a). A emergência dessa racionalidade se apresenta como um fenômeno macrosocial que influencia a realidade micro da subjetividade e das interações sociais. As relações marido-esposa, nesse contexto, são marcadas por: 1) afirmação da autonomia de cada um dos cônjuges, e; 2) a democratização dos afetos (Giddens, 1997, 2007). Isso significa que a permanência ou não no casamento depende do critério consensual de escolha democrática dos cônjuges. O critério que rege o acordo pela manutenção ou não do matrimônio é a satisfação individual. Nisso se afirma o distanciamento da tradição judeu-cristã.

O objetivo deste artigo é apresentar uma análise dos desdobramentos dessas mudanças para a subjetividade dos evangélicos e, conseqüentemente, para o casamento evangélico atual. O artigo segue dividido em três partes. Na primeira parte são apresentadas as principais matrizes histórico-culturais, sociais e teológicas do modelo convencional de casamento evangélico. Esse modelo influenciava um tipo específico de subjetividade e, conseqüentemente, de matrimônio. Na segunda parte, analisa-se o atual contexto de mudança cultural e sua influência na formação de uma nova subjetividade da qual deriva um novo modelo de casamento.

Na última parte, foi levado em consideração o que foi explanado ao longo do texto para sustentar o argumento acerca da necessidade de que terapeutas conjugais compreendam o atual processo de transição pelo qual o casamento evangélico está passando. Essa análise do contexto macrosocial em que os casais estão inseridos é fundamental para se compreender em profundidade as demandas que estes casais podem trazer para o contexto da terapia e/ou do aconselhamento.

O Modelo Convencional de Casamento Evangélico

O mundo evangélico é caracterizado pela diversidade de denominações e tendências. Para delimitar um modelo tradicional que seja pertinente para esse universo é necessário considerar o

seu caráter heterogêneo. Apesar da diversidade, entretanto, há pontos importantes de confluência na origem histórica e teológica dessas igrejas (Mafra, 2001). Essas influências formam a base fundamental do modo evangélico convencional de compreender o significado do casamento, da relação entre os cônjuges e os limites morais do matrimônio.

O movimento evangelical se iniciou dentro de igrejas protestantes na Inglaterra do século XVIII. Os objetivos eram a renovação do cristianismo protestante e a resistência aos ideais humanistas e antropocêntricos propagados a partir do Iluminismo (Cavalcanti, 1998; Sweeney, 2005). Devido ao comprometimento em comunicar sua mensagem e ao seu forte engajamento social, os evangélicos se expandiram rapidamente. A partir de cisões dentro das igrejas históricas onde o movimento teve início, posteriormente surgiram outras denominações evangélicas. Esse fenômeno de expansão e proliferação de denominações ainda acontece atualmente (Mendonça, 2008).

Um modo esquemático de identificar as principais denominações e suas ramificações na formação da base do mundo evangélico brasileiro foi apresentado por Mendonça e Velásquez Filho (1990): 1) A Igreja Anglicana: deu origem a igrejas/denominações episcopais e metodistas; 2) Da matriz luterana surgiram a vertente alemã original e a vertente norte-americana; 3) O Movimento Reformado deu origem às seguintes denominações: Igreja Presbiteriana, Igreja Congregacional e Igrejas de colônias europeias (holandesas, húngaras, francesas, etc.); 4) Movimentos paralelos à Reforma deram subsídio para o surgimento das Igrejas Batista e Menonita. A partir de influências diversas, com especial participação dos grupos carismáticos, também surgiram posteriormente as Igrejas Pentecostais e Neopentecostais, que representaram a expansão evangélica mais significativa no cenário brasileiro (IBGE, 2003, 2012; Mariano, 2008).

Principais bases histórico-culturais e teológicas do modelo convencional de casamento evangélico

O modelo tradicional de casamento evangélico é produto de um conjunto milenar de processos histórico-culturais. A principal origem desses processos remete às interpretações dos textos sagrados do judaísmo e do cristianismo. Elas, entretanto, foram intermeadas por influências de natureza cultural advindas dos ambientes sociais com os quais o judaísmo e o cristianismo histórico tiveram contato (Tillich, 2000; Vidal, 1992). O patriarcalismo, em suas várias manifestações, foi uma das influências mais marcantes na construção desse modelo tradicional de casamento.

Patriarcalismo é um termo comumente utilizado para se referir tanto a um modelo de família, estruturado pela dominação e pela superioridade do homem (marido e pai) sobre esposa e filhos, como ao tipo de cultura que tem como base tal modelo de estrutura familiar (Castells, 1999; Saffioti, 1996). Esse modo de organização social caracterizou as civilizações antigas, inclusive a hebraica (Vidal, 1992). O patriarcalismo judeu passou por mudanças ao longo do tempo e assumiu características peculiares no período de Jesus e do nascimento do cristianismo (Jeremias, 2010; Stegemann & Stegemann, 2004).

A principal fundamentação do patriarcalismo religioso judeu está na interpretação da narrativa da criação e da queda humana, contida no livro de Gênesis (Bíblia Sagrada, Nova Versão Internacional - NVI). Conforme a narrativa da criação, Deus criou primeiramente o varão (Adão). A mulher (Eva) foi criada a partir da costela de Adão. Dessa sequência da criação inferiu-se uma dupla dependência da mulher em relação ao homem: material e existencial. A mulher foi criada a partir do homem para ser a sua auxiliadora (Schmitt-Pantel, Matos & Soihet,

2003). Foi a narrativa da queda humana, entretanto, que constituiu a principal base da crença judaica de que a mulher é moralmente inferior ao homem.

O texto narra que ao criar Adão Deus havia estabelecido um limite claro: o fruto da árvore do conhecimento do bem e do mal não deveria ser consumido. A queda humana se deu a partir da transgressão dessa proibição. Eva foi primeiramente enganada pela serpente e então seduziu o homem a consumir o fruto proibido (Gênesis 3, Bíblia Sagrada, NVI). Por isso a tradição tardia do judaísmo rabínico (*Talmud*) enfatiza que a mulher foi responsável pela introdução da morte e do sofrimento no mundo (Busin, 2011; Martins, 2008).

O judaísmo rabínico farisaico nasceu durante o exílio babilônico do povo hebreu. Nesse período de exílio o contato com a língua de origem praticamente se extinguiu. O templo deixou de existir e, portanto, de ser o centro da vida religiosa dos judeus. Havia a necessidade de ensinar e continuar a tradição herdada dos antepassados. Os fariseus tornaram-se responsáveis por essa tarefa e os rabinos se tornaram os mestres responsáveis pela interpretação e ensino do *Tanakh* (ou *Tanach* em *hebraico*). Essa tarefa interpretativa acontecia em duas direções: uma narrativa e outra moral-jurídica. A partir de interpretações das narrativas de sua própria história e da Lei de Moisés (*Toráh*) contida no *Tanach*, os rabinos definiam o que era ou não permitido (Costa Machado, 1990).

Na tradição rabínica o casamento “é o estado estabelecido por Deus, em que um homem e uma mulher podem viver juntos e coabitar sexualmente, com a aprovação social” (Costa Machado, 1990, p.226). Trata-se de uma experiência humana divinamente concebida. Por isso a ética do casamento judeu tem uma base fundamentalmente teológica. O casamento é um dever religioso, apesar de contemplar tanto a dimensão antropológica como a teológica. Os dois se tornam uma só carne, podendo desfrutar tanto da completude física como da espiritual. Trata-se

de uma união que “íntegra a sexualidade na vida pessoal do casal e afirma uma unidade radical e dinâmica entre os dois” (Vidal, 1997, p.759).

Essa unidade dinâmica do casamento era compreendida no judaísmo a partir de uma concepção de vida social patriarcal. A relação marido-esposa tinha papéis bem definidos e a autoridade máxima era atribuída ao marido. Ele era considerado constitutivamente e moralmente superior a ela. As esposas tratavam os maridos como senhores e estes carregavam consigo a obrigação de sustenta-las materialmente e protege-las como sua propriedade. O matrimônio simbolizava a própria relação entre Deus e o seu povo. Por isso ela deveria se submeter radicalmente, enquanto ele assumia o papel de provedor e protetor (Vidal, 1992, 1997). Essa definição clara da relação e o próprio significado do matrimônio garantiam a coesão interna e a estabilidade da relação. A separação dos casais, apesar disso, acontecia em algumas situações.

Em toda a tradição judeu-cristã sempre se aceitou a crença de que o matrimônio foi criado para ser uma união indissolúvel entre um homem e uma mulher (Vidal, 1997). Tal crença considera que o divórcio ou qualquer forma de dissolução do casamento contraria diretamente o seu propósito original. De acordo com Cano, Gabarra, Moré e Crepaldi (2009) a palavra “divórcio” vem do latim *divortium*, que quer dizer “separação”, que por sua vez é derivada de *divertere*, que significa “tomar caminhos opostos, afastar-se” (p. 215). A tradição judeu-cristã afirma que os dois foram unidos para seguirem juntos num mesmo caminho.

A história hebraica mostra, todavia, que no período da liderança de Moisés já eram frequentes os casos de maridos que repudiavam suas esposas e dissolviam o casamento. Por isso foi necessário estabelecer uma normativa para definir os critérios para a aceitação do divórcio (Reschke, 2008). Pela lei de Moisés o homem poderia dar carta de divórcio à sua mulher se descobrisse nela algo indecente. As mulheres não podiam pedir o divórcio em nenhuma

circunstância. Somente os maridos, depois de consultarem as autoridades religiosas, poderiam dar a carta (libelo) de divórcio.

A carta era emitida pelas autoridades religiosas, depois de julgada a situação (Reschke, 2008; Vidal, 1997). O que se revelou como um problema na tradição rabínica foi a interpretação do que poderia ser considerado um ato de indecência para se justificar o divórcio. Ao invés de interpretarem o ato indecente apenas como uma relação sexual ilícita, qualquer desagrado ao marido poderia ser motivo para o repúdio. Houve, portanto, uma banalização do divórcio praticada pelos maridos e validada pelos líderes religiosos.

Mesmo em casos de adultério a cultura rabínica privilegiava os homens na aplicação da lei. A pena para o adultério, de acordo com a lei, era a morte tanto para o homem como para a mulher (Deuteronômio, 22, 22, Bíblia Sagrada, N.V.I.). Os rabinos, entretanto, eram flexíveis na aplicação dessa pena aos homens e rigorosos em sua aplicação às mulheres (Reschke, 2008). Esse foi um dos pontos de conflito entre Jesus e os líderes fariseus. Ao ser abordado pelos mestres da lei e questionado sobre as condições em que o marido poderia dar à sua esposa a carta de divórcio, Jesus questionou a interpretação rabínica da *Torah*. Para Jesus, o casamento foi criado para ser indissolúvel. O divórcio foi uma concessão feita devido à dureza dos corações humanos. Na interpretação de Jesus, a única condição em que o divórcio poderia acontecer seria pelo ato de adultério (Vidal, 1992, 1997).

Essas controvérsias entre Jesus e os judeus eram frequentes e são importantes para se compreender as diferenças que posteriormente se firmaram entre o pensamento judeu e o cristão (Gonçaves, Guerra & Fideles, 2014). O texto bíblico narra uma interferência de Jesus em um ato de execução pública de uma mulher surpreendida em adultério. Jesus desafiou os executores da mulher a aplicarem a pena (apedrejamento) tão somente se eles próprios estivessem livres de

pecado. Parte da denúncia parece ser a de que algumas pessoas e pecados/crimes estavam sendo severamente punidos, enquanto outros eram deliberadamente ignorados. Desse modo, a intervenção resultou na absolvição da mulher, bem como na afirmação do perdão dos seus pecados. Esse perdão trazia consigo a responsabilidade moral da ruptura com a prática da transgressão (João, 8, versículos 3 a 11, Bíblia Sagrada, N.V.I.). Esse modelo se tornou referencial para o cristianismo incipiente (Meeks, 1996).

O movimento cristão das origens foi se distanciando progressivamente do judaísmo daquele tempo. Moisés não era mais a figura central de seu sistema de crenças fundante, mas Jesus, o “Cristo de Deus” (*Khristos tou Theou*). Esse distanciamento se deu em vários aspectos: eles não guardavam o sábado, não praticavam a circuncisão, não tinham em Moisés seu referencial normativo de orientação moral na vida e não reproduziam, portanto, a estrutura axiológica patriarcal que estava diretamente ligada à lei de Moisés (Braga, 2002; Jeremias, 2010). A partir do que Jesus, o Cristo, realizou na cruz, Paulo e a comunidade protocristã entenderam que qualquer forma de desigualdade deveria ser objeto de recusa. Segundo o apóstolo Paulo, em Cristo não há superior e inferior, mas Cristo é tudo em todos (A. C. Pires, comunicação pessoal, 07/11/2013; Stegemann & Stegemann, 2004).

O princípio cristológico de compreensão da vida dos cristãos pautada na igualdade os levou a rejeitar o modelo patriarcalista do rabinismo judeu. Dessa forma, os maridos eram orientados a amar e cuidar de suas esposas como cuidavam de seus próprios corpos, e as esposas eram exortadas a amarem seus maridos respeitando-os, a fim de manterem o equilíbrio e a harmonia na relação (Efésios 5, versículo 25, Bíblia Sagrada, N.V.I.; Tarducci, 1994). Esse modelo de interação conjugal fez o cristianismo originário se afastar do modelo androcentrista do judaísmo formativo (A. C. Pires, comunicação pessoal, 07/11/2013; Vidal, 1992, 1999).

O marido, mesmo no cristianismo das origens, ainda preservou a função provedora de suprir as necessidades materiais da esposa e família (Efésios 5,18-33, Bíblia Sagrada, NVI). Amar tinha essa conotação de cuidados na satisfação das necessidades objetivas, e o marido passava a ocupar a função de continuador das obrigações providentes do pai em relação às filhas. Sempre que o verbo grego *agapaô* é aplicado na relação homem (*aner*) e mulher (*gynê*) era com esse entendimento. Nos cuidados do marido realizados pelas necessidades psicofísicas da esposa o que se preconizava não era a afirmação patriarcalista de superioridade moral do homem em relação à sua fêmea, mas um gesto concreto de demonstração do mesmo amor que Cristo teve pela sua igreja, que a si mesmo se entregou por ela em sacrifício. Por isso, na tradição cristã o conceito de amor inclui em sua definição a disposição para o sacrifício de si pelo outro (A. C. Pires, comunicação pessoal, 07/11/2013; Efésios 5,18-33, Bíblia Sagrada, NVI; Lazier, 2010).

A igualdade de condições diz respeito, portanto, à dignidade da vida de ambos na relação. Numa sociedade em que o mercado de trabalho era predominantemente voltado para a atividade masculina, o cristão na condição de casado deveria dignificar sua esposa demonstrando seu afeto no cuidado e função de provedor de suas necessidades psicofísicas legítimas (A. C. Pires, comunicação pessoal, 07/11/2013; Jeremias, 2010; Moraes, 2012; Stegemann & Stegemann, 2004).

A submissão da mulher ao marido também foi mantida no cristianismo desde as suas origens. Esse modo de interação marido-mulher, no entanto, não tinha como referência o modelo rabínico. A esposa não era considerada propriedade do marido. A submissão, na orientação cristã originária, é um ato voluntário. As esposas cristãs se submetiam voluntariamente ao assumirem a crença de que o objetivo da submissão era produzir sinergia e saúde no contexto do casamento,

da família e da vida comunitária. As considerações de Lazier (2010) concordam com essa interpretação:

Paulo diz que a “submissão” da mulher ao marido não deve ser uma obrigação da educação da época, mas sim como “ao Senhor”. Este “como ao Senhor” tira o peso da obrigatoriedade de serviço de uma serva diante do seu patrão para o sentido de companheirismo, abandono e confiança mútua (p.32).

Lazier (2010, p.32), ainda faz a seguinte consideração:

Mas a grande novidade de Paulo, neste texto, está na declaração que faz relacionada ao homem: “amar a esposa como Cristo amou a Igreja”. A diferença está aqui. O homem, acostumado a fazer da sua esposa uma mulher serviçal e dedicada aos seus caprichos, sem ter direito e respeito, deve agora amar como Cristo amou, entregando-se pela integridade da Sua Igreja. O homem deve respeitar e cuidar da mulher como o faz com “seu próprio corpo”. Paulo questionou a posição machista da época e apresentou um princípio de relacionamento conjugal e familiar totalmente novo para os padrões da época (p.32).

A submissão, contudo, não era uma orientação apenas para as mulheres. Os cristãos eram orientados a se submeterem a toda autoridade, tanto as constituídas pela tradição como pelas leis civis. Ao se submeterem às autoridades humanas, estavam se submetendo a Deus. A divisão de funções e a atribuição de autoridade visava garantir a sinergia em todos os âmbitos da vida social. Submeter-se a uma autoridade, fosse do marido, dos pastores ou dos governantes, não era compreendido como uma condição de opressão ou inferiorização. A submissão era aceita como um ato de fé e de sabedoria (Efésios 5,18-33, Bíblia Sagrada, NVI; Moraes, 2012).

Esse ensinamento apostólico foi o referencial adotado nas comunidades protocristãs. Um gradual processo de mudança nas interpretações teológicas desenvolvidas na igreja antiga, contudo, ocorreu posteriormente (Tillich, 2000). A partir da expansão do cristianismo pós-apostólico ao redor do mundo greco-romano e de sua posterior organização institucional, vieses culturais, filosóficos, teológicos e políticos influenciaram novas interpretações. Essas mudanças afetaram o modo como os primeiros cristãos pensavam o casamento e a relação marido-esposa. Isso se tornou notório no pensamento de alguns teólogos da Idade Média, sobretudo Agostinho de Hipona e Tomás de Aquino (Markus, 1997).

A espécie humana é considerada naturalmente sociável por Agostinho e por isso os seres humanos desejam a convivência mútua. O casamento seria uma das formas de atender a essa necessidade natural. Para ele, mesmo sem a prática sexual o casamento poderia se sustentar em uma união de amizade fraterna entre homem e mulher. A manutenção do casamento e a realização existencial dos cônjuges, portanto, não estava associada ao prazer sexual. O sexo não tinha como fim a obtenção do prazer. O seu único e nobre fim era a procriação. Esse era um dos bens do matrimônio. Agostinho afirmou que apesar de ser melhor optar pela virgindade, o casamento é algo que se torna bom devido aos seus bens: a procriação, o convívio social do casal em fidelidade recíproca, a redução da incontidência carnal à honestidade de se gerar filhos (Agostinho, 2007).

Agostinho via o homem como superior à mulher na relação marido-esposa. Mesmo sendo enfatizada a relação de amizade entre os cônjuges, o homem era visto como o natural dirigente e sua esposa como uma companheira obsequiosa e obediente. Não se trata, nesse caso, da divisão de funções visando à sinergia da relação. A mulher é considerada moralmente e constitutivamente inferior ao homem (Agostinho, 2007).

Na alta Idade Média, Tomás de Aquino teve em Agostinho o seu principal referencial para produzir reflexões sobre o casamento. A superioridade masculina também foi afirmada, postura que influenciou o surgimento de um modelo de interação marido-esposa com forte traço patriarcal. Suas reflexões defenderam a naturalização do casamento heterossexual e monogâmico, com ênfase em um bem em especial: a educação dos filhos. O casamento monogâmico é considerado o único em que os valores da união natural homem-mulher e da educação dos filhos poderiam ser realizados (Silva Lopes, 2011).

O advento da Reforma Protestante no século XVI resultou em uma séria crise para o cristianismo institucional representado pela Igreja Católica Romana. Os reformadores romperam com grande parte do credo católico e afirmaram uma nova concepção acerca da teologia e da ética cristã. Martinho Lutero foi o primeiro reformador e principal responsável por essa ruptura. Para ele, diferentemente do credo católico, o casamento não é um sacramento. Trata-se de uma realidade afirmada legalmente no âmbito secular, ainda que seja um desejo de Deus e uma obra divina. É uma união civil, celebrada publicamente, através da qual os nubentes firmam uma aliança indissolúvel. Ao firmarem essa aliança, o casal aceita o fato de que a dissolução do casamento contraria a vontade de Deus (Dreher, 2013; Lutero, 1522/1995).

O modelo de casamento defendido por Lutero, portanto, está firmado na tradição judeu-cristã. A relação marido-esposa, apesar de ter o marido definido como a liderança imbuída de autoridade, é igualitária no sentido moral. No casamento, homem e mulher tornam-se amigos, aptos a desfrutarem da comunhão fraterna e da alegria da satisfação sexual. Quanto ao divórcio, Lutero também reiterou o critério tradicional: somente o adultério poderia dar à parte traída o direito de pedir o divórcio (Dreher, 2013; Lutero, 1522/1995).

É importante ressaltar que Lutero não autoriza a autonomia dos cônjuges na decisão de casar-se ou divorciar-se. As duas decisões deveriam ser submetidas à avaliação da autoridade pastoral e posteriormente oficializadas em um processo legal. Todos os cristãos deveriam se submeter tanto à heteronomia da orientação pastoral como das leis e autoridades civis (Dreher, 2013; Lutero, 1522/1995).

A vertente calvinista da reforma protestante, também conhecida como reformada, foi uma das forças mais influentes sobre o modelo tradicional de casamento evangélico no Brasil. A Confissão de Fé de Westminster, elaborada no século XVII, se constitui em um dos seus guias teológicos e morais mais importantes (Marra, 1997; Mendonça, 2008).

O capítulo XXIV da Confissão de Fé de Westminster, que tem por título “Do Matrimônio e do Divórcio”, é claro e direto: o casamento heterossexual e monogâmico é uma ordenação divina para o mútuo auxílio do homem e da mulher, para a procriação e para impedir a impureza. Era considerada impureza qualquer prática sexual entre pessoas que não fossem casadas. Era proibido, também, o casamento com pessoas de outras religiões ou que fossem consideradas pagãs, bem como pessoas com grau de consanguinidade (Hodge, 1999).

Nessa confissão, o adultério é a transgressão que dá à parte inocente (o cônjuge traído) o direito de pedir o divórcio e de casar-se novamente. A parte inocente pode considerar o cônjuge que cometeu o adultério como se estivesse morto, o que tornaria legítimo o novo casamento. O divórcio também é permitido no caso do abandono obstinado e irreversível da relação por parte de um dos cônjuges. Em última instância, somente os líderes da igreja tinham autoridade para aprovar ou não o divórcio. Uma vez autorizado pela liderança pastoral, as providências legais poderiam e deveriam ser tomadas (Hodge, 1999).

Síntese do Modelo Convencional de Casamento Evangélico no Brasil

O modelo convencional de casamento evangélico é uma construção do cristianismo evangélico, realizada a partir dos referenciais teológicos, morais e culturais tratados acima. Os evangélicos utilizam a Bíblia Sagrada como seu referencial teológico e moral. As interpretações dos textos bíblicos que predominaram na formação do seu modelo tradicional de matrimônio, todavia, sofreram influências culturais e tiveram os vieses teológicos específicos apresentados acima. Este texto apresentou de modo sintético as origens e influências gerais mais importantes. Apresentar um detalhamento histórico e teológico completo exigiria um espaço muito maior, dada sua extensão e complexidade.

Uma vez esclarecidas as principais origens e influências, o modelo tradicional de casamento evangélico pode ser delimitado com base nas seguintes afirmações: 1) O casamento heterossexual foi criado por Deus para garantir a perpetuação da espécie humana, a plenificação do homem e da mulher e para evitar as práticas sexuais ilícitas. O homem e a mulher se realizam juntos, no matrimônio, em submissão à orientação da tradição; 2) A relação matrimonial deve ser harmoniosa, mas não é democrática. O marido é o líder (cabeça) da esposa. Ela deve submeter-se a ele voluntariamente; 3) O divórcio só é permitido em caso de adultério ou abandono do lar. Somente o cônjuge traído ou abandonado tem o direito de casar-se novamente; 4) A autoridade pastoral deve ser consultada tanto para a constituição do laço matrimonial, quanto para a sua dissolução. Nenhum casamento ou divórcio deve ser realizado sem a devida anuência pastoral; 5) O casal deve ter filhos. A opção voluntária por não ter filhos é tratada como um desvio dos propósitos divinos para o matrimônio; 6) A realização hedônica individual não é a finalidade do matrimônio e não deve ser a sua base de sustentação. A manutenção do casamento deve acontecer em obediência à tradição, mesmo quando isso exigir sacrifícios individuais dos cônjuges.

Esse modelo leva em consideração, além dos referenciais teológicos e morais, os traços culturais que foram trazidos da Europa e dos Estados Unidos pelas igrejas evangélicas de base. Esses traços passaram por adaptações no contexto brasileiro, conforme as peculiaridades culturais de cada região. O modelo coronelista do norte e nordeste brasileiro, por exemplo, marcou os casamentos pentecostais, sobretudo na igreja Assembleia de Deus (Freston, 1994). No contexto dessa diversidade, entretanto, os pontos tradicionais fundamentais foram preservados. A preservação desses pontos é o elemento/elo que torna possível delimitar um modelo geral de casamento evangélico convencional/tradicional no Brasil.

Mudança Cultural: A Ascensão de um Novo Modelo de Casamento Evangélico no Brasil

O sistema de crenças do cristianismo originário se sustentava em uma base escatológica. Isso significa que o tempo presente era compreendido em função de um futuro definitivo, um fim. A história era compreendida a partir da crença na existência de uma razão providente que conduzia todos os fatos a um desfecho escatológico no futuro (Pires, 2014). Acreditava-se que nesse futuro a vida se plenificaria. Essa era uma meta a ser atingida em uma caminhada de renúncias. Esse modo escatológico de pensar a vida era definidor de um tipo de subjetividade, um sistema de crenças marcado pela disposição para o sacrifício da própria vontade. Ao acreditarem que a graça de Deus era a única alternativa para sua redenção os cristãos estavam assumindo que os seres humanos são incapazes de salvarem a si próprios (Manoel, 2007; Pires, 2014). Decidir pela autonomia, portanto, significava rejeitar a única alternativa de vida possível.

Na proposta cristã primitiva a autonomia individual de cada cristão deveria ser voluntariamente submetida à heteronomia dos ensinamentos que orientavam sobre como aperfeiçoar o uso da liberdade. Esse aprendizado se dava pelo conhecimento da Palavra de Deus e por meio da submissão à orientação pastoral. Os primeiros cristãos eram orientados a ter uma

vida pautada pela moderação e pela rejeição do hedonismo (Pires, 2013c; Romanos 8, 18 a 25, Bíblia Sagrada, NVI). Nesse sentido, houve uma influência do cristianismo originário no sistema de crenças dos primeiros evangélicos.

O sistema de crenças evangélico, contudo, vem passando por um processo de destradicionalização (Pires & Oliveira, 2008; Souza, 2010). Pires (2014) considera que a religião tradicional, de fato, chegou ao seu ocaso com a abolição da sua escatologia. Isso inclui a religião evangélica. Esse processo de desescatologização parece estar levando a mudanças de postura em relação ao casamento e ao divórcio. Ao invés de projetar a realização para o futuro passou-se a buscar a gratificação imediata aqui e agora. A disposição para lidar com os sacrifícios e crises das relações conjugais está sendo substituída pela ânsia por uma vida feliz, presentificada. Trata-se da adesão ao ideal de uma sociedade hedocapitalista ou hedocultural. Pires (2013a) explica as características dessa nova sociedade:

É hedocapitalista “porque nela emerge uma nova racionalidade que combina as variáveis produção, consumo e prazer para se definir axiologicamente o “ideal de vida feliz”. Por essa razão, essa sociedade apresenta uma disposição axiológica para uma nova definição antropológica do ser humano: sua “monodisposição hedodimensional” (p.245).

Para atender às exigências hedônicas a heteronomia da tradição religiosa é suprimida pela autonomia individual. Somente em um estilo de vida autônomo é possível realizar escolhas que atendam a esse ideal de vida feliz. A submissão a uma tradição e à heteronomia da orientação pastoral depende de uma disposição para renunciar à gratificação imediata exigida pela racionalidade do prazer (Pires, 2013a). Na sociedade hedocultural, a renúncia aos prazeres imediatos é compreendida como uma ameaça à felicidade (Pires, 2013c; Souza, 2010). É através desse ideal de vida feliz que se afirma a ruptura com o sistema de crenças que sustentava o modelo de casamento evangélico convencional.

Não se alcança a felicidade estando preso a uma relação rígida que exige submissão a uma tradição e a abnegação de grande parte dos próprios desejos (Bauman, 2004). A procura da felicidade depende da liberdade autônoma e tem como foco o presente. Há, entretanto, uma importante implicação psicológico-existencial nesse processo de desescatologização e na consequente mudança da heteronomia para a autonomia: a conquista da liberdade autônoma implica na perda do senso de segurança ontológica (Bauman, 2011).

O conceito de segurança ontológica foi definido por Anthony Giddens (1991) como “a crença que a maioria dos seres humanos tem na continuidade de sua autoidentidade e na constância dos ambientes de ação social e material circundante. Trata-se de uma sensação da fidedignidade de pessoas e coisas” (p.84). Na sociedade hedocultural a liberdade é hipervalorizada, postura que permite o descarte de tudo e todos que esgotem o seu potencial de satisfação. A liberdade para descartar implica, entretanto, em também poder ser facilmente descartado. Dessa dinâmica nasce uma nova psicologia do medo, representada pelo conceito de insegurança ontológica (Bauman, 2008). A liberdade autônoma tem como preço a elevação do capital de risco pessoal e relacional e de indeterminação do futuro em todos os âmbitos da vida (Bauman, 2004, 2008, 2011; Pires, 2013c).

Na sociedade hedocultural a subjetividade e as intersubjetividades são fortemente afetadas pelo que foi definido por Bauman (2008) como medo derivado: “...“o medo derivado” é uma estrutura mental estável que pode ser mais bem descrita como o sentimento de ser suscetível ao perigo; uma sensação de insegurança...” (p.9). De acordo com Bauman (2008), uma pessoa que internaliza uma visão de mundo marcada pela insegurança e pelo senso de vulnerabilidade, apresentará uma tendência a reagir constantemente a ameaças, mesmo na ausência legítima das mesmas. O medo, portanto, passa a ser uma força propulsora das ações.

Essa psicologia do medo impulsiona uma lógica de compulsão consumista. Experiências de êxtase caracteristicamente intensas e transitórias são buscadas incessantemente. A transitoriedade se dá em uma dinâmica de compulsão para adquirir, seguida pela rápida satisfação, o desinteresse e o conseqüente descarte (Bauman, 2004; Pires, 2013c). De acordo com Pires (2013c): ““O quero-isso-agora” facilmente se torna “um bem descartável” num mundo de mutações permanentes. O “querer-perfeito” de um indivíduo agora se torna, daqui a pouco, um “querer-indesejado-equivocado”. As disposições morais foram condicionadas, culturalmente, a sofrerem mudanças qualitativas rapidamente” (p.62). Essa lógica consumista do descarte torna-se uma variável altamente complexa quando aplicada à psicologia das interações humanas e, especialmente, das relações matrimoniais (Bauman, 2004). Essa complexificação da vida e das relações conjugais pode ser interpretada, portanto, uma conseqüência do processo de destradicionalização.

A Sociedade Hedocultural e o Novo Mundo Evangélico Brasileiro

As igrejas evangélicas continuam crescendo no Brasil, apesar da destradicionalização do seu sistema de crenças e dos seus costumes (IBGE, 2010/2012). A religião institucional permanece forte e em expansão, embora cada vez mais distante dos seus referenciais tradicionais e aderente à lógica hedocultural da sociedade líquida moderna (Bauman, 2001; Pierucci, 2004; Pires, 2014). As interpretações da tradição judeu-cristã acerca do matrimônio estão sendo relativizadas frente às demandas hedoculturais (Oliveira & Pires, 2008; Pires, 2010, 2013c). Trata-se da ascensão de uma nova compreensão do matrimônio que parece se sustentar em uma consciência destradicionalizada, desescatologizada e destranscendentalizada. A destradicionalização, que inclui a desescatologização do sistema de crenças evangélico parece

ser, portanto, algo relevante a ser considerado na análise da transição do antigo – convencional – para o novo modelo de casamento evangélico.

A destranscendentalização aqui referida não significa a ausência de Deus no discurso, mas sim a inversão da lógica escatológica. Ao invés de se submeter ao transcendente aceito como inspirador da tradição e nela revelado, este passa a ser utilizado como legitimador da satisfação dos desejos de gratificação imediata. É uma inversão do futuro para o presente e, ao mesmo tempo, de um Deus soberano para outro cuja existência se justifica em servir aos desejos humanos. A vida passa a limitar-se ao presente, por descartar a esperança de uma recompensa vindoura - a ressurreição. A realização hedônica é empiricamente situada na vida intramundana e validada por um discurso religioso (Pires, 2010, 2014).

Uma lógica de conveniência na interação dos pastores e líderes pode se estabelecer, a partir disso, com os fiéis. Ao invés de validar a orientação tradicional a autoridade pastoral responde à demanda por uma gratificação imediata de quem o procura. Isso se torna um desafio para o aconselhamento pastoral. O bem-estar imediato dos fiéis pode se tornar uma prioridade em detrimento das afirmações heterônomas da tradição. Dessa forma o processo de destradicionalização se consolida (Oliveira & Pires, 2005).

O discurso tradicional, no entanto, continua presente apesar dessas mudanças. Ao invés de ser extinto, ele parece ter se renovado, ainda que com novas características. Esse processo pode ser constatado em algumas denominações históricas e mesmo neopentecostais. As opiniões pessoais e as escolhas realizadas pelos fiéis cotidianamente, contudo, podem destoar do discurso oficial tradicional (BEPEC, 2010; Pires, 2010; Souza, 2010). A contradição entre o discurso tradicional acerca do matrimônio e o desenvolvimento de uma nova lógica de interação entre os cônjuges evidencia a crise do antigo modelo.

Essa crise do casamento evangélico convencional é uma consequência de processos emancipatórios iniciados no contexto da modernidade. Dentre eles, destaca-se a emancipação feminina e a consequente construção de uma lógica democrática de interação marido-esposa (Giddens, 1993, 2007; Souza, 2010). Essas questões merecem atenção, uma vez que deixam evidente que processos socioculturais, ainda que aparentemente díspares, exercem influência sobre as instituições que estruturam e organizam a vida cotidiana.

Elementos Definidores do Novo Modelo de Casamento Evangélico no Brasil

Os movimentos feministas representaram uma resistência aos modelos patriarcais e tradicionais de sociedade, família e casamento. A vida na civilização ocidental do final do século XIX era regida pelos homens e ocorria em função deles. A ciência, a religião, a política e o mercado de trabalho pertenciam aos homens. O trabalho feminino, apesar de sempre ter existido e contribuído com a sobrevivência da família, não obtinha reconhecimento social (Castells, 1999). Na interpretação de Diniz e Pondaag (2004), a negação da experiência, da voz, da atuação e participação das mulheres na vida cotidiana e social ao longo da história constituiu uma estratégia política de manutenção de sua opressão e dominação. Em grande parte, a militância feminista compreendeu que a superação desse modelo de civilização dependia da ruptura com o sistema axiológico e de crenças que o sustentava. Isso levou a uma proposta de ruptura que se desdobrou na oposição aos valores defendidos pela tradição judeu-cristã (Chauí, 1985).

Nesse contexto, a revolução industrial abriu oportunidades para que as mulheres passassem a ter uma participação mais ampla como força de trabalho (Sardenberg & Costa, 1994). Em contraposição à crença de que as mulheres são naturalmente (biologicamente) mais frágeis, a categoria sexo/gênero passou a ser considerada como sendo socialmente construída (Beauvoir, 1980; Diniz, 1999, 2003; Scott, 1986). Isso foi de fundamental importância para a

construção de uma independência feminina no sentido financeiro, social, político e afetivo (Giddens, 1993; 2007).

Esse processo de mudanças produziu alterações importantes na ordem de prioridades das mulheres e dos casais. A tradicional obrigatoriedade de se ter filhos foi substituída pelas possibilidades de realização profissional. O avanço nas tecnologias anticoncepcionais contribuiu de modo significativo com essa mudança. O que antes era uma obrigatoriedade moral passou a ser simplesmente uma opção (Méndez, 2011). As mulheres passaram a poder optar entre a formação/realização profissional e a maternidade. Passaram a poder, também, planejar as duas opções dentro de um tempo administrável. Essa tendência também parece estar influenciando as mulheres e casais evangélicos (Silva, 2007).

Estudo realizado na cidade de Recife exemplifica como mulheres evangélicas estão se aproximando do perfil feminino emancipado e independente. Nesse estudo, foram entrevistadas 15 mulheres com idades entre 20 e 35 anos, que tiveram educação evangélica desde a infância e no momento estudo eram membros de igrejas evangélicas históricas (Batista, Presbiteriana e Episcopal). Foram seis participantes batistas, sete presbiterianas e duas episcopais. Os autores realizaram uma análise temática do conteúdo de cada entrevista (Silva, 2007).

Os resultados mostraram que essas mulheres passaram a buscar as oportunidades de se tornarem independentes financeiramente e emocionalmente. A maternidade não é afirmada como sendo algo negativo, mas está deixando de ser uma prioridade. Algumas dessas mulheres identificam nas gerações anteriores - de suas mães e avós - um tipo de modelo feminino a ser superado. Esses dados revelam traços de ruptura com critérios definidores do modo convencional de ser mulher e de viver um casamento evangélico (Silva, 2007).

Outro ponto de ruptura com o modelo convencional de casamento situa-se na relação marido-esposa e na maior aceitação do divórcio. A realização conjunta do marido e da esposa no

matrimônio cedeu espaço à procura da felicidade individual. O casamento passou a ser, portanto, apenas uma alternativa a se tentar na procura pela felicidade. Por isso, evangélicos vêm se mostrando mais flexíveis na aceitação da dissolução do casamento. Uma pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha em 2007 mostrou que 59% dos evangélicos brasileiros entrevistados eram favoráveis ao divórcio (Datafolha, 2007).

A relação marido-esposa também passa por um afastamento da tradicional divisão dos papéis e funções. Um ponto crucial na definição evangélica convencional de matrimônio é a liderança do marido. A autoridade do marido como líder (cabeça) da esposa vem sendo relativizada em parte da literatura evangélica para casais. Essa autoridade ainda é considerada do ponto de vista teórico-teológico, mas as orientações práticas para os casais afastam-se do modelo convencional.

O livro “Casamento Blindado: O seu casamento à prova de divórcio” (Cardoso & Cardoso, 2012) exemplifica essa tendência. Esse livro é atualmente o maior *best seller* evangélico sobre o casamento no Brasil, sendo o quinto livro mais vendido na categoria “autoajuda e esoterismo” (Veja, maio de 2014). No livro são analisadas as diferenças entre homens e mulheres e justificada a liderança do marido. Essa liderança, contudo, é relativizada em relação às interpretações convencionais.

Na interpretação desses autores evangélicos a força da liderança masculina é subsumida pelo poder de influência da mulher. A interpretação dos autores sobre a narrativa da queda humana, do livro bíblico de Gênesis, é que Deus atribuiu a função de liderança ao marido por saber que a mulher era mais forte do que ele. Tratou-se de uma medida para promover o equilíbrio. A força feminina sem um limite divinamente imposto poderia resultar na destruição da relação. Esse argumento é utilizado para definir uma nova lógica de interação marido-esposa. A afirmação de Cardoso e Cardoso (2012) é: “Lembre-se, o homem já está “vendido” para a

mulher. Ele almeja agradá-la. Por isso, o marido pode ser o cabeça, mas a mulher é o pescoço. E se for sábia, ela pode virar a cabeça para onde quiser...” (p.158).

O sucesso da relação, portanto, parece depender da perspicácia feminina para influenciar o marido. Essa pode não ser uma opinião oficialmente aceita por todos os evangélicos, mas parece evidenciar a ascensão de um novo tipo de disposição para a vivência das relações conjugais. Essa nova disposição é marcada pelo ruptura com a concepção cristã originária de relação conjugal.

Na tradição protocristã as relações marido-esposa tinham como referência a metáfora do casamento entre Cristo e a Igreja (Efésios, 5, 23-24, Bíblia Sagrada, N.V.I.). A orientação apostólica é a de que a relação da esposa com o marido deve ser pautada pela mesma ética de renúncia confiante dos cristãos em relação ao seu Cristo. De acordo com essa tradição o que sustenta a saúde da relação não é o diálogo democrático, mas a definição das funções do marido e da esposa no casamento. Essa definição era considerada, tal como entendia C. S. Lewis (2005), como uma orientação prescrita no manual do fabricante da espécie humana. Nessa analogia, o fabricante é Deus e o manual que ensina como preservar a saúde das pessoas e das interações é a Bíblia Sagrada.

No modelo de casamento evangélico em processo de destradicionalização o diálogo vem sendo apontado como principal caminho para a manutenção da relação. Uma pesquisa realizada somente com casais evangélicos mostrou que a alegação da falta de diálogo está entre os maiores motivos de atrito no casamento. Nessa pesquisa 41% dos entrevistados disseram que esse é um motivo frequente de conflitos (BEPEC, 2010). A exigência do diálogo democrático entre marido e esposa como requisito primordial para a manutenção da relação também evidencia um processo de destradicionalização.

A democratização da relação significa que o que define o seu funcionamento não é a orientação de uma tradição, mas sim os desejos individuais dos cônjuges. A esse novo tipo de relação destradicionalizada Anthony Giddens (1993) atribuiu o conceito de relações puras. São relações que funcionam a partir de uma lógica de orientação interna e não por uma normatização heterônoma externa. A manutenção da relação passa a depender das habilidades e disposições de diálogo e de acordo entre os cônjuges. Para o funcionamento desse modelo, a autoridade pastoral e toda a tradição bíblica precisa deixar de ocupar o lugar orientador e definidor assumido no modelo convencional (Silveira, 2006).

A crise de legitimidade da tradição bíblica, que legitima a autoridade pastoral, é um ponto fundamental para a identificação do processo de destradicionalização nas igrejas evangélicas. A evidência de destradicionalização está no atual dilema entre afirmar a autoridade da tradição ou atender às demandas hedônicas imediatas dos fiéis. No ambiente evangélico que se destradicionaliza, os crentes procuram um tipo de orientação pastoral que atenda às demandas por gratificação imediata, característica de uma Racionalidade do Prazer (Oliveira & Pires, 2008; Silveira, 2006).

Reflexões e Apontamentos sobre o Novo Modelo de Matrimônio Evangélico no

Brasil

A principal contribuição deste artigo para a psicologia e a terapia conjugal é analisar um conjunto de processos de mudança de natureza social e cultural que estão ocorrendo no Brasil e parecem estar se refletindo na subjetividade e nas lógicas de interação de casais evangélicos brasileiros. Pires (2013b) afirma: “O indivíduo nunca deve ser compreendido como uma realidade autorreferente e autoexistente, mas como uma “unidade complexa” (Niklás Luhmann) que reflete o brilho dos processos sociais de uma sociedade complexa” (p.133).

Torna-se fundamental compreender esse novo mundo social, os tipos de subjetividades e de conjugalidades por ele produzida. Sem tal compreensão a atuação de terapeutas conjugais, familiares e individuais junto a esse grupo da população corre o risco de ter um alcance limitado. É importante considerar que a população de evangélicos é numericamente significativa e está em expansão (IBGE, 2003, 2012). Essa expansão ocorre em um contexto de complexificação da vida na sociedade hedocultural e pode representar, como previsto por Giddens (1997), o aumento de demandas para o trabalho de terapeutas de casal e família.

O objetivo desse trabalho foi analisar, a partir de quatro perguntas, o impacto da destradicionalização sobre os casais evangélicos. Essas perguntas foram: 1) Os casamentos evangélicos têm se formado e sido dissolvidos obedecendo aos critérios convencionais?; 2) Que critérios são esses?; 3) Houve mudança nos critérios dentro da comunidade evangélica? 4) O modelo predominante de conjugalidade ainda é o convencional? A tese aqui defendida é a de que o modelo de casamento evangélico está se destradicionalizando, ou seja, está sendo construído um novo modelo. Essa destradicionalização pode ser verificada com base em dados de pesquisas e textos evangélicos que apontam que características hedoculturais estão se fazendo presentes nas lógicas de interação dos casais e na prática dos pastores (Pires, 2013a, 2013b).

O modelo convencional de casamento evangélico tem como base a tradição judeu-cristã. O novo modelo é caracterizado pelo afastamento dessa tradição e se afirma na rejeição da orientação bíblica e pastoral tradicional e na opção pela autonomia individual. A autonomia se operacionaliza nas decisões tomadas em função da própria realização hedônica, mesmo quando isso significa a transgressão de limites morais estabelecidos pela tradição religiosa. A procura da felicidade se torna o sentido da vida desprovida de um sentido escatológico (Pires, 2013a, 2014; Souza, 2010).

Pires (2013a) argumenta que os casamentos evangélicos têm se formado e sido dissolvidos a partir de critérios que atendem ao ideal de vida feliz de uma sociedade hedocultural. Isso significa um afastamento das delimitações morais e critérios estabelecidos pela tradição judeu-cristã. Essas mudanças têm implicações importantes para a formação de novas subjetividades e lógicas de interação. Elas parecem estar afetando o sistema de crenças e as relações conjugais no mundo evangélico (Pires, 2013a).

As análises de Bauman (2004, 2008), de Giddens (1991) e de Pires (2013a, 2013b, 2013c) ressaltam que essa valorização da liberdade autônoma típica do mundo atual pode ter como consequência o aumento da insegurança ontológica. Essa consequência tem impactos graves para as famílias, para a vida social e afetivo-relacional. Anthony Giddens (1997) considera que esse é um contexto potencialmente produtor de demandas psicológicas que são e serão levadas aos psicoterapeutas e terapeutas de casais e famílias. Do mesmo modo, Pires (2013c) reflete sobre a perda da sobriedade diante da emergência das exigências hedônicas em um mundo constantemente em mutação. Essa perda de sobriedade parece produzir novas patologias, tanto individuais como interacionais. A compreensão desses fenômenos de modo contextualizado no atual ambiente sociocultural é de fundamental importância para a ampliação do olhar e da atuação de terapeutas conjugais, familiares e individuais.

Este artigo, de natureza teórica, buscou problematizar de modo interdisciplinar uma realidade macrosocial e cultural e seus desdobramentos e impactos na realidade microssocial das subjetividades e intersubjetividades. A compreensão dessa realidade ainda carece de maior suporte empírico, especialmente no que diz respeito à formação de um novo modelo de casamento evangélico no Brasil. Nos dois artigos que seguem, buscou-se um aporte empírico para a afirmação da tese deste trabalho.

Referências

- Agostinho, S. (2007). *Dos bens do matrimônio, a santa virgindade, dos bens da viuvez, cartas a Proba e a Juliana* (2ª Ed.) São Paulo: Paulus.
- Bauman, Z. (2004) *Amor líquido*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora.
- Bauman, Z. (2008) *Medo líquido*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora.
- Bauman, Z. (2011) *Fronteiras do Pensamento*. Edição 2011. Entrevista com o sociólogo Polonês Zygmunt Bauman para o *Fronteiras do Pensamento*, apresentada na ocasião do encontro com o pensador francês Edgar Morin, em 08/08/2011, Porto Alegre-RS, com acesso em 13 jun 2013. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=POZcBNo-D4A>
- Beauvoir, S. D. (1980). *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Bíblia Sagrada: *Nova Versão Internacional* (2001) (Traduzido pela comissão de tradução da Sociedade Bíblica Internacional). São Paulo: Editora Vida.
- Braga, P. (2002). O cristianismo e o direito: a revolução cristã no campo jurídico. *Revista Brasileira de Informação Legislativa*, (152), 93-107.
- BEPEC - Bureau de pesquisa e estatística cristã (2011). *O crente e o sexo: evangélicos casados*. <http://www.bepec.com.br/pdf/ocrenteosexo/crenteosexo.pdf>. Acessado em 01 de julho de 2011.
- Busin, V. M. (2011). Religião, sexualidades e gênero. *Revista de Estudos da Religião (REVER)*. ISSN 1677-1222, 11(1), página-105.
- Cano, D. S., Gabarra, L. M., Moré, C. O., & Crepaldi, M. A. (2009). As transições familiares do divórcio ao recasamento no contexto brasileiro. *Psicologia: reflexão e crítica*, 22(2), 214-222.

- Cardoso, R., & Cardoso, C. (2012). *Casamento Blindado: O seu casamento à prova de divórcio*. São Paulo: Thomas Nelson Brasil.
- Castells, M. (1999) *O poder da identidade*. São Paulo: Paz na Terra.
- Cavalcanti, R. (1998) As origens do Evangelicalismo. *Ultimato*, v.31, n. 253, p. 48-49.
- Chauí, M. S. (1985) *Repressão sexual: essa nossa (des)conhecida*. São Paulo: Ed. Brasiliense.
- CBB - Convenção Batista Brasileira (1996) *Declaração doutrinária da Convenção Batista Brasileira*. Rio de Janeiro: JUERP.
- Costa Machado, A. C. (1990). O casamento no pentateuco. *Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo*, 84, 218-258.
- Datafolha Instituto de Pesquisa (2007) *Católicos divergem da igreja em relação a divórcio, segundo casamento e uso de camisinha*. Publicado em 12 de abril de 2007 em: http://datafolha.folha.uol.com.br/po/ver_po.php?session=824
- Dreher, L. H. (2013). Da letra às ordens: teologia e ética do matrimônio em Lutero. *Estudos Teológicos*, 38(3), 226-238.
- Diniz, G. R. S. (1999). Homens e Mulheres Frente a Interação casamento-trabalho: aspectos da realidade brasileira. In: Carneiro, T. F. *Casal e Família*. Rio de Janeiro: NAU.
- Diniz, G. R. S. (2003) Gênero e Psicologia: questões teóricas e práticas. *Revista Psicologia Brasil*, 1(2), 16-21.
- Diniz, G., & Pondaag, M. (2004). Explorando significados do silêncio e do segredo nos contextos de violência doméstica. *Direitos humanos e violência: Desafios da ciência e da prática*, 171-185.
- Freston, P. (1994) Breve história do pentecostalismo brasileiro. In: Antoniazzi, A. et al. *Nem anjos nem demônios: interpretações sociológicas do pentecostalismo*. Petrópolis: Vozes.

- Giddens, A. (1991) *As consequências da modernidade*. São Paulo: Editora da UNESP.
- Giddens, A. (1993) *A transformação da intimidade*. São Paulo: Editora da UNESP.
- Giddens, A. (1997). A vida numa sociedade pós-tradicional. BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: Unesp.
- Giddens, A. (2007) *Mundo em descontrole: o que a globalização está fazendo de nós* (6ª.Ed) Rio de Janeiro: Record.
- Gonçalves, A. D. S. G., Guerra, D. D., & Fideles, É. R. R. D. S. (2014). Hermenêuticas no Novo Testamento: olhares, experiências e temporalidades. *Caminhando* (online), 19(1), 27-40.
- Hodge, A. A. (1999) *A Confissão de Fé de Westminster comentada por Alexander A. Hodge*. São Paulo: Os puritanos.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2003) *Censo Demográfico 2000: Características gerais da população – resultados da amostra*. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: IBGE.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, (2012). Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acessado em: 03 de março de 2014.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2012). *Censo Demográfico 2010/2012*. Disponível:ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Caracteristicas_Gerais_Religiao_Deficiencia/tab1_4.pdf. Acesso em 01 de março de 2014.
- Jeremias, J. (2010). *Jerusalém no tempo de Jesus*. São Paulo: Paulinas.
- Lazier, J. A. (2010). A família no Novo Testamento. *Caminhando* (online), 5(1), 28-33.
- Lewis, C. S. (2005) *Cristianismo puro e simples*. São Paulo: Martins Fontes.

- Lopes, A. N. (2008). *O que estão fazendo com a Igreja: ascensão e queda do movimento evangélico brasileiro*. São Paulo: Mundo Cristão.
- Lutero, M. (1522) Da vida matrimonial. Em: *Obras Seleccionadas de Martinho Lutero*, Volume 5 (1995). São Leopoldo: Sinodal.
- Mafra, C. (2001) *Os Evangélicos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Manoel, I. A. (2007). História, religião e religiosidade. *Revista de Cultura Teológica*. ISSN (impresso) 0104-0529 (eletrônico) 2317-4307, (59), 105-128.
- Mariano, R. (2008). Crescimento Pentecostal no Brasil: fatores internos. *Revista de Estudos da Religião*, 68-95.
- Markus, R. A. (1997) *O fim do cristianismo antigo*. São Paulo: Paulus.
- Marra, C. A. B. (Ed.) (1997) *Confissão de Fé de Westminster*. 3. ed. São Paulo: Cultura Cristã.
- Martins, N. S. (2008). A Maldição das Filhas de Eva: Uma história de culpa e repressão ao feminino na cultura judaico-cristã. *Anais Eletrônicos do XIII Encontro Estadual de História*, Guarabira, PE.
- Meeks, W. A. (1996) *O mundo moral dos primeiros cristãos*. São Paulo: Paulus.
- Méndez, N. P. (2011). Do lar para as ruas: capitalismo, trabalho e feminismo. *Mulher e Trabalho*, 5, p.51-63.
- Mendonça, A. G. (2008) *O celeste porvir: a inserção do Protestantismo no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- Mendonça, A. G. & Velásquez Filho, P. (1990) *Introdução ao protestantismo no Brasil*. São Paulo: Edições Loyola.
- Moraes, N. B. (2012). Casamento, Cristo e a igreja em Efésios 5. *Kerygma*, 8 (1), p. 69-93.

- Oliveira, C. I. & Pires, A. C. (2005) A cura integral (psicofísica) no neopentecostalismo brasileiro: uma acomodação ao discurso sobre saúde e doença na sociedade pós-moderna de consumo. *Estudos de Religião*, n.29, 78-112.
- Oliveira, C. I. & Pires, A. C. (2008) Saúde e doença: algumas considerações sobre a hermenêutica do neoprotetantismo brasileiro à luz da sociologia de Zygmunt Bauman. *Revista Eletrônica do Núcleo de Estudos e Pesquisa do Protestantismo (NEPP) da Escola Superior de Teologia*. V.17, p.74-85.
- Pierucci, A. F. (2004) “Bye bye, Brasil”: o declínio das religiões tradicionais no Censo 2000. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 18, n. 52, 17-28.
- Pires, A. C. (2010). Globalização, desconessionalização e espiritualidade evangélica no Brasil: uma análise socioteológica. *Estudos de Religião*, 24(38), p.25-34.
- Pires, A. C. (2013a). Sociedade do Glamour, ética do consumismo e a ontologia da verdade: Uma análise crítica à sociedade hedocapitalista. *Estudos teológicos*, 53(2), p.244-254.
- Pires, A. C. (2013b). Sistema de estruturação de crenças sociointerativo: Estruturação de crenças, lógicas de interação e processos de contingenciamento. *Psicólogo inFormação*, 17(17), 133-191.
- Pires, A. C. (2013c). A (in)sustentabilidade da vida humana num mundo sem fé. *Ciberteologia - Revista de Teologia & Cultura - Ano IX*, n. 44, 47-71.

- Pires, A. C. (2014) O fim da religião e o último homem: uma crítica cristã à razão destrascendente. *Ciberteologia: Revista de Teologia & Cultura*, ano X, n.48, 32-59. Acessado em 05/12/2014, em:<http://ciberteologia.paulinas.org.br/ciberteologia/index.php/artigos/o-fim-da-religiao-e-o-ultimo-homem-uma-critica-crista-a-razao-destrascendente-2/>
- Reschke, O. (2008) *Divórcio: enfocando as causas e consequências e apresentando uma proposta de prevenção*. Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Aconselhamento e Psicologia Pastoral. Escola Superior de Teologia, São Leopoldo, RS.
- Saffioti, H.I.B. (1996) *Gênero, Patriarcado, Violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- Sardenberg, C. M. B., & Costa, A. A. (1994). Feminismos, feministas e movimentos sociais. *Mulher e relações de gênero*. São Paulo: Loyola, 1, 81-113.
- Schmitt-Pantel, P., Matos, M. I., & Soihet, R. (2003). A criação da mulher: um ardil para a história das mulheres. *O corpo feminino em debate*. São Paulo, Editora da Unesp, 129-156.
- Silva Lopes, J. (2011). *Elementos da ética sexual Tomista*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN.
- Silva, T. C. M. (2007) *A representação da identidade feminina em mulheres evangélicas na cidade do Recife: família, gênero e religião*. Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica. Universidade Católica de Pernambuco, Recife, PE.
- Silveira, J. R. (2006) Pastores em crise: os efeitos da secularização e do neopentecostalismo sobre o clero protestante. *Âncora: Revista Digital de Estudos em Religião*. v.1, 106-127.
- Souza, R. C. (2010) A família evangélica em face dos processos emancipatórios modernos. In: *Fazendo Gênero 9: diásporas, diversidades, deslocamentos*. Recuperado em 08/12/2010 em: www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1291781079_ARQUIVO_Robson_Souza.pdf

- Stegemann, E. W. & Stegemann, W. (2004) *História social do protocristianismo*. São Leopoldo/São Paulo: Editora Sinodal e Editora Paulus.
- Sweeney, D. A. (2005). *The American Evangelical story: A history of the movement*. Baker Academic.
- Tarducci, M. (1994). O Senhor nos libertou. *Cadernos Pagu*, 3, p.143-163.
- Tillich, P. (2000). *História do pensamento cristão*. São Paulo: Aste.
- Veja (2014) *Os livros mais vendidos*. Acessado em 31 de março de 2014 em:
http://veja.abril.com.br/livros_mais_vendidos/
- Vidal, M. (1992) *Moral do matrimônio*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes.
- Vidal, M. (1997). *Dicionário de teologia moral*. São Paulo: Paulus.
- Vidal, M. (1999) *Ética teológica: conceitos fundamentais*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes.

Capítulo II

Conjugalidade e Individualidade em uma Sociedade Hedocultural: a destradicionalização vista por evangélicos brasileiros divorciados

RESUMO

Esse artigo analisa relatos de experiências e opiniões de três mulheres e de três homens evangélicos divorciados acerca do casamento, do divórcio e do novo casamento nas igrejas: Presbiteriana do Brasil, Batista (CBB) e Assembleia de Deus. Foi aplicado um questionário e foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os seis participantes. Os dados foram analisados através do método da análise qualitativa de conteúdo. Os resultados evidenciaram que o casamento evangélico convencional/tradicional está em crise no Brasil. Três fatores foram apontados como principais causas de divórcio: a falta de compromisso com os ensinamentos da Bíblia Sagrada, o egoísmo e a procura da felicidade. A maioria dos participantes afirmou que tanto os líderes como os membros das suas igrejas têm uma atitude de aceitação do divórcio e do novo casamento. Ficou evidente a formação de um modelo hedocultural de casamento para os participantes da pesquisa e membros das igrejas estudadas. Espera-se que os resultados do trabalho possam contribuir para mostrar a realidade do casamento evangélico em um cenário de crise e mudanças individuais, relacionais e sociais. Espera-se, ainda, que a partir desta pesquisa surjam reflexões sobre o acompanhamento terapêutico e o aconselhamento de mulheres e homens evangélicos que enfrentam crises conjugais e o divórcio.

Palavras Chave: Conjugalidade Evangélica; Destradicionalização; Crise; Legitimidade da Autoridade Pastoral; Modelo Hedocultural de Casamento.

ABSTRACT

This article analysis self-reports of experiences and opinions of three divorced evangelic women and three men regarding marriage, divorce and the new marriage in Brazilian evangelical churches - Presbyterian of Brazil, Baptist (CBB) and Assembly of God. A questionnaire and semi structured interviews were used as data collection strategies with the six participants. The data was analyzed with a qualitative content analysis strategy. The results showed that the conventional/traditional evangelic marriage is undergoing a crisis. Three factors were pointed out as the main causes of divorce: the lack of compromise with the Bible's teachings, selfishness, and the search for happiness. The majority of the participants also affirmed that leaders as well as church members have an accepting attitude towards divorce and remarriage. It became evident, therefore, the formation of a hedocultural model of marriage among the churches studied. The expectation is that the results may contribute to present a picture of the reality of evangelic marriages in a scenario of crisis as well as of individual, relational and social changes. Another hope is that this research becomes the basis for further reflections regarding therapeutic services and counseling to be offered to evangelic men and women undergoing marital crises and divorce.

Key Words: Evangelic Conjuality; Traditionlessness; Crises; Deslegitimization of pastoral authority; Hedocultural Model of Marriage.

As mudanças no casamento e na família representam uma preocupação emergente para pensadores, pesquisadores e terapeutas no contexto atual. Elas se constituem em um fenômeno social complexo e com importantes implicações psicológicas e afetivas (Féres-Carneiro, Ziviani & Magalhães, 2011; Jablonski, 2010; Souza, 2010). É um fenômeno complexo porque envolve uma ampla rede de fatores relacionados entre si. Essa rede inclui mudanças nos significados sociais do casamento e da família, além de uma crescente aceitação social e legal do divórcio. Esse processo pode estar influenciando o aumento no número de divórcios e a pluralização dos modelos de conjugalidade e de família. A dinâmica dessa crise pode ser compreendida a partir da relação entre individualidade e conjugalidade, diante do atual contexto sociocultural (Campos, 2013; Féres-Carneiro, 1998; Jablonski, 2010).

O foco específico do presente capítulo, apresentado em formato de artigo, é a relação entre individualidade e a conjugalidade no universo delimitado para essa pesquisa, ou seja, o modo como a conjugalidade no mundo evangélico vem sendo permeada pela influência de crenças e lógicas de interação produzidas pela sociedade hedocultural. Trata-se, portanto, de uma delimitação específica dentro do cenário abordado no Capítulo I. A partir dessa delimitação, foram feitas as seguintes perguntas: 1) Qual modelo conjugal - o tradicional ou o hedocultural – está presente no mundo evangélico atual? ; 2) Quais têm sido as principais causas de divórcio entre evangélicos?; 3) Como evangélicos divorciados se posicionam em relação ao divórcio e ao novo casamento?; 4) Os entrevistados percebem uma crise do modelo tradicional de casamento evangélico?; 5) Como homens e mulheres evangélicos divorciados percebem os posicionamentos dos seus pastores em relação ao casamento e ao divórcio?; 6) Como evangélicos divorciados percebem a aceitação ou rejeição da igreja/comunidade religiosa ao divórcio?

As análises dos conteúdos das entrevistas foram norteadas pelas seguintes hipóteses: 1) Os entrevistados conhecem os referenciais tradicionais, mas percebem que há um processo de

destraditionalização do casamento evangélico convencional; 2) Os relatos das experiências acerca do casamento e do divórcio evidenciam que o casamento evangélico convencional está se destraditionalizando; 3) A orientação pastoral não tem um peso significativo nas crises conjugais e na decisão pelo divórcio; 4) Os evangélicos não procuram ajuda de terapeutas conjugais durante o processo de crise e divórcio.

Objetivos do Trabalho

O objetivo geral deste trabalho foi conhecer as experiências de homens e mulheres evangélicos divorciados brasileiros e suas opiniões sobre o casamento evangélico na atualidade. Os objetivos específicos foram: 1) Identificar os impactos das mudanças culturais atuais sobre a experiência conjugal dos evangélicos entrevistados; 2) Conhecer os impactos do divórcio sobre homens e mulheres evangélicos, sobre seus filhos, sobre sua relação com a religião e suas relações sociais; 3) Verificar se os evangélicos separados reconhecem a autoridade dos seus líderes religiosos e compreender de que modo estes participaram do processo de decisão pela separação/divórcio; 4) Verificar se casais evangélicos em situação de crise conjugal procuram ajuda de terapeutas conjugais e como a avaliam. O artigo segue dividido em: universo da pesquisa, referencial teórico e bibliográfico, método, resultados e discussão, conclusão e referências bibliográficas.

Universo da Pesquisa

O mundo evangélico brasileiro é heterogêneo, uma vez que é composto por um grande número de denominações. A classificação das mesmas em categorias apresenta variações na literatura. Depois de analisar as discordâncias de Altmann (2012) sobre a classificação utilizada no CENSO religioso 2010 do IBGE, este trabalho considera que essas são as categorias que

melhor abrangem o mundo evangélico brasileiro: 1) Igrejas evangélicas históricas; 2) Igrejas evangélicas pentecostais; 3) Igrejas evangélicas neopentecostais.

Os/as participantes da pesquisa - três homens e três mulheres foram selecionados/as entre pessoas de igrejas que se encaixam nas duas categorias evangélicas tradicionais: igrejas históricas e igrejas pentecostais. Essa escolha foi feita de modo intencional porque o objetivo do estudo é compreender os impactos das mudanças nas relações conjugais e familiares no mundo evangélico tradicional. As igrejas neopentecostais não são consideradas tradicionais. Entende-se ser importante apontar especificidades das igrejas escolhidas, uma vez que se acredita que diferenças de interpretação e diferentes sistemas de crenças religiosas podem levar a vivências distintas da vida conjugal e do divórcio.

Os evangélicos históricos foram representados pelas Igrejas Batista e Presbiteriana. Há, contudo, uma variedade de igrejas que se autodenominam como batistas e presbiterianas, mesmo apresentando diferenças em relação às igrejas mais tradicionais que assim se classificam. Foram escolhidas, devido a isso, apenas Igrejas Batistas ligadas à Convenção Batista Brasileira (CBB) e Presbiterianas ligadas à Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB).

O segmento pentecostal foi representado pela igreja Assembleia de Deus, que é a maior denominação evangélica do Brasil com mais de 12 milhões de membros (IBGE, 2012). A Assembleia de Deus é institucionalmente dividida em convenções nacionais e internacionais, além de várias igrejas autônomas e grupos independentes (Alencar, 2005). Há uma grande diversidade dentro dessa denominação e nem todas as igrejas pentecostais são consideradas tradicionais. A Assembleia de Deus é uma igreja pentecostal clássica. A sua escolha se deu pelo seu histórico posicionamento doutrinário tradicional, pela sua extensão numérica e representação geográfica em todo o território brasileiro.

Referencial Teórico e Bibliográfico

O presente tópico tem como objetivo estabelecer um referencial teórico e bibliográfico que auxilie na compreensão de problemas atuais relacionados à conjugalidade e ao divórcio no mundo evangélico brasileiro. Esta parte do trabalho apresenta reflexões sobre a relação entre conjugalidade e individualidade, no contexto de transição de uma sociedade tradicional para uma pós-tradicional. Este tópico apresenta, portanto, o objeto teórico do artigo. A partir desse referencial, das perguntas, hipóteses e objetivos já apresentados é que o objeto empírico será tratado.

A principal referência teórica deste artigo/capítulo é a Teoria do Sistema de Estruturação de Crenças Sociointerativo, de autoria de Pires (2013b). Trata-se de uma teoria recente que propõe “...uma nova compreensão da dinâmica do processo social de construção da identidade do indivíduo/pessoa humano” (p. 133). Essa teoria foi influenciada pela sociologia compreensiva de Max Weber e considera a Terapia Cognitiva de Aaron T. Beck como uma de suas precursoras (Beck, 1997). O seu desenvolvimento, portanto, se deu em uma construção teórico-epistemológica de natureza interdisciplinar (Pires, 2013b).

Em grande parte devido à sua influência weberiana, a teoria do Sistema de Estruturação de Crenças Sociointerativo compreende o ser humano como um agente livre e intencional que se movimenta dentro de um mundo social. As ações têm, nessa concepção, um sentido subjetivamente visado (Weber, 2000). Pires (2013b) reforça esse argumento com a afirmação giddensiana de que: “Ser ser humano é ser agente intencional” (Giddens, 2009, p.3). Essa intencionalidade tem como pressuposto a afirmação de que as ações dos indivíduos enquanto interagentes com o mundo/realidade é livre. O construto freudiano de inconsciente, nesse sentido, é considerado insustentável.

A teoria do Sistema de Estruturação de Crenças Sociointerativo considera que a identidade de cada indivíduo se constitui a partir de crenças e das lógicas de interação formadas a partir delas. A crença é considerada como “uma disposição subjetiva na qual se figura a certeza intuitiva acerca da existência de algo ou de alguma coisa” (Pires, 2013b, p.137). A crença é, portanto, “o fundamento intencional do agir” (p.137). Ela, por sua vez, é influenciada por valores presentes no contexto social, tanto micro como macro, no qual cada pessoa está inserida. A formação da identidade se dá nas interpretações dos acontecimentos, das experiências da própria biografia, das interações sociais e por influência de valores e tendências predominantes no tempo social e na cultura vigentes.

O autor (Pires, 2013b) define dois gêneros distintos de crenças: alcalinas e oxidantes. As crenças alcalinas são reconhecidas pela sua função terapêutica. Um sistema de crenças alcalino é aquele em que predominam crenças kalogeracionais. O conceito de kalogeracional deriva do grego *kalos*, que significa “bom, benévolo, virtuoso, de agradável qualidade” (p.146). Essas crenças visam à imunização do sistema de crenças, porque produzem atividades de interpretação da realidade com alto potencial terapêutico. Quando uma pessoa se move na vida tendo um sistema de crenças onde predominam crenças desse gênero, ela tende a ser mais resiliente diante das experiências negativas. Trata-se de uma pessoa que pensa no futuro a partir do viés da esperança positiva. Ela tem, portanto, um horizonte a partir do qual significar suas experiências de vida, tanto negativas quanto positivas. Por isso, tal pessoa apresenta melhores chances de manter-se ontologicamente saudável.

As crenças oxidantes, por sua vez, podem ser identificadas pela sua operação patogeneracional. O conceito de patogeneracional deriva de *phatos*, que “no grego, significa “dor, sofrimento, doença” (p.148). O aumento do número de crenças oxidantes no sistema de crenças

de uma pessoa tem como efeito a perda da vitalidade das crenças kalogeracionais. A racionalidade dessas crenças operacionaliza o adoecimento do sistema de crenças do indivíduo. As interpretações da realidade (atividade hermenêutica) de uma pessoa com um sistema de crenças oxidado tende a ser altamente complexificante e desorizantalizante. Quando o sistema de crenças se oxida, a capacidade de resistir à fadiga dos eventos cotidianos, das interações e de cargas negativas presentes na própria memória, diminui drasticamente. Isso significa dizer que a pessoa perde a sua capacidade de ser resiliente.

Pires (2013b) utiliza o conceito de “desorizantalização” para se referir à perda de um horizonte para o qual projetar a esperança. Esse conceito significa o esgotamento das possibilidades de se enxergar um horizonte/futuro. Por isso, as crenças determinantes do modo de interpretar a realidade e interagir com os outros são marcadas pelo pessimismo, assim como pela falta de criatividade para renovar as lógicas de interação e transcender as experiências de desgaste. Elas são patogeracionais porque adoecem o sistema de crenças e, conseqüentemente, as lógicas de interação estabelecidas pelo interagente/pessoa.

As crenças, por sua vez, definem as intenções e a teleologia das ações de cada pessoa. Cada ação de um interagente é movida por uma racionalidade operante e comunica um sentido e intencionalidade. A ação de um interagente produz uma reação no outro ou nos outros. De acordo com Pires (2013b, p.158), “A intenção pressupõe “planejamento de uma ação” (Luhman, 2009) desencadeada por uma racionalidade operante com sentido teleológico. A esse fenômeno se nomeia então de “lógica de interação””.

A teoria do Sistema de Estruturação de Crenças Sociointerativo utiliza o conceito de lógica de interação como uma alternativa mais abrangente, atual e dinâmica em relação ao conceito de “comportamento” utilizado no behaviorismo (ou, nos behaviorismos). Nem o

determinismo psíquico presente na psicanálise freudiana, nem o determinismo ambiental defendido por B. F. Skinner se sustentam no contexto da construção teórico-epistemológica dessa teoria (Pires, 2013b).

As racionalidades presentes no modo operacional do indivíduo são constantemente redefinidas “para uma melhor monitoração reflexiva” (p.161). Esse processo é dinâmico. Sofre influências de múltiplas variáveis que são próprias de um mundo complexo e de seres complexos. A pessoa/interagente, no entanto, é quem assume a função de monitorar reflexivamente suas ações. Isso significa que cada pessoa, ainda que sob influências diversas, tem um papel ativo e reflexivo na construção da própria identidade. Daí se desdobra a possibilidade tanto de construção como de reconstrução. A identidade, nessa perspectiva, não é concebida como sendo rígida, mas dinâmica e flexível. As crenças, assim como as lógicas de interação, podem ser construídas, desconstruídas e reconstruídas com novas configurações.

Um ponto importante para a aplicação dessa teoria para a interpretação das relações conjugais é a introdução dos conceitos de “lógica de interação patogênica” e “lógica de interação kalogênica”. As lógicas de interação patogênicas se desenvolvem a partir do avanço do desinteresse afetivo. A repetição viciosa de lógicas de interação patogênicas produz o que Pires (2013b) conceitua como contingenciamento. O contingenciamento significa que a rotinização de um modo de interagir desprovido de capital afetivo torna a lógica de interação cada vez mais resistente à mudança (Pires, 2013b). Quando esse fenômeno acontece, os indivíduos se percebem privados da liberdade para mudarem, ou seja, se veem presos em lógicas de interação patogênicas engessadas.

Os interagentes cujas lógicas de interação foram contingenciadas desse modo perdem do seu horizonte de possibilidades o uso da liberdade para mudarem. Em um relacionamento

conjugal, por exemplo, conflitos que se repetem em determinadas situações se tornam lógicas de interação que passam a ser percebidas como imutáveis pelos cônjuges envolvidos.

A repetição de interações conflitivas produz a diminuição do capital afetivo e a elevação do seu oposto, o capital desprezativo (Pires, 2013b). Ao se chegar a essa condição, a chance de desistência da relação ganha força. A manutenção de uma relação, seja conjugal, entre pais e filhos ou de qualquer outra natureza, depende crucialmente da manutenção do capital afetivo. Essa manutenção só pode ser feita na construção de lógicas de interação kalogênicas. A ameaça mais direta à manutenção das relações é o desgaste do afeto e o aumento do capital desprezativo.

A teoria acima descrita utiliza os conceitos de crença, lógicas de interação, contingenciamento e descontingenciamento para propor um entendimento da formação e constante modulação das identidades. Ela tanto explica a engenharia (processo de construção) das crenças, como também propõe a possibilidade da reengenharia. A disfuncionalização de crenças que mantém lógicas de interação contingenciadas é o cerne da proposta terapêutica da teoria do Sistema de Estruturação de Crenças Sociointerativo. Essa disfuncionalização demanda uma revisitação a eventos presentes na memória e que precisam ser reinterpretados. A reinterpretação tem o objetivo de retirar o núcleo proteico das crenças oxidantes mantenedoras de lógicas de interação adoecidas. A disfuncionalização das crenças oxidantes e a exposição a novas experiências com potencial kalogênico podem aumentar o senso criativo para se construir novas lógicas de interação.

A teoria do Sistema de Estruturação de Crenças Sociointerativo se apresenta como um avanço importante em relação a teorias e terapias cognitivas já conhecidas, tais como a Terapia Cognitiva de Aaron T. Beck e outras. Ela se propõe a fazer uma leitura do processo de construção e desconstrução (engenharia e reengenharia) do sistema de crenças e, portanto, das

identidades e das lógicas interação, considerando a dinâmica sociointerativa. Essa abordagem teórica apresenta uma superação da concepção de sujeito universal abstrato e desconectado do seu contexto sociocultural.

Ao considerar o contexto sociocultural como uma das principais forças determinantes do funcionamento psíquico, emocional e cognitivo, é possível compreender que as teorias que orientam as interpretações do social e do psicológico precisam ser atualizadas na medida em que o tempo social e a cultura mudam. Mesmo objetos de interesse da psicologia, tais como a identidade e a subjetividade, estão conectados a uma complexa rede que inclui a biografia individual, as interações sociais, o tempo social e os valores predominantes na cultura vigente. Por isso a necessidade de abordagens interdisciplinares tornou-se imprescindível no complexo mundo globalizado e hedocultural.

Identidade, instabilidade e a transformação da conjugalidade

O conceito de conjugalidade diz respeito a um projeto de vida que se inicia com a formação de uma díade conjugal. O casal se forma, tradicionalmente, a partir da união de duas pessoas de sexos distintos que se comprometem com um projeto conjunto de relação estável (Rodrigues Pires, 2008). Essa é uma definição convencional/tradicional, porque tem a heterossexualidade e a estabilidade como valores subentendidos. A relação conjugal é afirmada publicamente como um compromisso com reconhecimento social, amparo legal e religioso.

A afirmação legal, religiosa e social da relação, entretanto, é apenas uma parte do projeto conjugal. Ao longo do processo de construção da conjugalidade se estabelece um modo próprio de funcionamento de cada díade conjugal, fato que dá a cada relação características únicas. Duas pessoas passam a ter o desafio da construção de uma identidade em comum: a identidade do

casal (Féres-Carneiro, 1998). A formação da identidade conjugal acontece na interação contínua de dois estranhos, com biografias, histórias familiares e identidades pessoais próprias.

A constituição de um casal é, portanto, um ato dramático (Féres-Carneiro, 1998). Nesse ato, duas pessoas são confrontadas com o desafio de continuarem suas biografias individuais ao mesmo tempo em que se abrem para reformularem a si mesmas. As dificuldades do mútuo conhecimento e a inevitável tensão entre individualidade e conjugalidade são alguns dos desafios encarados no processo de construção da relação (Cardella, 2009; Féres-Carneiro, 2001).

O comprometimento de ambos com a relação é o elemento fundamental para tornar esse projeto de união algo estável e duradouro. Esse comprometimento implica a relativização de projetos, estilos, costumes, preferências e desejos individuais em função do projeto conjugal (Barboza, 2012). O desafio é construir a conjugalidade aceitando o fato de que esta se constitui a partir de duas individualidades/identidades distintas. Os cônjuges são desafiados a construir uma terceira identidade que produz transformações naquilo que eles mesmos são, ou seja, em suas próprias identidades.

Identidade, neste trabalho, é compreendida como o conjunto de crenças, valores e lógicas de interação que definem o modo de operar de uma pessoa (Pires, 2013b). A relação conjugal implica, portanto, no encontro/confronto de diferentes formas de compreensão da realidade, preferências pessoais, estilos emocionais e cognitivos de uma pessoa. A própria pessoa tem uma percepção daquilo que a constitui e caracteriza, tornando-a única em relação às outras pessoas. O conceito de identidade inclui o sentido de *self*, ou seja: “o sentido que as pessoas fazem de si” (Rosa & Gonçalves, 2013, p.305).

O sentido de si é desenvolvido em um conjunto de interações estabelecidas com outras pessoas durante a vida. Como foi apresentada na teoria do Sistema de Estruturação de Crenças

Sociointerativo, a construção da identidade depende crucialmente das interpretações que a pessoa faz das suas experiências de encontro com o mundo, com o outro e consigo mesmo. Ter um sentido de si envolve o sentido dos outros e das diferenças entre essas realidades. O entendimento de si se dá, em grande parte, no contraste formado pelo contato com outros e suas diferenças em relação a um “si mesmo”. Desse modo, a formação da própria identidade acontece predominantemente no contexto das relações sociais (Carneiro, 2014).

No processo de formação de um indivíduo, as tensões entre o “eu” e os “outros” se dá desde o início da vida, mas é na idade adulta que os desafios parecem ganhar maior complexidade. É importante considerar que a identidade é concebida, neste trabalho, em uma perspectiva dialética. Isso significa considerar que ela está em processo constante de desconstrução e reconstrução. Alguns aspectos, entretanto, vão se tornando mais estáveis enquanto o indivíduo alcança a maturidade biopsíquica. Quanto mais estáveis e sólidas se tornam as percepções acerca de si mesmo, do mundo e dos outros, mais difícil pode se tornar a realização de mudanças na autoidentidade. Isso, porque ocorre um processo de complexificação ao longo da biografia de cada pessoa. O sistema de crenças se expande de modo ilimitado, assim com as lógicas de interação estabelecidas ao longo da vida. A repetição de experiências e os processos de contingenciamento que não são submetidos a uma análise reflexiva, tendem a formar um sistema mais complexo e resistente a mudanças (Pires, 2013b).

A construção de uma relação conjugal se dá, normalmente, na idade adulta, quando se espera maior maturidade das pessoas. Ao mesmo tempo, essa é uma das relações mais complexas e singulares dentre as que o indivíduo estabelece ao longo de sua biografia (Cardella, 2009; Féres-Carneiro, 2012; Rolim & Wendling, 2013). A transformação da identidade de cada cônjuge em função da construção da conjugalidade depende, em grande parte, do valor e dos significados

atribuídos por cada um tanto à conjugalidade como à sua própria constituição como indivíduo. Esses valores e significados são desenvolvidos e sustentados por influência da educação familiar, das experiências de vida, de referenciais religiosos e de influências do ambiente sociocultural em que o casal está inserido.

Quanto maior for o valor atribuído ao projeto de vida conjugal, maior flexibilidade se espera do indivíduo para aceitar transformações em si em função do “nós” (Cardella, 2009). Por outro lado, quanto maior for o valor atribuído à própria individualidade, maior resistência se espera nos processos de mudança que a conjugalidade exige. Isso significa dizer que as lógicas de interação estabelecidas em uma relação conjugal dependem do tipo de valor que os envolvidos atribuem à conjugalidade e à individualidade. Essa não é a única questão importante a se considerar como possível ameaça à construção da conjugalidade.

Cardella (2009, p. 43) argumenta: “Uma pessoa que encontrou um sentido de si pode renunciar a partes suas para encontrar-se com o outro e constituir um “nós””. Para essa autora, encontrar um sentido de si é, portanto, um requisito fundamental para que seja possível integrar-se na constituição de um projeto conjugal - um “nós”. A partir dessa concepção é possível compreender outro motivo pelo qual pode se tornar inviável o desenvolvimento de um projeto conjugal: a falta de um sentido maduro de si. Essa dificuldade não diz respeito apenas a casos específicos, mas parece ser um problema crescente da sociedade hedocultural (Pires, 2014). Uma característica marcante desse tempo é a velocidade com que as identidades mudam (Bauman, 2004; Pires, 2013b). Viver em um mundo no qual as identidades flutuam nos leva a deduzir que a conjugalidade pode deixar de ser um projeto que visa à estabilidade e à durabilidade.

A dinâmica de funcionamento de uma relação conjugal, mesmo em uma sociedade tradicional, é altamente complexa (Giddens, 1993; Scorsolini-Comin & Santos, 2011). A complexidade aumenta quando se leva em consideração que a construção da relação não sofre

influência apenas da interação de duas biografias, sistemas de crenças/identidades e projetos de vida de indivíduos. Os elementos individuais que constituem as identidades interagem com fatores externos mais abrangentes, tais como as tendências culturais vigentes em cada tempo social (Féres-Carneiro, Ziviani & Magalhães, 2011; Pires, 2013b). A pertinência das reflexões acerca da subjetividade e das interações humanas exige e depende de que se leve em consideração esses fatores mais abrangentes.

No cenário sociocultural atual, parece estar se tornando mais difícil desenvolver um sentido de si que tenha bases estáveis (Pires, 2013a, 2013b). Pires (2014) utiliza o conceito de “flutuação ôntica das identidades” (p.49-50) para se referir a esse fenômeno coletivo de indefinição e instabilidade. De acordo com esse autor, esse fenômeno pode ser compreendido como uma hiper-instabilidade do ou no modo operacional das pessoas se apresentarem em lógicas ou experiências sociais de encontros.

A flutuação ôntica das identidades é um fenômeno típico de um mundo onde “a escolha de uma identidade tem acontecido com base no pressuposto da maximização erótica do uso das liberdades individuais.” (Pires, 2014, p.50). Em um mundo tradicional, onde as escolhas se baseavam em referenciais fixos, era possível desenvolver uma lógica estável de funcionamento psicológico e social. Ao estabelecer o princípio do prazer como a base motivacional predominante para as suas escolhas, os indivíduos tornaram-se reféns dos próprios desejos flutuantes.

Essa condição do mundo e dos indivíduos parece criar, então, as condições necessárias para que a concepção tradicional de conjugalidade entre em crise/colapso. A partir dessa crise, abrem-se novas possibilidades para a formação e aceitação social de múltiplas formas de relação conjugal e de família (Jablonski, 2010).

Racionalidade do prazer e a destradicionalização da conjugalidade evangélica no Brasil

A partir da Teoria do Sistema de Estruturação de Crença Sociointerativo, pode-se considerar a relação conjugal como “encontro de mundos complexos” (Pires, 2013b, p. 157), ou seja, de pessoas que se movem e funcionam individual e relacionalmente a partir de suas crenças, e criam assim lógicas de interação com características próprias. No cenário social atual, as crenças e as lógicas de interação têm sofrido uma influência significativa de uma variável que se apresenta como tendência cultural generalizada: a racionalidade do prazer. Essa racionalidade combina as “variáveis produção, consumo e prazer” (Pires, 2013a, p.244) para definir os valores fundamentais de um ideal de felicidade predominante.

Ao referir-se a um contexto amplo de mudanças, este artigo coloca em destaque esse novo modo de funcionamento dos indivíduos em uma sociedade hedocultural (Pires, 2013a). A sociedade hedocultural é aquela na qual as relações sociais funcionam, predominantemente, a partir desse fator condicionante: a racionalidade do prazer. Essa racionalidade produz lógicas de interação que se constituem por um sentido funcional-pragmático. O outro deixa de ser alvo do meu afeto, para se tornar um objeto com a função de produzir experiências prazerosas. O desejo erótico tem o seu lócus no tempo presente. Por isso, as escolhas são feitas sem qualquer referência de natureza escatológica. O presente é o lugar da felicidade. A hipótese central deste trabalho afirma que a conjugalidade convencional está em crise no mundo evangélico brasileiro. A crise das relações conjugais é compreendida como uma consequência desse condicionamento cultural.

A racionalidade do prazer é a variável mais importante para se compreender esse novo processo de condicionamento social. É ela que se coloca como a principal fonte de crenças e de

construção dos sentidos para se escolher as lógicas de interação estabelecidas entre as pessoas. A formação dessa nova sociedade implica a produção de um novo tipo de subjetividade que favorece a autorreferencialidade, cria a impossibilidade de uma estabilidade identitária e, conseqüentemente, desfavorece a construção da conjugalidade em sua forma convencional.

A destradicionalização do casamento evangélico significa a ruptura com um modelo convencional caracterizado pela rigidez, ou dito de outro modo, pela adesão inquestionável às regras e tradições da doutrina religiosa. As referências morais rígido-estáveis estão sendo dissolvidas para permitir uma vida autônoma e em maior velocidade. Essa velocidade se materializa na forma de uma constante busca por experiências máximas (Bauman, 1998).

Entre os evangélicos, o conceito cristão tradicional de amor/afeto paciente e sofredor está sendo substituído por uma concepção mais fluída da vida e das relações. Isso parece afetar tanto o discurso e atitudes de alguns líderes, como a vida cotidiana dos evangélicos brasileiros (Pires, 2014). Essa mudança se dá ao mesmo tempo em que emerge uma força motivacional fundamental das relações antes consideradas amorosas: uma insaciável fome erótica. Na sociedade hedocultural, ao falar-se de amor se quer dizer prazer e não afeto (Bauman, 2004; Pires, 2013a, 2013b).

As relações pautadas pelo sentido cristão tradicional de amor valorizavam a estabilidade e a durabilidade. Na concepção cristã a estabilidade das relações é considerada viável a partir da autonegação. A concepção de amor apresentada por Cardella (2009) concorda, portanto, com esse sentido tradicional: “Amor implica um esvaziamento de si mesmo” (p.43). A autora considera que deve haver primeiramente um sentido de si amadurecido. A partir desse sentido torna-se possível, no encontro afetivo com o outro, a abertura para a transformação da própria identidade em função da construção de uma relação eu-tu.

O conceito de amor/afeto presente na tradição cristã está diretamente ligado ao de paciência (Pires, 2013b). A poesia paulina se refere ao amor como condicionante de uma lógica de autonegação na relação com o outro: “tudo sofre, tudo crê, tudo espera, tudo suporta” (I Coríntios, 13:7, Bíblia Sagrada, N.V.I.). De acordo com Pires (2013b), a paciência, nesse sentido, “preconiza a ideia de resistir o poder corrosivo da desistência de uma cumplicidade afetiva em um processo interativo” (p.173). A valorização da paciência pressupõe a disposição para suportar o desprazer que se inclui na biografia de uma relação que enfrenta conflitos e desconfortos. A ética das relações conjugais na perspectiva cristã tradicional é anti-hedonista. O modelo referencial para se compreender o amor é o do Cristo sofredor, desprovido de beleza estética, valorizando a beleza no seu sentido ético e afetivo (Pires, 2013a). Por isso se trata de uma ética rejeitada no mundo hedocultural.

Grande parte dos autores brasileiros que realizam pesquisas sobre a conjugalidade e a vida familiar (Diniz, 2009; Féres-Carneiro, Ziviani & Magalhães, 2011; Jablonski, 2010; Souza, 2010; Zordan, 2010) acredita que está ocorrendo no Brasil contemporâneo o mesmo que Bauman (2004) e Giddens (2007) apontam como sendo uma tendência global. Os modelos convencionais de conjugalidade estão em uma condição de flagrante crise. O texto de Bernardo Jablonski (2010) dá sustentação a essa afirmação ao fazer referência a algumas pesquisas realizadas nos grandes centros urbanos ocidentais. De acordo com ele, essas pesquisas estão mostrando que a instabilidade nas relações conjugais é uma tendência de amplitude global.

Feres-Carneiro, Ziviani e Magalhães (2011) identificam essas mesmas tendências ao afirmarem que “O panorama social contemporâneo apresenta múltiplas conjugalidades que se constituem, desconstituem-se e reconstituem-se, num ritmo muito acelerado...” (p.43). O ritmo acelerado de formação de um casal, a dissolução do casamento e a construção de um novo

casamento mostra que a construção de relações conjugais de longa duração está sendo substituída por experiências transitórias. Esse processo nasce a partir de novas exigências dos indivíduos, exigências essas que emergem de um novo sistema de valores flutuante e instável. A monogamia se torna inviável em um contexto que valoriza as múltiplas experiências prazerosas.

Esse modelo de sociedade hedocultural torna viável o prognóstico feito pela sexóloga Regina Navarro Lins (2005) em uma entrevista à IstoÉ Independente. Ela considera que a tendência para o futuro dos relacionamentos e da sexualidade é a poligamia e a androginia. Esses são modelos caracterizados pelo que foi definido por Pires (2014) como a “erótica dos gêneros multiformes”, um dos fatores desencadeadores da flutuação ôntica das identidades.

Lins (2005) acredita que o modelo monogâmico e heterossexual de casamento é responsável pelo esfriamento do desejo sexual e do prazer. A exclusividade sexual e a heteronormatividade tendem, portanto, a acabar. Ela fala em uma nova tendência de aceitação social da multiplicidade de parceiros e das várias formas de obtenção do prazer sexual, independente dos gêneros e da quantidade de pessoas envolvidas. Práticas como a troca de casais, o sexo a três e o sexo grupal tendem a se tornar cada vez mais corriqueiras. Cabe ressaltar que essas práticas não constituem uma novidade em si, uma vez que as orgias e várias outras formas de manifestação da sexualidade estiveram presente em outros momentos da história, como foi o caso, por exemplo, da Roma antiga. Em muitos casos, as orgias tinham um sentido religioso, ritualístico, envolvendo o culto a divindades. Na Roma antiga, no entanto, em grande parte o sexo tinha uma conotação puramente pagã. As práticas sexuais normalmente eram desprovidas de culpa, significado ou filosofia (diferentemente dos gregos), nesses casos (Blanc, 2013).

O que é importante ressaltar é que o ocidente católico e protestante construiu um patrimônio moral que inclui a castidade como um valor importante. Desde as primeiras orientações apostólicas, os cristãos sempre condenaram as práticas sexuais extraconjugais e promíscuas em todas as suas formas. A carta do apóstolo Paulo à igreja cristã em Roma condena as depravações sexuais dos romanos, dentre as quais incluíam-se as relações homossexuais masculinas e femininas (Romanos, capítulo 1, versículos 20-32, Bíblia Sagrada, N.V.I.). Essa tradição foi mantida na história do cristianismo. O que parece estar mudando no contexto da sociedade hedocultural é a perda do poder de veto da religião para tais práticas.

A valorização da liberdade individual irrestrita, que inclui o direito ao uso do próprio corpo sem a ingerência da autoridade de uma tradição religiosa é o que se apresenta como novo. O discurso religioso pode condenar as práticas sexuais que não obedeçam aos critérios da monogamia e da heterossexualidade, mas já não tem o poder de impedir que as pessoas se engajem em tais práticas. A mudança está na emancipação dos indivíduos, no sentido objetivo e subjetivo (consciência moral). O que o presente texto objetiva ressaltar é a rejeição da ética do limite imposta pela religião tradicional, no contexto hedocultural em expansão. Por isso os indivíduos estão cada vez mais livres para buscar as múltiplas possibilidades de obtenção dos prazeres (Pires, 2014).

Em contrapartida a essa afirmação de que a diversificação das formas de obtenção do prazer pode maximizá-lo, Pires (2014) afirma que: “Quanto mais se busca novas formas de experiência com o prazer, maiores serão riscos de chegar à sua saturação” (p.53). Esse autor considera que, de fato, a religião tradicional chegou ao seu ocaso. Com o fim da religião tradicional, a tendência que se figura é a da crescente aceitação social das múltiplas formas de relacionamento com foco na obtenção do prazer sexual. O autor argumenta, portanto, que os

efeitos da multiplicidade de formas de obtenção de prazer tendem a saturá-lo, ao invés de maximizá-lo.

O novo sistema de valores da sociedade hedocultural se sustenta na crença de que viver é se realizar hedonicamente, o tempo todo. É esse o sentido do “ser feliz”, constantemente propagado nos meios de comunicação em massa (Baptista, 2011; Carrera, 2014). As interações e os projetos de vida nos quais os indivíduos se engajam são vistos como vias para se atingir um ideal de vida feliz.

O outro se tornou o meio pelo qual o “eu” pode satisfazer suas próprias necessidades e desejos, em uma corrida insaciável por experiências eroticamente intensas e afetivamente vazias (Bittencourt, 2012). Nesse contexto, Pires (2013b) afirma que as pessoas estão sendo cada vez mais desejadas e menos amadas. Isso significa que as interações são motivadas pelo desejo, o que torna o outro um objeto passível de ser usado para a autossatisfação e que pode ser descartado após o uso.

Essa nova lógica, determinada por uma racionalidade do prazer, parece exercer influência significativa sobre os evangélicos brasileiros atualmente. O pastor presbiteriano Augustus Nicodemus Lopes (2008) utiliza o conceito de neolibertinos para se referir a pessoas que, apesar de fazerem parte de igrejas evangélicas, seguem as tendências hedoculturais supracitadas. Os neolibertinos são pessoas que se colocam “contra qualquer sistema que tenha uma ética definida, com valores morais absolutos e fixos” (Lopes, 2008, p.133).

De acordo com esse pastor (Lopes, 2008), essas pessoas podem ser membros de igrejas evangélicas tradicionais, mas ignoram as crenças oficialmente afirmadas por essas instituições. Em suas representações mais radicais, os neolibertinos fazem apologia do “sexo antes do casamento, multiplicidade de parceiros, as relações homossexuais, a troca de esposas e maridos, a pornografia, as aventuras amorosas fora do casamento...” (Lopes, 2008, p.133). É possível

concluir, portanto, que para Lopes (2008) o prognóstico de Lins (2005) que prevê o fim do modelo monogâmico e heterossexual de casamento em função da nova tendência de aceitação social da multiplicidade de parceiros também se aproxima do mundo evangélico.

A preocupação de Lopes (2008) com a instabilidade do casamento evangélico também é comunicada, especialmente, no que diz respeito ao comportamento dos próprios líderes da igreja. De acordo com ele, tem sido preocupante o número de pastores que se divorciam e se casam novamente sem o respeito aos critérios tradicionais. O autor afirma que o divórcio só pode ser aceito, conforme a concepção presbiteriana tradicional, em duas circunstâncias: “o adultério e a deserção obstinada” (p.137). A deserção obstinada é a decisão, por parte de um cônjuge, de romper com a relação conjugal. Essa ruptura não se justifica por uma causa tal como o adultério praticado pelo outro cônjuge. Por deserção, compreende-se a decisão por sair do casamento, de modo determinado e sem volta. Uma das preocupações do pastor Lopes (2008) é a de que há um crescente número de pastores que passam por várias experiências de divórcios e novos casamentos, o que constitui um exemplo comprometedor, por transgredir as próprias regras da doutrina professada por eles.

Outra preocupação de Lopes (2008) é o efeito dessa instabilidade conjugal de pastores sobre as crenças e os comportamentos de jovens evangélicos. Além dessas preocupações, ainda há o receio de uma possível influência disso sobre os próprios casais. Ele considera que ao se divorciarem dessa forma, os pastores estão fomentando a seguinte crença nos evangélicos casados: “O divórcio é uma solução legal e fácil para resolver os problemas do casamento” (p.137). Ao mostrar tais preocupações, esse autor evidencia a possível expansão de uma crise da conjugalidade nas igrejas evangélicas brasileiras.

A lógica de um relacionamento estável pressupõe o estabelecimento de um vínculo duradouro, também compreendido como uma aliança (Féres-Carneiro, 2012). Essa é uma parceria estável organizada por orientações, valores e normas que delimitam funções e dão sustentação a crenças e lógicas de interação que visam à manutenção da relação. A preocupação maior manifestada por Lopes (2008) parece ser a de que a ruptura com o paradigma evangélico tradicional está colocando em risco os ideais de estabilidade e durabilidade do casamento.

O novo modelo de conjugalidade que parece estar emergindo entre evangélicos brasileiros membros de igrejas tradicionais privilegia a individualidade. A conjugalidade, como evidenciado na preocupação de Lopes (2008), parecer estar se tornando cada vez mais instável. A pesquisa empírica que é apresentada nos tópicos seguintes investiga se essa tendência pode ser identificada nos relatos de experiência e nas opiniões de seis homens e mulheres evangélicos brasileiros divorciados.

Método

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas para coleta de dados e análise qualitativa de conteúdo para construção dos resultados e a discussão dos mesmos. De modo mais específico, foi realizada a Análise Temática de Conteúdo, conforme o entendimento de Minayo (2007). As análises consideraram os objetivos do trabalho, que dizem respeito à destradicionalização do casamento evangélico no Brasil. Outras questões sobre o casamento evangélico foram acrescentadas, na medida em que surgiram no conteúdo das entrevistas e mostraram-se relevantes para ampliar a compreensão sobre o objeto de estudo.

Participantes

Participaram do estudo seis pessoas, sendo três do sexo masculino e três do sexo feminino. Foram selecionados um homem e uma mulher em cada uma das denominações evangélicas escolhidas. Os critérios de inclusão para seleção dos participantes foram: 1) ser evangélico, membro de uma das igrejas estudadas; 2) ser membro da igreja atual desde antes de ter se casado; 3) ter idade igual ou acima de 30 anos; 4) ter permanecido casado por pelo menos um ano; 5) ter concluído o processo de divórcio; 6) ter se divorciado há pelo menos seis meses.

A amostra de conveniência foi formada com a ajuda de pastores e membros das igrejas evangélicas escolhidas. Os participantes foram selecionados a partir de visitas às igrejas, através de contatos com os seus líderes, ou por indicação de membros das igrejas selecionadas. Participações também ocorreram por meio de indicações de pessoas conhecidas do autor deste trabalho.

Ambiente, Materiais e Equipamentos

Foi solicitado a todos os entrevistados que as entrevistas fossem realizadas apenas com a presença do entrevistador e do/a participante, no intuito de garantir a privacidade e evitar interrupções. Em dois casos foi necessário abrir exceções. No primeiro caso isso se fez necessário porque a entrevistada tinha o horário disponível somente no momento em que precisava cuidar de uma pessoa portadora de necessidades especiais. No segundo caso, a entrevistada tinha duas filhas em idade pré-escolar e no horário disponível não era possível deixá-las em outro ambiente.

Uma das entrevistas foi realizada por telefone e gravada no próprio aparelho celular. Isso ocorreu devido ao fato do participante residir em São José dos Campos, São Paulo. Todas as entrevistas foram feitas e transcritas pelo próprio autor deste trabalho, que reside em Goiânia.

Foram utilizados os seguintes equipamentos e materiais: 1) Gravador digital portátil e/ou aplicativo de gravação instalado em celular; 2) Bloco de anotações de uso do entrevistador; 3) Termo de Livre Consentimento Esclarecido (TLCE); 4) Termo de Autorização para Utilização de Imagem e Som de Voz Para Fins de Pesquisa; 5) Questionário sociodemográfico e experiencial; 2) Roteiro de entrevista.

Procedimentos Éticos

O projeto de pesquisa foi submetido e aprovado por Comitê de Ética em Pesquisa. Todos os participantes leram e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), bem como o Termo de Autorização para Utilização de Imagem e Som de Voz Para Fins de Pesquisa. No caso do participante que foi entrevistado por telefone, o termo foi enviado por e-mail. O participante assinou e enviou uma cópia digitalizada ao pesquisador.

Procedimentos de Coleta de Dados

Os participantes foram contatados pelo pesquisador que explicou a natureza da pesquisa. Após aceitarem participar do estudo, foi feito o agendamento das entrevistas. No primeiro contato telefônico para agendamento, cada participante foi informado de que o tempo estimado para a entrevista era de aproximadamente 60 minutos, incluindo todos os procedimentos. Foi marcada data e hora para a realização de cada entrevista. A entrevista com a Participante 2

ocorreu em uma sala reservada na área comum do prédio onde reside o autor deste trabalho. O Participante 4 foi entrevistado em uma sala de aula (vazia) de uma universidade de Goiânia. Todas as outras entrevistas foram feitas nas residências dos participantes.

Procedimentos de Análise dos Dados

Inicialmente foi feita a análise dos dados obtidos através do Questionário Sociodemográfico e Experiencial. Em seguida foi feita a análise de conteúdo das entrevistas levando em consideração as etapas descritas por Minayo (2007) como sendo características da Análise Temática de Conteúdo. A primeira parte da análise consistiu na leitura flutuante dos conteúdos das entrevistas. Nesse processo de leitura, as hipóteses foram repensadas e ganharam a sua forma final apresentada neste artigo. Foram realizadas várias leituras do conteúdo transcrito das entrevistas. Esse processo de exploração do texto e de reflexão acerca das respostas emitidas pelos participantes resultou na elaboração das categorias de análise.

As categorias foram criadas, portanto, a partir do próprio corpus da pesquisa, respeitando os objetivos do trabalho. Essas categorias foram apresentadas como subtópicos, dentro do tópico Resultados e Discussão. Cada subtópico representa uma categoria. As categorias de análise são indicadores qualitativos para a análise dos dados. Esses indicadores visam relacionar o conteúdo das entrevistas aos objetivos do estudo e toma por base a revisão de literatura realizada. De acordo com Minayo (2007), tendo sido identificados esses indicadores/categorias, é possível fazer inferências e interpretações, inter-relacionando-as com os referenciais teóricos e também com novas possibilidades de entendimento sugeridas pelo próprio conteúdo. Esses foram os procedimentos de análise realizados.

Resultados e Discussão

O casamento sempre foi uma das instituições mais valorizadas no mundo cristão, tanto católico como protestante e evangélico. Novas pressões, entretanto, parecem estar surgindo para os casais evangélicos brasileiros em um tempo de transição no qual os referenciais tradicionais estão sendo questionados. Os dados obtidos no presente estudo ajudaram a compreender como essas mudanças estão afetando as igrejas evangélicas tradicionais e seus membros.

Perfil sociodemográfico

A Tabela 1 apresenta o perfil sociodemográfico e dados acerca do casamento e do divórcio. Os nomes das e dos participantes foram substituídos por números, para preservar o anonimato. A sequência foi dividida considerando o sexo/gênero, sendo as três primeiras participantes do sexo feminino e os últimos três do sexo masculino. Esse mesmo padrão será mantido em todas as apresentações de dados ao longo deste capítulo.

TABELA 1

Perfil sociodemográfico e informações sobre casamento e divórcio

P.	Idade	Igreja	Form.	Tit.	Prof.	E. C. Atual	I.C.	T.C.	T.D.	Renda
1F	54	Presb.	Artes Plásticas Música	Esp.	Professora	Divorciada	16	30	11	1.734,00 a 7.475,00
2F	33	A.D.	Jornalismo	Grad.	Jornalista	Divorciada	16	16	01	1.734,00 a 7.475,00
3F	40	Batista	Ensino Médio	-	Gerente Financeira	Divorciada	32	07	01	1.734,00 a 7.475,00
4M	58	Presb.	Teologia Adm. de Empresas	Esp.	Aposentado Estudante	Casado	19	28	11	1.734,00 a 7.475,00
5M	44	A.D.	Ciências Contábeis	Esp.	Empresário	Divorciado	39	04	01	1.734,00 a 7.475,00
6M	36	Batista	Engenharia	Grad.	Engenheiro de Desenvolvimento de Produto	Divorciado	30	06	<01	Acima de R\$ 9.745,00

Nota. P. = Participante; F = Feminino; M = Masculino; Igr = Presb.= Presbiteriana; Bat. = Batista; A.D.=Assembleia de Deus; Form. = Formação Acadêmica; Tit. = Titulação Acadêmica; Grad. = Graduada (o); Esp. = Especialista; Prof. = Profissão; E. C. Atual = Estado Civil Atual; I.C. = Idade quando se casou; T.C. = Tempo que permaneceu casado (a); T. D. = Tempo que está divorciado/a.

Cinco, das seis pessoas entrevistadas, têm curso superior. Três são especialistas e dois graduados. A faixa etária variou dos 33 aos 57 anos de idade. Quanto à renda, cinco participantes declararam receber entre 1.734,00 a 7.457,00. O Participante 6 declarou uma renda mensal acima de R\$ 9.745,00. De acordo com a classificação de classes socioeconômicas da Fundação Getúlio Vargas (FGV, 2014), os primeiros cinco participantes pertencem à Classe B e apenas o Participante 6 pertence à Classe A.

Apenas dois participantes, uma mulher e um homem, se divorciaram há mais de 10 anos. Os outros quatro participantes se divorciaram há um ano ou menos. Isso significa que as entrevistas foram realizadas, em sua maioria, com pessoas que têm histórias recentes de divórcio. Apenas o Participante 4 casou-se novamente. Quanto à idade que tinham quando se casaram, duas participantes tinham 16 anos, um homem tinha 19 anos, e todos os outros se casaram com 30 anos ou mais. Houve também uma grande variação quanto ao tempo em que cada um permaneceu casado. A menor duração foi de 4 anos e a maior de 30 anos.

A Tabela 2 mostra também a relação dos participantes com a religião/fé. Os comentários e descrições das informações contidas nessa tabela apresentam-se a seguir.

TABELA 2
Relação com a religião/fé que professa

P.	Relação com a religião	Frequência às atividades da igreja	Influência das crenças religiosas no cotidiano	Frequência com que lê a Bíblia
1F	Fortalecida com minha relação com Deus	Esporadicamente	Total	Mais de uma vez por semana
2F	Fé	Mais de uma vez por semana	Moderada	Todos os dias
3F	Boa	Mais de uma vez por semana	Grande	Todos os dias
4M	Compromisso; Envolvimento; Dedicação.	Mais de uma vez por semana	Determina tudo na minha vida	Todos os dias
5M	Intermediadora; Faz conhecer o caminho entre o Criador e a criatura.	Mais de uma vez por semana	Fundamental	Todos os dias
6M	Grande influência; Adota os princípios da sua religião para fazer as escolhas diárias.	Participa de todas as atividades	Central	Todos os dias

Nota. P. = Participante

A Tabela 2 mostra que a maior parte dos entrevistados avalia a sua relação com a religião como muito significativa. As respostas dadas a todas as questões mostraram que a fé ou a religião são importantes para os participantes. Apenas a Participante 1 afirmou que vai à igreja esporadicamente. Um dos motivos apontados para isso foi o fato de que ela passou a se perceber discriminada por parte das pessoas da igreja após o divórcio. Os outros participantes disseram que vão à igreja mais de uma vez por semana ou que participam de todas as atividades.

Chamam à atenção as respostas relativas à influência das crenças religiosas no cotidiano. A Participante 2 foi a única que afirmou que esta é moderada. Os outros mostraram que há uma grande influência. A leitura da Bíblia Sagrada também foi adotada como um indicador de compromisso com a fé/religião. Apenas a Participante 1 declarou ler a Bíblia mais de uma vez por semana, sem precisar exatamente seu investimento nessa leitura. Os outros disseram que fazem uma leitura diária. Esses dados mostram que os participantes são fortemente comprometidos com sua pertença religiosa. Isso significa comprometimento com atividades e práticas religiosas, mas não especifica o tipo de atitudes e crenças relacionadas ao casamento, ao divórcio e ao novo casamento. Esses fatores serão abordados nos subtópicos seguintes. A seguir, são apresentados os contextos em que os entrevistados conheceram seus ex-cônjuges.

A construção da conjugalidade é uma dimensão fundamental nessa pesquisa. Vários fatores influenciam a escolha de um/a parceiro/a. Na Tabela 3 são apresentados os contextos em que os entrevistados conheceram seus ex-cônjuges, assim como os fatores que motivaram suas escolhas.

TABELA 3

Forma/Modo como cada participante conheceu o/a ex-cônjuge e os fatores de atração

P.	Como você conheceu o seu ex-cônjuge?	Fatores de atração
1F (Presbiteriana)	Na igreja. Fui passar uns dias na casa de parentes que frequentavam a mesma igreja.	Beleza Relação com a família Fé
2F (Assembleia de Deus)	Em um retiro promovido pela juventude da igreja.	Não declarou
3F (Batista)	No curso de inglês.	Jeito carinhoso Insistência
4M (Presbiteriana)	Em evento da igreja	Falta de orientação familiar Receptividade dos sogros Acomodação social Imaturidade
5M (Assembleia de Deus)	Em reunião de culto religioso, onde a ex-cônjuge é sobrinha de um pastor casado com minha tia.	Influência de outras pessoas Ser da mesma religião Aparência Ter objetivos semelhantes
6M (Batista)	Na igreja. Frequentávamos os cultos da juventude e nos tornamos amigos.	Mesma fé Afinidade Atração

Nota. P. = Participante

A Tabela 3 mostra que apenas a Participante 3 conheceu o ex-cônjuge em um ambiente sem relação com a igreja. Ela relatou, entretanto, que ele era da igreja desde criança. As/os participantes foram perguntadas/os sobre que fatores as/os levaram as escolher os/as ex-cônjuges. Nesse contexto apenas a Participante 2 se omitiu. O fator relatado com maior frequência foi o de pertencer à mesma religião ou fé. O segundo foi a atratividade física que pode ser inferida dos seguintes conceitos utilizados pelas/os entrevistadas/os: beleza, aparência e atração. O Participante 4 foi o único que enfatizou fatores negativos ou externos como influenciadores da sua escolha pela ex-cônjuge. O fato de ele dizer que sentia falta de orientação familiar e que encontrou receptividade/apoio nos sogros pode ter sido visto como um fator importante e compensatório para uma necessidade e/ou carência que ele sentia em função da percepção de falta de orientação familiar. Ele pode, inclusive, ter se casado com a “família” e não necessariamente com a ex-conjuge/parceira.

Os impactos do divórcio foi outra dimensão investigada. A Tabela 4 mostra que, na maioria dos casos, eles diminuíram ao longo do tempo. Para avaliação dos impactos, foi utilizada a seguinte escala Likert: (1) Muito positivo; (2) Positivo; (3) Não houve impacto; (4) Negativo, e; (5) Muito negativo. Foram marcados em negrito, na Tabela, os casos em que o impacto aumentou. As participantes 2 e 3 relataram que o impacto sobre a saúde física é maior hoje do que à época do divórcio. Em ambos os casos, o divórcio é recente, tendo ocorrido em aproximadamente um ano. Nos dois casos, as participantes relataram que os ex-cônjuges não prestam ajuda financeira. Isso passou a significar, para ambas, a exigência de maior dedicação ao trabalho.

TABELA 4
Impactos do divórcio na época e atualmente.

P.	Den.		Saúde Física	Trabalho	Familiares	Pessoas da igreja	Fé/ Crenças religiosas	Saúde Mental	Filhos	Amigos
1F	Presb	Antes	4	4	4	5	5	4	5	4
		Depois	2	1	2	4	-	1	-	1
2F	A.D.	Antes	4	3	2	4	4	4	4	-
		Depois	5	3	2	5	2	2	4	-
3F	Bat	Antes	1	4	3	4	2	2	5	4
		Depois	4	3	3	4	2	1	4	4
4M	Presb	Antes	5	5	1	5	1	4	2	1
		Depois	1	1	1	4	1	1	1	1
5M	A.D.	Antes	3	3	4	4	4	4	-	3
		Depois	3	3	3	3	3	2	-	3
6M	Bat	Antes	4	4	3	4	5	5	-	3
		Depois	3	3	3	3	3	2	-	2

Nota. Den. = Denominação; Presb = Presbiteriana, Bat = Batista, A. D. = Assembleia de Deus; Antes = À época em que o divórcio ocorreu; Depois = Atualmente; Obs.: Os dados em negrito destacam os casos em que o impacto aumentou, quando comparado o antes e o depois.

A Participante 2 tem dois filhos e a Participante 3 duas filhas. A Participante 3, em especial, enfatizou a dificuldade de sua jornada dupla envolvendo o emprego, o cuidado da casa e com as filhas. O caso desta participante teve uma diferença importante em relação aos outros relatos. Ela foi

a única que relatou abertamente uma história de agressões físicas recebidas do ex-cônjuge. Segue, abaixo, parte desses relatos:

No começo do casamento, acho que uns seis meses depois que tinha casado eu já engravidei. E no começo do casamento, é, eu descobri meu, meu ex-esposo tendo um relacionamento extraconjugal. Fui conversar com ele e ele me agrediu fisicamente. Três dias depois eu tive um aborto. E, então, começou assim. Então ele prometeu não agredir mais fisicamente e tal. Mas, alguns meses depois, depois que eu fiz o aborto, tive o aborto, eu engravidei de novo. Ele pediu pra eu não tomar remédio, porque eu passava mal. Na época ele chorou, pediu perdão e tal. E eu fiquei grávida novamente. Depois de seis meses que ele tinha me agredido, ele agrediu novamente. Porque eu fui conversar com ele sobre o mesmo problema. E, ano passado, é, a situação foi mais grave e ele chegou a me ameaçar de morte, né? (Participante 3)

O fato de ter sido vítima de violência do parceiro parece ter influenciado o relato acerca do impacto positivo do divórcio sobre a saúde mental da Participante 3. O impacto foi e continua negativo quanto à relação com as pessoas da igreja e com os amigos. O impacto sobre os filhos parece ter diminuído, mas ainda é negativo.

Nos subtópicos seguintes, são analisados os conteúdos das entrevistas acerca do casamento, divórcio, novo casamento e do aconselhamento pastoral. Esses conteúdos foram sintetizados nas tabelas que seguem. Durante as análises das tabelas foram inseridos outros conteúdos relevantes das entrevistas que são pertinentes para cada ponto de análise. A ênfase da análise recai sobre opiniões e experiências dos entrevistados, que serão problematizadas à luz da literatura que será usada como balizamento acerca das mudanças e continuidades de posturas convencionais. É importante considerar que os fatores que podem influenciar o fracasso de um casamento são muito diversos. As

peculiaridades de cada biografia e de cada dinâmica conjugal são importantes. Este estudo privilegiou, no entanto, focar nas influências da sociedade hedocultural na destradicionalização do modelo convencional de casamento evangélico. Por isso, foram privilegiadas análises que tratam da interação entre o contexto macrocultural e o casamento evangélico.

Categoria de análise 1: Opiniões sobre o casamento evangélico atual

No início da entrevista foram feitas quatro perguntas que visaram obter as opiniões das/os entrevistadas/os sobre o casamento, divórcio e novo casamento. A Tabela 5 mostra como as/os entrevistadas/os responderam à questão: “O que você pensa do casamento evangélico hoje?”.

TABELA 5

Opiniões das/os entrevistadas/os sobre o casamento evangélico na atualidade.

Participante	Fala
1F (Presbiteriana)	Eu penso que ele está mundanizado. Não tá de acordo com o que a Bíblia determina para o cristão. Não é? Está igual aos outros, outro casamento qualquer.
2F (Ass. de Deus)	Dentro de uma visão religiosa, eu acredito que, que, éé, como a gente prega esse casamento para sempre, viver até que a morte nos separe, eu acredito que a instituição ela não pratica isso de forma real. ... Então, assim, de 10 casais dentro da minha igreja, quando eu falo da minha igreja eu falo da Assembleia de Deus, 10 casais, eu acredito que 6 a 7 vivem um cenário falso. Todos na mesma situação de que se pudesse, se houvesse uma saída, não estariam mais casados.
3F (Batista)	Eu penso que, como instituição, o pensamento da igreja e o pensamento da Bíblia não se ligam. Acho que a igreja está, ela perdeu o seu foco. Ela perdeu o princípio. Por quê? Porque a Bíblia fala que Deus abomina o divórcio, né? O casamento é uma instituição de Deus.
4M (Presbiteriana)	Eu creio, eu acredito que, que não só evangélico, não só o casamento, a instituição do casamento evangélico, mas a instituição do casamento, eu creio, defendo e creio que é uma instituição viável para, tanto na questão religiosa como também para melhorar a sociedade.
5M (Ass. de Deus)	Ah, eu penso que as igrejas deveriam estar mais preparadas no âmbito de estar orientando quanto ao casamento. Porque o casamento, ele acontece, às vezes, o líder não tá tão preparado pra, pra tá orientando as pessoas que estão se candidatando ao casamento. Então, o casamento, ele pode ser mais estruturado, mais bem estruturado, éé, dentro desse contexto evangélico aí, nessa parte.
6M (Batista)	O casamento foi criado por Deus. A família é a principal instituição que Deus criou pra, pra que a gene aprendesse né, a, ééé, aprendesse o que é o bom relacionamento, ééé, o amor entre as pessoas. E na família que isso, que, que uma criança experimenta, né? As primeiras experiências dela de relacionamento é dentro de uma família. E isso deve partir de um casamento.

As três mulheres entrevistadas disseram que o casamento enfrenta dificuldades nas igrejas evangélicas das quais fazem parte. As participantes 1 e 3 disseram que há um afastamento, por parte das igrejas, em relação às orientações bíblicas para o casamento. Isso mostra um possível estado de transição de um ambiente que antes era tradicional para um novo posicionamento acerca do matrimônio.

A Participante 2 afirmou, inicialmente, que a igreja já não conta com casamentos que duram até que a morte os separe. Essa duração da relação, no entanto, ainda parece ser cobrada. A fala da Participante 2 sinaliza também que muitas pessoas vivem casamentos de fachada, para não romper com as expectativas, quer internas quer do grupo religioso a que pertencem. Ela fala de “cenário falso” e das pessoas se sentirem “sem saída”. Parece que a obediência às regras religiosas ainda tem um peso. Resta saber por quanto tempo essas pessoas conseguirão lidar com esse peso e manter a relação. Essa constatação da Participante 2 chama atenção para a importância das igrejas investirem em atividades reflexivas e de apoio a casais em diferentes fases do ciclo vital.

Dentre os homens, apenas o Participante 5 apresentou um posicionamento crítico em relação à sua igreja. Ele afirmou que considera as igrejas despreparadas para orientar as pessoas quanto ao casamento. Apontou também que os próprios líderes precisam estar mais preparados para oferecerem orientação e assistência aos casais. Para ele, a falta de orientações prejudica as pessoas que pretendem se casar. É importante destacar que apesar desse participante se referir ao contexto evangélico, ele é membro da mesma igreja que a Participante 2. A Assembleia de Deus foi a única denominação que recebeu críticas dos dois participantes. As igrejas Presbiteriana e Batista foram criticadas pelas mulheres, mas não pelos homens. Isso sugere que os

comportamentos das mulheres podem estar sendo mais escrutinados que os dos homens. Parece ser mais difícil para elas do que para os homens lidarem com o divórcio, sendo evangélicas.

Ao responderem a essa questão, os Participantes 4 e 6 não fizeram comentários sobre suas igrejas. Eles disseram o que pensam sobre o casamento em um sentido geral e também no sentido religioso. O Participante 4 afirmou acreditar no casamento e defendê-lo como uma instituição que é relevante para a sociedade, além do mundo religioso. Ele pareceu preocupado em afirmar que, apesar de ter se divorciado, não se desencantou do casamento: “Não deixei de acreditar no casamento. Confio e ainda faço casamento ainda, com toda consciência tranquila, apesar de ser divorciado”. Esse participante tem uma formação pastoral e já foi líder na Igreja Presbiteriana do Brasil. Ao se divorciar, ele perdeu o direito a ocupar funções de liderança nessa denominação. Ele ainda pode exercer algumas atividades, tal como a celebração de um casamento, mas não pode ocupar uma função de liderança. Isso quer dizer que algumas pessoas reconhecem a sua formação pastoral, apesar da instituição religiosa vetar o exercício de funções oficiais na igreja.

O Participante 6 falou sobre a definição de casamento e sua função. Ele afirmou que o casamento foi criado por Deus. A partir dele, inicia-se uma família. Uma função da família é proporcionar às crianças experiências afetivas. Para ele, é nesse contexto que as pessoas aprendem, desde o início da vida, sobre o amor e sobre o bom relacionamento. Esse posicionamento se adequa a uma concepção tradicional.

As respostas às perguntas que visaram obter as opiniões das/os entrevistadas/os sobre o casamento, divórcio e novo casamento permitiu o levantamento de evidências importantes de que o casamento tradicional enfrenta problemas nas três denominações evangélicas brasileiras estudadas. As evidências são significativas do ponto de vista qualitativo, considerando o caráter

exploratório e descritivo do estudo. Não é possível generalizar de modo contundente os resultados encontrados com base na experiência de seis participantes para todo o mundo evangélico brasileiro, mas é importante destacar que eles chamam a atenção para uma realidade relevante, no contexto desta tese.

As três mulheres entrevistadas disseram que há uma divergência entre os referenciais bíblicos e o que é praticado nas suas igrejas. Não é possível afirmar que as mulheres evangélicas, de modo geral, mostram maior preocupação e insatisfação do que os homens em relação a esse problema. Neste estudo, entretanto, essa foi a tendência observada.

Entre os três homens entrevistados, apenas um mostrou uma insatisfação em relação à sua igreja. A sua insatisfação, no entanto, parece se direcionar especificamente a um aspecto: a falta de orientação e de acompanhamento para preparar as pessoas que pretendem se casar. Esse participante, mobilizado ou não por sua experiência pessoal, indica aqui uma questão importante – a necessidade de haver um investimento por parte das igrejas em processos de preparação matrimonial que abram espaço para a discussão das várias dimensões da vida conjugal e que permitam uma reflexão entre ideal e real, expectativas e desafios.

Faz-se necessário considerar que a postura/a fala do Participante 4 pode representar um dado fora da curva (*outlier*). Ele foi o único, dentre todos os participantes, que mostrou relutância em conceder a entrevista. Concordou em participar depois de ter lido o TCLE, mas pediu para gravar a entrevista com o seu celular. Foi o único, ainda, que se apresentou como um defensor da instituição do casamento e mostrou preocupação em afirmar ausência de culpa, apesar de ser divorciado. Isso pode ter ocorrido pelo fato de que ele ocupou uma função de liderança na sua igreja e ainda celebra casamentos. Ele também mostrou maior familiaridade com o ambiente acadêmico, por ser estudante de mestrado. De certo modo, portanto, ele parece

ter sentido a necessidade de se apresentar como um “defensor” do casamento diante de um representante da comunidade científica. É preciso levar em conta, também, o fato de que ele é casado atualmente. A experiência de ter se divorciado uma vez não significa, necessariamente, que ele se desencantou com o casamento.

Por fim, a condição de ser uma pessoa divorciada dentro de uma igreja evangélica foi abordada, no contexto desta questão, pela Participante 2. Ela afirmou que as pessoas que se separam enfrentam dificuldades. Essas dificuldades dizem respeito ao preconceito de alguns líderes e membros das igrejas. Isso ficou claro na declaração abaixo:

É preconceituoso o fato de você ter que deixar um cônjuge, seja por motivo que for. Porque dentro da religião só existe uma forma de aceitar a separação: a traição. ... Olhando para esse âmbito religioso hoje, dentro da instituição, eu vejo dessa forma. Muita, muita, muita falsidade. Muito faz-de-conta. Poucos casais dos que eu convivo, dos que eu vivi, dos que compartilhei, vivem realmente um casamento de plenitude.
(Participante 2)

Essa participante, por ser uma pessoa que sempre fez parte da igreja Assembleia de Deus, deixou claro que se refere especificamente a essa instituição. Parte do preconceito contra os que se separam parece se fundar na suspeita de traição. Ela exemplifica isso com a própria experiência, dizendo: “Então, assim, quando eu passei por esse processo, a pergunta era: quem traiu? Foi você ou foi ele?”. Na concepção dela, portanto, há uma pressão pela adequação a um ideal social. Isso gera um ambiente no qual a maior parte dos casais vive uma condição de “faz-de-conta”. Para ela, os casais projetam, no ambiente religioso, uma falsa imagem de relação conjugal ideal.

Categoria de análise 2: fatores que têm levado evangélicos a se divorciarem

Uma das questões da entrevista solicitou das/os participantes emitir suas opiniões sobre os fatores que eles acreditam que têm levado casais evangélicos a se separarem. A Tabela 6 mostra os principais fatores apontados pelas/os entrevistadas/os.

TABELA 6

Fatores que levam casais evangélicos a se separarem.

Participante	Fala
1F (Presbiteriana)	Dureza de coração. Falta de entender que amor não é sentimento. Amor é um compromisso. É uma decisão. ... O egoísmo.
2F (Ass. de Deus)	Bom, eu acho que o fator, ainda, que predomina é, o, a questão da traição. Ainda existe, hoje mais do que nunca eu posso dizer isso assim. ...depois que me separei eu fui abordada diversas vezes por, quer dizer, a maioria das vezes, por homens casados, cristãos. Éé, pastores. Éé. Líderes. ... Agora, aí a gente entra no que leva à traição. Né? Porque, assim, a traição ela não acontece, aconteceu. Assim, algo levou esse parceiro, essa parceira, a esse fator. Mas, o fator predominante ainda é a traição.
3F (Batista)	Falta de conhecimento. Falta de compromisso. Falta de, de compromisso com Deus mesmo. Falta de caráter. E por volta das vezes, é o compromisso com o mundo, né? Então, a falta de compromisso com a Palavra e o compromisso com o mundo em contrapartida. ... Outro ponto de vista, que a maioria das pessoas casam na igreja por conta, às vezes, da questão da proibição do ato sexual antes do casamento.
4M (Presbiteriana)	Primeiro, o casal evangélico, ele casa muito novo. ... Então, eles casam prematuramente e até com uma certa utopia. Eles não são muito orientados e não dão a oportunidade a, a própria vivência, a socialização evangélica não prepara para casar. É tudo muito lindo, tudo muito maravilhoso, né? Isso aí eu creio que é um dos grandes problemas. Um dos grandes fatores pra separação.
5M (Ass. de Deus)	Eu acho que o, a falta de diálogo e do compromisso com a Palavra de Deus.
6M (Batista)	Bom, eu creio que as pessoas, elas procuram, né, o caminho mais fácil. Elas entendem que, uma vez que enfrentam problemas no casamento, ééé, que a maneira mais fácil é, sei lá, se ausentar desse ambiente de problema. Fugir do problema ao invés de buscar uma solução dentro do casamento. Então, talvez, também, as pessoas tenham, tenham uma ilusão de que num casamento não existem problemas, que as coisas se resolvem facilmente. ... Também vejo que as pessoas chegam no casamento com experiências é, seja experiência que ela viveu dentro da sua própria família, que não, que nem sempre são experiências boas, né? E elas, mesmo que sem intenção, acabam repetindo isso dentro do casamento. Acho que são, são vários fatores na verdade. Esses são só alguns.

As respostas apresentaram uma variedade significativa de fatores. Apenas um fator se repetiu nas falas de participantes tanto do sexo feminino (1 e 3) quanto do sexo masculino (5): a falta de compromisso com Deus, ou com a Palavra de Deus e com o amor como algo que vem de

Deus. A Participante 1 falou da dureza de coração, do egoísmo, e da falta de entendimento sobre o que é amor. Ela disse que as pessoas entendem o amor como sentimento, enquanto para ela se trata de um compromisso e de uma decisão.

A Participante 2 foi única que apontou a traição como a principal responsável pelos divórcios em sua igreja. É importante considerar, todavia, que ela não resume a traição a uma relação extraconjugal, apesar de também considerar esse sentido. Uma importante evidência apontada por ela de que o adultério é uma prática recorrente na igreja, é que ela foi abordada por homens casados depois de ter se divorciado. Esses homens incluem pastores e outros líderes. Essa declaração revela que há incoerência entre o que é ensinado e cobrado na igreja e praticado por membros e líderes. Isso também justifica o que ela considerou como um cenário de “faz-de-conta”.

As declarações da Participante 2 mostram ainda um segundo sentido do conceito de traição: “... hoje eu acho que quando o marido deixa de suprir as necessidades da casa, ele está traindo, primeiro, os votos que ele fez no altar. Quando o marido deixa de suprir a necessidade da esposa, ele também está traindo”. Ela afirma que alguns problemas que ocorrem na interação do casal têm um peso maior do que uma relação extraconjugal: “Eu acho, já cheguei a pensar em alguns momentos até que a traição física, sexual, íntima, ela é mais perdoável do que alguns atos dentro do matrimônio”. Pode-se inferir, portanto, que ela não usa o conceito de traição apenas no sentido de adultério. O adultério é um fator tradicional para a aceitação do divórcio nas igrejas evangélicas. Os fatores apontados pela Participante 2, portanto, não são completamente tradicionais. Ela citou, especificamente, dois fatores típicos de um modelo hedocultural: egoísmo e egocentrismo.

A Participante 3 chamou a atenção para uma questão relevante no mundo contemporâneo: a proibição do ato sexual antes do casamento nas igrejas evangélicas. Isso levaria os homens e mulheres a se casarem muito jovens e sem observarem outros aspectos da vida conjugal, além do ato sexual. O Participante 4 não se referiu claramente à proibição do sexo, mas afirmou que o casamento de pessoas muito jovens é um dos principais fatores que levam os evangélicos a se divorciarem. De acordo com esses participantes, o casal de namorados ou noivos busca formalizar a união precipitadamente, ou seja, sem lidar com a “*utopia*”, palavra usada pelo Participante 4. Essa palavra remete à famosa expectativa inscrita no imaginário social “*...e eles foram felizes para sempre*”.

A realização/satisfação sexual passou a ser uma dimensão valorizada no casamento contemporâneo, assim como na sociedade hedocultural. Diniz Neto (2013) aponta que foi Freud, no final do século XIX, o responsável por dar início ao estudo científico da sexualidade e por apontar sua complexidade e importância para a constituição psíquica do sujeito. De acordo com Diniz Neto (2013) ao longo do século XX vários autores se dedicaram ao estudo da sexualidade, apontando questões relativas às disfunções sexuais e ao sofrimento decorrente de dificuldades relacionadas à experiência sexual. É importante mencionar que a vivência da sexualidade foi e ainda é objeto de controle social e religioso.

A concepção cristã é de que o sexo pré-marital pode prejudicar a vida conjugal. Ao mesmo tempo, há dados que mostram que boa parte dos casais evangélicos pratica o sexo antes de casarem (BEPEC, 2011). É um desafio para as instituições religiosas, independente de denominação, encontrar formas adequadas de lidar com questões da sexualidade. Esse desafio é especialmente complexo no contexto de uma sociedade hedocultural.

Pires (2013a, p.246) considera que há uma “crença coletiva compartilhada em um mundo pós-metafísico, a saber: o prazer é uma disposição natural do ser humano e, portanto, não pode ser represado. Por isso nenhuma ética de repressão é bem-vinda nesse recinto pós-metafísico da emancipação política do ego”. As racionalidades predominantes em uma sociedade hedocultural trazem consigo as influências dos pensamentos de Nietzsche e Freud. A concepção de que é necessário praticar o sexo antes do casamento para melhorar o conhecimento entre os cônjuges tem origem na concepção moderna de que o represamento do prazer tem um efeito adoecedor.

No que diz respeito aos dados das entrevistas, os relatos da Participante 3 evidenciam que a decisão de pessoas jovens evangélicas/os pelo casamento tem uma influencia forte do desejo sexual. Ainda que isso ocorra dentro dos padrões aceitos pela instituição religiosa, esse fator indica a falta de orientações que possam preparar essas pessoas para encararem de modo realista os desafios do exercício da sexualidade e da vida conjugal. Nesse contexto, fica a sugestão de que mais estudos sobre os fatores que levam os jovens evangélicos a se casarem sejam realizados. Outra questão importante de pesquisa é saber/identificar o nível de compreensão que evangélicos jovens, tanto homens quanto mulheres, apresentam sobre a vida conjugal.

Os dados mostraram a presença de objetivos que privilegiam a individualidade e não o projeto conjugal. Esse processo fica evidente na fala da Participante 3: “a falta de compromisso com a Palavra e o compromisso com o mundo em contrapartida” . Diante de crises conjugais, e de acordo com as/os participantes desse estudo há indícios de que as/os evangélicos estão optando por caminhos mais fáceis. A falta de diálogo, a impaciência, a falta de caráter, o egoísmo e o egocentrismo foram apontados como indicadores importantes da influência de uma racionalidade do prazer. De novo foi a Participante 3 quem definiu do modo mais preciso essa

influência: “...é uma situação, assim, todo mundo voltado pra, com a mente pra, tipo assim: eu quero ser feliz, eu preciso ser feliz”. Esse posicionamento é consoante com a literatura.

Categoria de Análise 3: condições para aceitação do divórcio entre evangélicos

brasileiros

As respostas das e dos entrevistadas/os acerca dos fatores que elas e eles identificam como principais responsáveis pelos divórcios em suas igrejas foram abordadas no subtópico anterior. A presente categoria analisa o outro lado dessa questão. O objetivo foi verificar as opiniões das e dos participantes acerca das condições nas quais o divórcio é aceitável, na perspectiva evangélica. A Tabela 7 apresenta as principais declarações das/os entrevistadas/os sobre isso.

TABELA 7

Critérios considerados aceitáveis para o divórcio

Participante	Fala
1F (Presbiteriana)	Se a gente for pegar os princípios bíblicos, em hipótese alguma. Lá fala que o adultério, ele permite você estar livre por isso, né? Mas, também fala que você pode perdoar, se quiser.
2F (Ass. De Deus)	A única opção que eles, que a Bíblia nos dá, é aquela questão do fato de um cônjuge ter traído o outro. Né? Mas, aí é onde, assim, por diversas vezes eu peguei esse texto e li, porque por muito tempo eu relutei. ... Então, assim, a gente teria que buscar entender o que é ser traído.
3F (Batista)	A Bíblia fala a questão do adultério, né? Que aquele que adulterou, que dê carta de divórcio. ... E outra questão é a violência, né? A violência física.
4M (Presbiteriana)	...creio que o divórcio é pra consertar situações inconsertáveis. É um leque muito grande. Se for a partir da Bíblia, é bem definido quais são as situações que tem. Que é uma sociologia um pouco diferente que nós vivemos hoje, né? Então, o que, por exemplo, quando a vida está sendo colocada em risco. Aí supera qualquer norma que seja social ou religiosa prescrita. Quando está recebendo ameaça que coloca a sua vida em risco, seja física ou psicológica. Eu creio que justifica a separação. Depois de passar, também, por um processo pra ver se há conserto, se existe a conciliação ou não.
5M (Ass. De Deus)	O divórcio, como a gente conhece, em casos mesmo de traição. Essa seria a circunstância que, que o divórcio é aceitável. ... em casos de traição, segundo a Bíblia.
6M (Batista)	É difícil de falar, né, porque nada justifica um divórcio. ... quando uma das partes não quer mais, é, me parece que, que, que nesse caso não é possível outra opção além do divórcio.

A fala da Participante 1 deixa clara a natureza da interdição, ou seja, de acordo com a doutrina o divórcio é proibido e inaceitável: “Se a gente for pegar os princípios bíblicos, em hipótese alguma”. Por outro lado, a afirmação do Participante 6 deixa claro o paradoxo – o dilema entre o velho e novo presente na contemporaneidade: “É difícil de falar, né, porque nada justifica um divórcio.. ... quando uma das partes não quer mais, é, me parece que, que, que nesse caso não é possível outra opção além do divórcio”.

Cabe apontar que o Participante 6 mencionou apenas um dos critérios tradicionais. É interessante notar que se trata de um membro da Igreja Batista, mas que o critério citado por ele é objetivamente declarado apenas pela Confissão de Fé de Westminster, que é um referencial presbiteriano. Sua fala indica que ele apontou um critério a partir da sua experiência de divórcio e não de orientações: “... a primeira opção nunca deve ser o divórcio, mas quando uma das pessoas ela realmente não quer mais o casamento, né, e que tem a ver com minha experiência, eu não vejo outra, né, mais o que fazer”. Fica evidente que o afastamento das tradições é produto de um dilema travado entre o que é prescrito pela doutrina e as necessidades individuais.

As entrevistas mostraram, entretanto, que as/os participantes têm opiniões formadas acerca de qual é o critério tradicional para o divórcio no mundo evangélico. O adultério foi citado diretamente por quatro entre seis entrevistados. Desses, três são mulheres. Uma das mulheres, a Participante 2, reiterou o que já havia dito sobre o conceito de traição. Ela afirma que não tem clareza, ao ler o texto bíblico, sobre qual é o sentido atribuído a esse conceito. A

preocupação mostrada por ela reflete o fato de que ela se divorciou sem que o ex-cônjuge tenha cometido adultério. Sua fala revela ainda um problema importante: falta clareza na compreensão das prescrições bíblicas e das doutrinas defendidas nas igrejas evangélicas estudadas. Isso indica a falta de orientações claras por parte dos líderes de cada denominação. Essa questão merece ser mais investigada.

O Participante 4 fez referência à Bíblia, sem citá-la. Em seguida, ele sugeriu que a Bíblia precisa ser contextualizada na realidade atual. O único fator citado por ele como motivo para o divórcio foi a ameaça à vida de um dos cônjuges na relação. Esse mesmo fator, a violência, foi nomeado claramente pela Participante 3. Vale lembrar que ela foi a única a declarar que sofreu violência física e psicológica do ex-cônjuge. É interessante cogitar sobre as razões que podem ter levado o Participante 4 a não nomear a violência. Talvez seja difícil para uma pessoa que tem funções na igreja, sendo uma delas celebrar casamentos, admitir que em muitos contextos, independente de afiliação religiosa, os cônjuges se maltratam.

Categoria de análise 4: Análise das histórias de crise conjugal e divórcio

Os principais elementos que caracterizaram as experiências de crise conjugal que levaram ao divórcio das e dos participantes são apresentados neste subtópico. A Tabela 9 apresenta as palavras centrais encontradas nas narrativas das entrevistadas e dos entrevistados sobre o início da crise conjugal e sua duração. Aponta também os fatores que levaram à separação, quem tomou a iniciativa pelo divórcio, assim como o momento que consideraram mais difícil do processo.

TABELA 8

Síntese das narrativas sobre a crise conjugal e o divórcio

P.	Duração da crise	Fatores que levaram à separação	Quem tomou a iniciativa	Momento mais difícil
1F (Presbiteriana)	Desde o início	Dureza de coração do ex-cônjuge	O ex-cônjuge	Rejeição: “Eu não te amo mais, você não serve pra mim”
2F (Assembleia de Deus)	Últimos 2 anos de casamento	Falta de atenção Falta de cuidado	Ela	Após a separação
3F (Batista)	Desde o início	Infidelidade Agressão física	O ex-cônjuge	Comunicar os filhos Impacto psicológico sobre os filhos
4M (Presbiteriana)	Desde o início	Falta de amor Agressões Incompatibilidade de gênios.	A ex-cônjuge	Ruptura com a igreja (perda da função de liderança)
5M Assembleia de Deus	Desde o início	Influência dos familiares Falta de amor Falta de humildade	A ex-cônjuge	O momento em que a ex-cônjuge chegou para buscar os móveis
6M (Batista)	Desde o início	Insatisfação da ex-cônjuge Falta de respeito Pornografia (ele) Orgulho (dele)	A ex-cônjuge	Quando ela disse que queria o divórcio.

Fatores de natureza diversa foram apontados pelas três mulheres e pelos três homens participantes como principais responsáveis pelo divórcio. Essa heterogeneidade no contexto de um grupo pequeno reflete a complexidade da experiência conjugal. Cabe ressaltar que apenas a Participante 3 citou um fator tradicional, que é o adultério. Ela também apontou um segundo fator importante, que é o fato dela ter sido agredida fisicamente pelo ex-cônjuge de modo recorrente. A presença de violências no contexto das relações conjugais é uma questão que merece atenção e pesquisa (Diniz, 2011, 2013).

As causas apontadas incluíam fatores como a falta de amor, a insatisfação do ex-cônjuge, incompatibilidades, orgulho, dureza de coração. O Participante 6 também citou problemas sexuais, devido ao fato de que ele consumia pornografia. A tendência observada nas histórias de casamento

e divórcio dos seis participantes é coerente com o que elas e eles apontaram como sendo fatores que estão levando os evangélicos a se divorciarem. Em todos os casos, a individualidade acabou se sobrepondo à conjugalidade. Isso configura um cenário em que a tradição está sendo substituída pelas necessidades e pelos desejos individuais.

Quanto à iniciativa pela separação, chamou a atenção a atitude da Participante 3. Ela afirma que não pediu o divórcio, mas desejava que isso acontecesse devido às agressões e ameaças de morte do ex-marido. Havia, por parte dela, a dúvida de se seria correto, do ponto de vista bíblico, que ela pedisse o divórcio. Mesmo estando evidente que o ex-marido tinha um relacionamento extraconjugal e que ele era um agressor, ela não se sentiu à vontade para tomar a iniciativa. Essa atitude remonta às origens do modelo judeu-cristão, pelas quais apenas os homens poderiam dar a carta de divórcio.

A atitude da Participante 3, no entanto, contrasta com o cenário geral mostrado na Tabela 9. Todos os participantes homens afirmaram que a iniciativa do divórcio partiu das ex-esposas. Além disso, a Participante 2 também declarou ter tomado a iniciativa. Das seis histórias de divórcio analisadas, em quatro o divórcio foi uma iniciativa da mulher.

Esses dados sugerem que pode haver maiores dificuldades para elas do que para eles, no que diz respeito à vida conjugal, nas igrejas evangélicas. A tomada de iniciativa do divórcio por parte de esposas pode estar ocorrendo em um contexto cultural em que as mulheres, de modo geral, estão se tornando mais independentes em relação aos homens, inclusive maridos. Fica como uma questão para pesquisa futura compreender dimensões desse processo de empoderamento de mulheres evangélicas que as têm levado a tomar a iniciativa de ruptura da relação.

Os relatos sobre o momento considerado como mais difícil no processo de crise conjugal e de divórcio também apresentaram uma diversidade de experiência da dinâmica conjugal significativa. Destaca-se, todavia, o fato de que dois dos três homens que participaram do estudo

destacaram o momento em que souberam que a separação aconteceria. O Participante 6 disse que o momento mais difícil foi ouvir da ex-esposa que ela queria se separar. O Participante 5 respondeu da seguinte forma: “O dia em que ela encostou com o caminhão pra levar os móveis da casa”. Ele sugere que tinha, até então, uma expectativa de continuação da relação. O motivo principal apontado por ele para justificar o impacto desse momento, foi o seguinte:

Porque a gente que é, a gente que é cristão, a gente casa com o objetivo de construir uma família, né? Nunca pensando em separar. Aí, no dia da separação, no dia que o caminhão realmente pegou, ali, a mudança, a gente vê que um projeto da gente, tanto quanto de Deus, estava sendo, estava indo embora. (Participante 5)

Esse relato expressa um sentimento de frustração semelhante ao relatado pela Participante 2. Uma diferença é que ela tomou a iniciativa pela separação, enquanto o Participante 5 não. Outra diferença é que ele cita a ruptura do ideal cristão como razão principal da frustração. A Participante 2 afirmou que depois de quatro meses da separação, ao morar em um lugar novo e ao lidar com a ausência do ex-marido, ela sentiu o impacto do divórcio. O relato foi o seguinte: “Penso que aí é quando a ficha cai e você se vê numa realidade que você não projetou quando você casou, e que aquela pessoa que você projetou pra vida inteira não tá ali”.

Chamou a atenção, também, o relato do Participante 4. Ele disse que o luto pelo casamento aconteceu ao longo da história da relação conjugal. Ele destacou, especialmente, que viveu um tempo de 15 anos de luto. É nesse contexto que ele justifica o fato de que o divórcio não teve um impacto muito significativo de imediato. O momento mais difícil foi perder o posto de liderança na igreja e a consequente ruptura com um dos líderes religiosos com quem ele mantinha uma relação de amizade. Ele relata o seguinte:

Então, a separação, o ato de separação e os primeiros meses da separação, não teve problemas assim, de, de, de enfrentamento em relação à vida, os desafios. Mas, a partir do

momento que tive a ruptura com a questão institucional, religiosa, que foi do lado da instituição religiosa, aí eu senti o que é a separação, o divórcio, no, no meu divórcio, né? Esse foi o pior momento. Aí tirou meu chão. Aí tive que ter ajuda até de, de, terapeutas pra superar isso aí. Depressões, é... (Participante 4)

Os dois fatores apontados pelo Participante 4 como tendo sido mais impactantes devido à ruptura com a igreja, foram a perda da socialização com pessoas da igreja e de uma fonte de renda. Ele era um dos pastores da igreja e provavelmente essa era uma fonte de renda importante: “Mas, a hora que a ruptura da socialização da igreja, tanto o lado de socialização como o lado de sustento financeiro também, aí foi que o meu chão foi tirado”.

As Participantes 1 e 3 relataram que os momentos mais difíceis foram: 1) o momento em que o ex-marido decidiu que ela não servia mais para ele, porque ele não a amava; 2) o momento de comunicar o divórcio às filhas. No primeiro caso, a participante destaca o impacto de se sentir rejeitada. No caso da Participante 3, o mais difícil foi comunicar às filhas e lidar com os impactos da perda da família intacta sobre elas.

As duas experiências envolvem a ideia de “culpa” só que de modo reverso. No caso da Participante 1 a fala “você não serve mais para mim” deposita nela uma culpa, uma responsabilidade pelas dificuldades e frustrações acumuladas ao longo da relação que não cabem somente à ela. Isso ficou claro na própria fala dessa participante: “...sou responsabilizada até hoje”. No caso da Participante 3, que embora jovem mostra uma adesão mais rígida aos princípios religiosos, ela provavelmente sente culpa por ferir essa crença e por causar dor às suas filhas.

Categoria de análise 5: Opiniões sobre o novo casamento de evangélicos divorciados

A adesão ou o afastamento em relação ao modelo tradicional de casamento evangélico é uma questão importante de ser analisada. Os referenciais tradicionais afirmam que somente

quem foi vítima do adultério ou foi abandonado pelo cônjuge tem direito a novo casamento. O perdão pode ser concedido a todos, mas essas são as condições para as pessoas divorciadas se casarem novamente e manterem-se em comunhão com a igreja. É importante conhecer, portanto, quais são os critérios que membros divorciados de igrejas evangélicas brasileiras acreditam que sejam válidos para se aceitar que membros divorciados se casem novamente. A Tabela 8 mostra o que as entrevistadas e os entrevistados pensam acerca dessa questão.

TABELA 9

Posicionamentos sobre possibilidade de novo casamento de evangélicos divorciados

Participante	Fala
1F (Presbiteriana)	A minha opinião é que não. Que a pessoa que repudiou ela não tem o direito ao novo casamento. A que foi repudiada sim. Como diz a Bíblia.
2F (Ass. De Deus)	Eu sou totalmente a favor. Quero isso pra mim. Acredito que vou casar de novo. Acredito que todo mundo tem direito de recompor, né? ... Nós temos, dentro do nosso mundo religioso, cristão, muitas pessoas, pastores, que se divorciaram, casaram e estão bem. Eu vejo com bons olhos.
3F (Batista)	É muito complexo essa, essa questão. Eu separei com a intenção de não casar de novo. Porque a Bíblia fala que aquele que adulterou, que dê carta de divórcio. Só que aquele que se casar com o divorciado se comete, comete adultério. A Palavra é bem clara nesses termos, né? Só que pela lei não é adultério você casar de novo. E dentro da igreja é aceitável você se casar novamente, com a pessoa divorciada ou solteiro, tanto faz.
4M (Presbiteriana)	Aí eu tenho que levar para um lado pessoal, pelo meu, né? A minha experiência. A experiência que eu tenho no segundo casamento é que, que realmente agora eu vivo uma experiência de conhecer o que é um casamento. Eu creio que é totalmente viável, desde que faça aí, um, desde que se encontre o entendimento do porque que houve a ruptura com no, no primeiro. Se você conseguir entender e, entender e perceber e tomar atitudes diferentes em relação ao primeiro, eu vejo que é totalmente viável a segunda, o segundo casamento.
5M (Ass. De Deus)	Não, aceitável até que pode ser aceitável. Agora, eu não, eu não diria a, uma forma correta de ser, né? Mas, aceitável tem sim, condições que são aceitáveis. Mas, aceita, mas não diria que seria correto.
6M (Batista)	Apesar de já, é, ler várias opiniões dizendo que uma pessoa divorciada não deveria se casar de novo com outra pessoa, eu creio, ééé, eu creio na misericórdia de Deus. Eu creio que, ééé, eu não acho que uma pessoa se divorciou, é, que ela não precisa ficar presa, né, a essa condição, se ela, se ela não tem opção ou a possibilidade de restaurar o casamento dela. Ou, se restaurar o casamento for causar um mal maior, né. Se a outra pessoa já tem outro relacionamento, tá casada, alguma coisa do tipo. Então, eu creio que nessas condições, Deus permite, apesar de não ser, né, o plano, o cenário ideal, o que Deus planejou. Mas, eu creio nesse perdão maior, nessa misericórdia de Deus, e que seria aceitável o segundo casamento.

Duas pessoas posicionaram-se claramente de acordo com os critérios tradicionais. Essas duas pessoas são do sexo feminino. As Participantes 1 e 3 citaram a Bíblia. A Participante 1 mostrou uma opinião mais aderente ao modelo evangélico tradicional. Ela afirmou que apenas a parte repudiada tem direito a se casar novamente. A Participante 3 entende que o novo casamento não é aceitável, pelos critérios bíblicos, em nenhuma condição. De acordo com ela, a igreja aceita o novo casamento sem observar critérios para isso. Ela mostrou-se, no entanto, preocupada em compreender com maior clareza o que seria o correto. O que ela parece afirmar é que a falta de coerência entre o que a Bíblia diz, o que a lei civil permite e o que a igreja aceita, a coloca em dúvida. Essa dúvida parece criar angústia.

A Participante 3 afirmou na entrevista viver um dilema: sua intenção é de não casar-se novamente, mas ao mesmo tempo as dificuldades de viver sem um companheiro são muitas. O relato é de que há pretendentes, mas ela ainda não conseguiu “abrir o coração” para um novo relacionamento. Para ela, há benefícios em investir em uma nova relação, mas também há riscos. Sua fala e postura são marcadas pela incerteza quanto ao que Deus considera correto. Esse dilema fica claro na seguinte parte da entrevista:

Mas, ainda não consegui abrir o coração, é, pra essas pessoas. Pra nenhuma dessas pessoas. Tanto solteiro, como divorciados evangélicos, porque eu não sei ao certo o que, o que seria melhor, né? Porque a igreja, ela não dá uma, uma instrução clara sobre isso. Na verdade, a igreja aceita, né? Aí fica mais uma questão, uma dúvida, a nível pessoal, da minha parte, né?
(Participante 3)

Essa dúvida reafirma que faltam compreensões claras a respeito do próprio credo, por parte dos evangélicos. Ao seguir a tradição herdada do protestantismo de origem, todos os fiéis evangélicos têm acesso à Bíblia e podem interpretá-la. É dos pastores e de outros líderes, todavia, a tarefa de apresentar interpretações que possam assumir o status de posicionamento oficial. A dúvida

indica uma provável falta de orientação por parte da liderança. Essa orientação poderia diminuir a angústia para a tomada de decisões e o enfrentamento de situações tais como crises conjugais e a vida após o divórcio.

O Participante 5 fez uma diferenciação entre o que é aceitável e o que é correto. Ele não parece mostrar segurança sobre a questão, mas fala da sua própria experiência. No seu caso, o ex-cônjuge decidiu terminar o relacionamento. Como a decisão não foi dele, seu entendimento é que seria aceitável um novo casamento. O que ele parece entender, contudo, é que mesmo a decisão sendo da outra pessoa, no caso a esposa, a parte abandonada tem sempre uma parcela de culpa. Casar-se novamente pode ser uma condição que é aceita socialmente e pela igreja, mas não necessariamente correta. A culpa parece ser um fator importante na sua relutância em ter um novo relacionamento. Novamente, parece faltar uma orientação que dê a ele maior segurança para pensar a sua condição como evangélico divorciado.

Os outros três participantes mostraram-se favoráveis ao segundo casamento. A Participante 2 foi a que se posicionou de modo mais direto. Ela se declarou totalmente a favor, sem fazer qualquer ressalva. Um ponto importante é que ela cita modelos da igreja, tanto de membros como de líderes, que se divorciaram, casaram novamente e foram bem sucedidos. O Participante 4 tem uma opinião muito semelhante, mas cita o seu próprio exemplo. Ele afirma que só conheceu a experiência de um casamento genuíno na sua segunda união conjugal, que é a atual. Essa afirmação é seguida de uma ressalva. Para ele, o segundo casamento é viável, desde que se aprenda com os erros do primeiro.

O Participante 6 posicionou-se a favor de nova união, ao levar em consideração casos em que o fim da relação é irreversível ou em que sua manutenção poderá causar danos maiores. Um dano maior ocorreria, por exemplo, quando o ex-cônjuge já tem um novo relacionamento. Ele aponta claramente o dilema entre “o ideal” e “o real”. Para ele, as pessoas divorciadas não estão proibidas de se casar novamente, devido ao perdão de Deus.

Categoria de análise 6: A relação com a autoridade pastoral

Uma característica importante das igrejas tradicionais é o reconhecimento da autoridade pastoral. Tradicionalmente o pastor é respeitado como um líder e orientador. Devido a isso, costumava ser uma prática frequente dos casais ouvir as orientações pastorais antes de tomarem decisões importantes. Não se decidia pelo casamento ou pelo divórcio de modo autônomo. A afirmação da autonomia para decidir evidencia a negação da tradição. A Tabela 10 mostra a relação das entrevistadas e dos entrevistados com a autoridade pastoral ao longo da crise conjugal e no momento da decisão pelo divórcio. Essas pessoas também avaliaram a ajuda prestada pelos pastores quando esta decisão ocorreu, assim como as reações dos mesmos ao divórcio.

TABELA 10
Relação com a autoridade pastoral

P.	Procurou orientação pastoral	O pastor ajudou/Dificultou	Procurou orientação antes de decidir pelo divórcio	Reação da autoridade religiosa ao divórcio
1F (Presbiteriana)	Não	-	Não	Prestou ajuda/cuidado
2F (Assembleia de Deus)	Não	-	Sim	Negativamente.
3F (Batista)	Sim	Ajudou	Não	Apoiou
4M (Presbiteriana)	Não	-	Não	Afastamento/Ruptura
5M (Assembleia de Deus)	Sim	Neutro	Não	Não houve reação
6M (Batista)	Sim	Neutro	Sim	Tentativas de evitar a separação

Nota. P=Participante.

Dentre os seis participantes, três declararam ter procurado ajuda pastoral no início ou ao longo da crise conjugal. Apenas a Participante 3 afirmou que o pastor ajudou ao longo da crise. Os outros dois, os Participantes 5 e 6 respectivamente, disseram que o pastor não ajudou nem dificultou. A ajuda foi definida do seguinte modo pela Participante 3: “Só ajudou. Colaborou, deu força, deu ânimo. Ééé. Deu sugestões importantes, né. Orientações importantes. Foram bem-vindas, né”.

As e os participantes também foram perguntadas/os se consultaram uma autoridade religiosa antes da decisão pela separação. Dois entrevistados disseram que sim, um homem (P6) e uma mulher (P2). No conteúdo da entrevista com a Participante 2 podem ser identificados dois momentos: 1) quando ela saiu de casa; 2) quando ela decidiu se divorciar. Ela afirma ter procurado um dos pastores da liderança da igreja após a decisão por sair de casa: “Quando eu tomei a decisão de sair de casa eu procurei, expliquei os motivos que eu estava saindo de casa e tudo que ele fez por mim foi uma oração”. Nesse relato, ela comunica que não houve uma ajuda efetiva nesse momento. Ao dizer “tudo que ele fez por mim foi uma oração” ela sugere que o pastor se posicionou passivamente.

Na sequência da entrevista, a Participante 2 disse que também procurou uma autoridade da sua igreja antes da decisão pela separação. De acordo com ela, as pessoas já sabiam da sua história e do seu sofrimento. Como o ex-marido era um pastor e uma pessoa inflexível, ela sugere que a crise conjugal era do conhecimento de líderes e membros da igreja. Por isso, não houve uma tentativa de intervenção. A pessoa que a orientou a deixou livre para tomar a decisão que ela acreditava ser a melhor para ela e para os filhos. Após a separação, contudo, a reação dos pastores e da comunidade foi negativa: “Foi e é, ainda, muito negativamente. É. E não só pelos pastores, mas pelo grupo de, de cristãos frequentantes à igreja...”.

As Participantes 1 e 3 afirmaram que após a separação os seus pastores reagiram de forma positiva, dando apoio e cuidado. O Participante 4 afirmou que o pastor principal era seu amigo e superior na hierarquia da igreja. Após o divórcio o amigo se distanciou dele. Na sua interpretação, o amigo precisou abandoná-lo para adequar-se ao que era esperado pela igreja, ou seja, condenar o divórcio, principalmente por tratar-se de líder religioso. O Participante 6 foi o único a relatar que os pastores recomendaram mais tentativas de evitar divórcio.

É importante considerar que são histórias distintas. Em algumas, o processos de crise e os elementos envolvidos podem justificar a falta de tentativas dos pastores para reverter o processo de separação. Apesar disso, dois relatos dão evidências que reafirmam uma tendência de afastamento da tradição: 1) metade dos entrevistados não procurou ajuda pastoral durante as crises; 2) quatro, dos seis entrevistados não ouviram qualquer autoridade religiosa antes de decidirem se separar.

A Participante 3 relatou que procurou orientação inicial do pastor e que ele a ajudou; mesmo ela não tendo buscado ajuda no momento de decisão pelo divórcio, uma vez tomada a decisão ela se sentiu apoiada pelo Pastor. No caso desse Pastor, pode não se tratar necessariamente de um afastamento da tradição, mas sim de uma postura de acolhimento de uma pessoa em situação de sofrimento.

Categoria de análise 7: A procura de participantes evangélicos por terapia

A vivência de crise conjugal é marcada pela presença de sentimentos diversos, tais como frustração, angústia e perda. A atividade pastoral envolve o acolhimento e a orientação de casais. Nesse contexto, é interessante saber se ocorre também a procura por ajuda profissional. Através desta categoria de análise objetivou-se, portanto, verificar se as e os participantes procuraram

ajuda de terapeutas e, no caso de terem procurado, como a avaliam. A Tabela 11 apresenta as respostas à pergunta: “Você e/ou o seu/sua ex-cônjuge procuraram ajuda de um/a terapeuta? Por quê?”.

TABELA 11

Relatos sobre a procura por terapia e avaliação dos terapeutas

P.	Procuraram por ajuda de um terapeuta?	Ajudou/Dificultou
1F	Procurei. Depois o terapeuta pediu que ele fosse. Mas, é, ele foi uma, duas vezes e esquivou. Não quis dar continuidade.	Pra mim, ajudou. Pra mim ajudou muito. ... me ajudou a, a seguir o meu norte, a ter um pouco mais de equilíbrio, né.
2F	Não	-
3F	Não. Eu procurei, pedi uma pessoa pra arrumar pra mim, mas eu não consegui tempo pra ir na terapia. Ele fez terapia, começou a terapia durante o processo de crise, né? Mas, ele desistiu.	-
4M	Foi oferecida ajuda terapêutica pra mim. E, a priori, nós fizemos a, as sessões de terapia em conjunto. Depois houve uma... O próprio terapeuta entendeu que teria que ser, as sessões teria que ser individualizadas, né?	Ajudou. ... Ele me ajudou. Tanto é que o final, ela (a ajuda) culminou da seguinte forma: não tem como consertar isso aí.
5M	Não.	-
6M	Ela chegou a procurar ajuda de uma terapeuta, sim. É. Antes dela tomar a decisão pela separação. ...era uma terapeuta familiar. ...Ela chegou a me chamar pra conversar. ... Então, eu, eu cheguei a participar, a fazer algumas sessões, né, porque eu fui convidado...	Mas, mas até pelo resultado, né, eu acho que ela não conseguiu ajudar também.

Nota. P=Participante.

Dois mulheres - as Participantes 1 e 3 assumiram que procuraram terapia. A primeira afirma que deu continuidade ao processo e que o esposo foi envolvido no atendimento, embora ele tenha comparecido apenas a duas sessões. A segunda apontou que por falta de tempo não fez o tratamento, mas que o marido começou a terapia durante a crise e depois desistiu. O Participante 6 indicou que sua mulher procurou ajuda e que ele foi convidado a participar, mas de modo semelhante ao esposo da Participante 1 e ao esposo da Participante 3, ele frequentou “algumas sessões”.

O Participante 4 também indicou que foi oferecida ajuda terapêutica a ele e que o casal chegou a fazer sessões conjuntas. Parece que, por indicação terapêutica, a terapia de casal se transformou em terapia individual. Não fica claro se o oferecimento partiu da esposa ou se foi feito por ela em atenção à sugestão do/a terapeuta.

O fato é que os Participantes 4 e 6 (dois homens) e a Participante 1 (uma mulher), tiveram ajuda de um/a terapeuta. Os Participantes 1 e 4 avaliaram o resultado da terapia como positivo. Em ambos os casos, o/a terapeuta não conseguiu ajudar a evitar o divórcio. A ajuda foi individual, e incluiu o processo de aceitação da separação e das dificuldades que vieram com essa ruptura. O Participante 6, que participou de algumas sessões, relatou que elas não foram suficientes para ele avaliar se houve ajuda. A sua posição é que, apesar de não poder avaliar diretamente, a ajuda da terapeuta não foi eficaz. O indicativo disso, para ele, é que o divórcio não foi evitado.

O caso da Participante 2 se destacou nesta questão. Ela relata que o ex-cônjuge, que é pastor, nunca aceitou a ajuda de ninguém, nem mesmo de outros pastores. É uma pessoa que, de acordo com ela, considera que “sabe tudo”. Ela própria, ao avaliar o ex-marido, afirmou que o considera muito inteligente, mas fechado à mudança de opinião. Essa característica do ex-cônjuge parece ter sido um fator importante para o desencadeamento da crise e da separação. Ao ser perguntada se um deles procurou ajuda, ela respondeu que nem mesmo a ajuda de um pastor o marido aceitava. Para ela, isso revela uma indisposição total a procurar qualquer tipo de ajuda:

Mas, se um pastor, que é daquele mundo, ele não se sente na abertura de procurar isso... a pessoa está fechada a qualquer outro tipo de, de procedimento, seja sentimental, seja psicológico, qualquer outro. Porque se fé, que é o que o motivava, não, não, não lhe respondia mais, então, assim, esse tratamento não vinha e não veio. (Participante 2)

A sequência da entrevista revela, então, que o ex-marido não acreditava na ajuda de um profissional, quer fosse psicólogo/a ou psiquiatra. Um dos filhos do casal, agora com 14 anos, foi diagnosticado com hiperatividade aos quatro anos. O ex-marido, no entanto, nunca aceitou qualquer tratamento, nem mesmo com medicamentos. Ela conseguiu algumas informações e ajuda sem o consentimento dele, através da irmã que é psicopedagoga. A irmã a ajudou a ter contato com um psicólogo. O relato dela a respeito disso segue abaixo:

Ele não acredita. Ah, a formação dele. Não acredita, é. Inclusive, quando eu chegava a tocar no assunto, quando eu falava, ele cantava pra mim aquela música muito conhecida, que fala “tudo começou quando eu descobri que o meu psiquiatra ia ao psiquiatra”¹. Então, ele achava assim, que todo mundo, cada um é mais doido do que o outro. (Participante 2)

O número de casos estudados foi pequeno, mas duas mulheres – as Participantes 1 e 3 procuram terapia, embora uma delas não tenha investido no tratamento. Os dois cônjuges dessas mulheres frequentaram algumas sessões de terapia. Dois homens – os Participantes 4 e 6 também revelaram ter comparecido a sessões de terapia. O fato de em um total de seis (6) pessoas entrevistadas, três terem tido contato direto com ajuda terapêutica e dois esposos também é significativo. Isso mostra uma abertura para buscar ajuda fora do mundo religioso.

Categoria de análise 8: Impacto do divórcio sobre os filhos

Um ponto importante de preocupação durante uma crise conjugal e na separação do casal é o impacto desse processo sobre os filhos. Caso ocorram impactos negativos, o aumento do número de divórcios pode significar, também nesse aspecto, um aumento da demanda por ajuda psicológica.

¹ Ela faz referência à música “Algo está errado”, gravada em 1990 pelo grupo MILAD (Ministério de Louvor e Adoração), com autoria de Elmar Queiroz e Walvir Soares. A música faz parte do disco “Pra Cima Brasil”.

Nisso se justifica a inclusão desta categoria de análise, mesmo que ela não esteja diretamente ligada aos problemas centrais deste trabalho. A Tabela 12 apresenta os relatos das e dos participantes acerca de suas experiências referentes aos impactos do divórcio sobre os filhos.

TABELA 12

O impacto do divórcio sobre os filhos.

Participante	Fala
1F (Presbiteriana)	<i>*A pergunta sobre os filhos foi incluída a partir da segunda entrevista por sugestão dessa participante.</i>
2F (Ass. De Deus)	Negativamente. Negativamente. E, eu acho que isso faz com que o processo na vida minha, dele também, porque não posso desclassifica-lo como pai, seja mais difícil. Mas, as crianças, elas sofrem demais.
3F (Batista)	Bem negativo. Muito negativo, né? Muito forte. A questão de carência, rejeição. Ééé. Elas tiveram, como que fala? Regressão. Começaram a agir como bebês. Choro, é, fazer cocô na roupa. Esse tipo de coisas, né? Além da, do choro, da depressão infantil. Assim, foi bem negativo.
4M (Presbiteriana)	Três filhos. Duas filhas e um filho. O filho, durante dois anos, virou meu inimigo. ... Agora, as filhas é, a união nossa foi maior ainda, porque elas se viram libertas daquele ambiente que conviveram a vida inteira. Foi uma revolução pra melhor na vida das filhas. ... Agora, o filho, por um determinado tempo, ele entendeu que aquela atitude era uma atitude que prejudicava a mãe e virou meu inimigo. Mas, já consertou tudo isso aí.
5M (Ass. De Deus)	Não teve filhos.
6M (Batista)	Não teve filhos.

A primeira entrevista do trabalho, realizada com a Participante 1, não continha a pergunta sobre o impacto do divórcio sobre os filhos. A pergunta foi inserida a partir da segunda entrevista, por sugestão dessa participante. Foram feitas, apesar disso, algumas anotações ao final da entrevista. Essa participante ficou emocionada e chorou em alguns momentos.

Após a entrevista gravada, a Participante 1 comentou que o impacto do divórcio foi muito grande na relação com as duas filhas. Ela se emocionou ao falar sobre isso e afirmou que a relação com as filhas ainda não foi normalizada. Uma das filhas voltou a ter contato com ela

e a outra não. Mesmo com a que tem contato, ela descreveu a relação entre as duas como sendo “distante”. Essa é uma questão que também merece atenção em pesquisas futuras – a relação entre pais e filhos após um divórcio. Essa questão parece incluir uma possível dimensão de gênero que a atravessa – será que existe uma tendência de filhas a se alinharem com os pais e de filhos se posicionarem pelas mães?

Quatro, do total de seis participantes, tiveram filhos durante o casamento. Dentre esses, apenas o Participante 4 relatou que o impacto do divórcio foi parcialmente positivo, em função da reação das filhas. De acordo com ele, a relação se tornou mais complicada com o filho, mas atualmente, após 11 anos da ocorrência do divórcio, ele considera que mesmo a relação com o filho já foi “consertada”. A frase utilizada por ele para se referir ao problema com o filho foi: “Mas, já consertou tudo isso aí”.

A Participante 2 foi cuidadosa ao afirmar que o ex-marido, apesar dos problemas conjugais, não pode ser desclassificado como pai. Ela disse que os filhos ficaram sob a sua guarda, mas que o pai tem total acesso a eles. São dois filhos do sexo masculino. O processo de crise e divórcio, conforme sua narrativa, não envolveu desrespeito ou agressões. Ela decidiu se divorciar e ele não resistiu. O processo, portanto, parece ter sido amigável. Apesar disso, ela afirmou que o impacto sobre os filhos foi muito negativo e que eles sofrem muito.

O relato que mais chamou a atenção foi o da Participante 3. A narrativa é que a relação sempre foi turbulenta e envolveu episódios recorrentes de agressões físicas e verbais. Ela não relatou qualquer tipo de agressão contra as filhas, mas disse que foi agredida durante a gravidez da primeira filha. Mesmo tendo sido uma relação violenta, o impacto do divórcio sobre as filhas parece ter sido maior do que as crises vivenciadas no casamento. Como mostrado na Tabela 12, as filhas choravam muito e apresentaram regressão no comportamento.

Ela usou o conceito de regressão para descrever comportamentos que já haviam desaparecido em fases anteriores do desenvolvimento, tal como “fazer cocô na roupa”. Ao ouvir sobre o impacto negativo sofrido pelas filhas, o entrevistador perguntou se elas tiveram ajuda psicológica. A resposta segue abaixo.

A mais velha sim. A pequenininha, a psicóloga falou que ainda não tinha idade, que ela ainda tinha dois anos. Não tinha como tratar. E a maior ficou seis meses. Aliás, fez cinco sessões, seis sessões em cinco meses. E a psicóloga não conseguiu entrar na, na mente dela. Não conseguiu trabalhar ela. Porque ela, ela chegava pra psicóloga e falava que “tudo ótimo”, tava tudo ótimo, tudo ótimo, que ela tava feliz, e inventava histórias. Falava que o pai tinha terminado com a outra pessoa, separado. Então, assim, ela falava o que convinha, na cabecinha dela. Acho que o que ela imaginava que, que ela tinha como satisfatório, que deveria acontecer, acho que ela imaginava o jeito que a história seria mais legal e falava. A psicóloga não conseguiu trabalhar. E eu não procurei outra pessoa. (Participante 3)

É lamentável que em um contexto de tamanha vulnerabilidade a Participante 3 não tenha encontrado a ajuda que ela e as filhas necessitavam. Falcke, Wagner e Mosmann (2013) realizaram estudo sobre a relação entre violência conjugal e tipos de estratégias de resolução de conflito em díades conjugais. As autoras constataram um dos motivos mais frequentes de conflito e brigas entre casais está relacionado à criação dos filhos. Elas apontaram que existe um número expressivo de investigações que chamam atenção para as interações entre conflito, qualidade e estabilidade conjugal e a saúde mental dos cônjuges e filhos. Essa questão merece atenção em pesquisas futuras sobre os impactos de separações e divórcios.

Reflexões e considerações gerais das mulheres e dos homens entrevistados

As últimas três perguntas do roteiro de entrevista deram às três mulheres e aos três homens participantes a oportunidade de se manifestarem sobre questões gerais, relacionadas ao casamento e ao divórcio. A primeira pergunta questionou à respeito do que seria feito diferente atualmente, em relação ao processo de conflito conjugal e a separação. A segunda questão dava à entrevistada e ao entrevistado a oportunidade de dar conselhos a pessoas solteiras que pretendem se casar. A última questão era aberta, ou seja, a entrevistada e o entrevistado poderia falar sobre qualquer tema que desejasse. Segue abaixo uma síntese do que foi dito por cada uma delas e deles.

Participante 1

A Participante 1 afirmou que idolatraria menos o ex-marido. Isso significaria, para ela, discordar em aspectos nos quais ela concordou, em especial a educação dos filhos. Ela atribui a ele o fato das filhas terem se distanciado da igreja e de terem assumido um estilo de vida não cristão. As consequências mais graves, na opinião dela, é que as duas filhas engravidaram antes do casamento.

O conselho para as pessoas solteiras é que entendam de verdade o que a Bíblia fala sobre casamento. Para ela, a orientação bíblica é o único caminho para as pessoas serem livres e para haver respeito na relação conjugal. Por fim, ela disse que mesmo com todo o tempo decorrido do divórcio, ainda não aceitou o que aconteceu: “Acho que a única coisa que eu posso dizer é que até hoje eu não concordo com o que aconteceu comigo. Eu não aceitei”.

Participante 2

Essa participante disse que não faria nada diferente do que fez. Ela declarou que não sente culpa, porque fez tudo o que era possível para resgatar o ex-marido. Para ela, ele se distanciou,

perdeu contato com a realidade, se entusiasmou com algumas coisas e se esqueceu da vida real. Ela não deixou claro que coisas foram essas que prendiam a atenção do ex-esposo. O que ela afirmou claramente é que não houve adultério por parte de nenhum dos dois.

Ao dar conselhos aos solteiros, ela assumiu um tom otimista. O conselho foi: “Que se casem. Que se casem e que sejam felizes”. Na questão aberta, ela reclamou da falta de preparo e interesse da igreja para lidar com mulheres solteiras, viúvas e divorciadas. O trecho da entrevista que segue abaixo mostra a sua insatisfação.

Dentro de tudo que eu vivi nesse um ano, e, dizer que a nossa instituição, e não falo só de Assembleia, falo de nível evangélico, não está preparada para esse público: eu. Não existe nada hoje dentro da igreja pra esse público, eu (diz o próprio nome) de 33 anos, F. de 42 anos, H. de 27 anos. Não existe nada hoje para mim, divorciada. Nem pra X., viúva. Não existe. Hoje, dentro da igreja, existe classificação. Então, assim, você é classificado por um grupo de jovens, um grupo de mulheres, um grupo de homens. E nós não temos classificação nenhuma. E o fato de ser é... Hoje eu não me vejo dentro de um grupo de jovens. Muito menos dentro de um grupo de mulheres. Porque eu me sinto como se eu fosse uma ameaça a todas as mulheres da minha igreja. ... Então, você não tem uma palavra voltada pra os seus conflitos. (Participante 2)

Participante 3

A Participante 3 afirmou que poderia ter terminado o relacionamento mais cedo: “De repente, eu acho que eu deveria ter tomado uma atitude, da forma que eu tomei, inicialmente. Acho que no primeiro conflito”. Essa consideração deve ser compreendida a partir do relato de agressões físicas e verbais sofridas por parte do ex-marido. Ao mesmo tempo, ela afirma que é difícil pensar no que

poderia ter sido feito. Ela considera: “Só que se eu tivesse desistido mais cedo, eu acho que eu ia arrepender e ia dizer que eu deveria ter perdoado e tentado mais um pouco, né. Então, é muito relativo”.

O conselho que ela deu aos solteiros foi que se casem conscientes de que se trata de um compromisso: “Acho, casamento, ele é mais do que amor, é mais do que paixão, ele é um compromisso, né. Compromisso de caráter, de fidelidade, de ajuda mútua, né”. Ela deu destaque ao conselho para que as pessoas busquem a orientação de Deus e sejam persistentes depois de tomarem uma decisão.

Por fim, ela apresentou uma percepção de que o número de separações na igreja está muito alto. Para diminuir esse número, ela considera que a igreja precisa cumprir a orientação bíblica. Na sua percepção a igreja aceita de modo muito tranquilo o divórcio e os vários recasamentos. Ela considera que faltam orientações bíblicas mais claras sobre relacionamento, convivência, assim como acompanhamento mais próximo dos pastores com os casais.

Participante 4

A primeira afirmação desse participante acerca do que faria diferente é que ele não arrastaria novamente o processo ao longo de 15 anos. Esse é o tempo que ele considera que durou a crise que levou ao divórcio. Para ele, essa demora em definir prejudicou outras relações e produziu uma grande deterioração da relação com a ex-esposa. Depois de falar sobre isso, ele deixou claro, assim como fez em outros momentos, que ele não faz apologia do divórcio.

O conselho que ele deu aos solteiros foi que não pensem no casamento de forma utópica. Ele citou sua experiência, dizendo que houve apenas atração física e que os outros elementos, como amor

e cumplicidade, faltaram. Então, ele aconselha que a relação seja amadurecida, com foco no pensamento que o casamento é uma realidade e não uma fantasia.

Participante 5

A única atitude diferente que esse participante disse que tomaria hoje seria procurar ajuda. Ele disse que procuraria um psicólogo, desde que ele conhecesse os princípios cristãos. Os conselhos que ele deu aos solteiros podem ser descritos da seguinte forma: 1) ouvir a voz do coração; 2) fazer os cursos que as igrejas oferecem; 3) conhecer bem a pessoa com quem pretende se casar, antes de decidir pelo casamento. Esse terceiro ponto foi o mais frisado por ele. As preocupações apresentadas foram baseadas em sua própria experiência, e por isso ele aconselha a conhecer a pessoa e conviver com a família antes do casamento. Outra preocupação é saber se há compatibilidade de crenças religiosas. Nesse ponto ele revela que a sua ex-esposa era espírita recém-chegada à igreja evangélica. Mesmo na igreja evangélica, ela manteve crenças do espiritismo e isso gerava conflitos entre eles.

Na pergunta aberta, ele disse que quem tem a Bíblia como regra de fé precisa estar disposto a sempre aprender mais. Ele reiterou, ainda, o conselho para que as pessoas aceitem ajuda:

Nunca pensar que sabe tudo. Porque sempre tem alguém que tem uma experiência melhor que a gente, diferente, pra nos ensinar. E que, é, a gente possa saber ouvir as pessoas, os conselhos. E, que é dar mais uma chance, sempre dar mais uma oportunidade.

(Participante 5)

Participante 6

Esse participante, ao falar sobre o que faria diferente, fez uma autocrítica semelhante à do Participante 5. Ele disse que agora ficou mais claro que precisava de ajuda. Hoje, ele procuraria

orientações que pudessem ensiná-lo e até mesmo corrigi-lo. Outra autocrítica foi a de que ele assumiria a função de liderança na relação. Ele considera a figura do marido como líder na relação conjugal: “Sendo cristão, e mesmo entendendo que, que eu sou, né, o sacerdote do lar, eu não assumi essa postura no meu casamento, né. De, de, de ser o líder espiritual, ou, ou até em outras questões, né, e me posicionar”.

Ao aconselhar os solteiros, ele repetiu exatamente os posicionamentos autocríticos já apresentados acima. Em seguida, ele recomendou o investimento no amor e no respeito. Ele chamou a atenção para a necessidade de ser realista quanto ao fato de que os conflitos vão acontecer no casamento. É preciso tentar resolver e buscar ajuda quando necessário: “Quanto mais demora a buscar ajuda, mais difícil fica pra resolver e pode chegar ao ponto de ser tarde demais. É o que aconteceu no meu caso”.

Conclusão

O presente artigo investigou as opiniões e relatos de experiência de três mulheres e três homens evangélicos divorciados e membros de igrejas evangélicas tradicionais. O referencial teórico considerou o cenário sociocultural atual e sua influência sobre a relação entre individualidade e conjugalidade. Em uma sociedade hedocultural, os objetivos individuais tendem a ser priorizados, em detrimento do projeto conjugal. A partir desse referencial, foram definidos os objetivos do trabalho.

O objetivo deste artigo foi conhecer experiências de homens e mulheres evangélicos brasileiros divorciados e suas opiniões sobre o casamento evangélico na atualidade. Os objetivos específicos foram: 1) Identificar os impactos das mudanças culturais atuais sobre a experiência conjugal de homens e mulheres evangélicos; 2) Conhecer os impactos do divórcio sobre os homens e mulheres evangélicos, sobre seus filhos, sobre sua relação com a religião e suas relações sociais; 3)

Verificar se as mulheres e homens evangélicos separados reconhecem a autoridade dos seus líderes religiosos e identificar de que modo estes líderes participaram do processo de decisão pela separação/divórcio; 4) Verificar se casais evangélicos procuram ajuda de terapeutas conjugais em um momento de crise conjugal e como avaliam essa ajuda.

Com base no referencial teórico e nos objetivos, foram feitas as seguintes perguntas: 1) Qual modelo prevalece no mundo evangélico atual, o tradicional ou o hedocultural?; 2) Quais têm sido as principais causas de divórcio entre os evangélicos?; 3) Como os evangélicos divorciados se posicionam em relação ao divórcio e ao novo casamento?; 4) Os entrevistados percebem uma crise do modelo tradicional de casamento evangélico?; 5) Como os evangélicos divorciados percebem os posicionamentos dos seus pastores em relação ao casamento e ao divórcio?; 6) Como os evangélicos divorciados percebem a aceitação ou rejeição da igreja/comunidade religiosa ao divórcio?

O trabalho atingiu os seus objetivos. Os dados se mostraram suficientes para que as hipóteses elaboradas fossem verificadas. A primeira hipótese foi a de que as entrevistadas e os entrevistados conhecem os referenciais tradicionais, mas percebem que há um processo de destradicionalização do casamento evangélico. O conceito de destradicionalização elaborado por Giddens (2007) é central neste trabalho. Ele foi aplicado, especificamente, ao modelo convencional de casamento evangélico. A destradicionalização significa, portanto, que há um novo modelo de casamento, com características hedoculturais, em ascensão nas igrejas evangélicas tradicionais brasileiras. Por hedocultural se entende um modelo de relação no qual a individualidade se sobrepõe ao projeto conjugal. Isso significa que cada pessoa tem como projeto prioritário a procura da própria felicidade.

Os conteúdos das entrevistas confirmaram essa hipótese. Três mulheres e dois homens corroboraram a afirmação de que há uma contradição entre os referenciais tradicionais, contidos na Bíblia, e a realidade das igrejas. Os casais evangélicos têm visto o divórcio como uma alternativa

viável, ou, nas palavras do Participante 6, como um “caminho mais fácil” para lidar com o desconforto de uma crise conjugal.

Na percepção das três mulheres entrevistadas, o divórcio tem sido cada vez mais aceito tanto pelos líderes como pelos membros das igrejas. Apenas um homem, dentre os entrevistados, corroborou esse entendimento de forma clara. A percepção dos principais fatores que estão levando evangélicos ao divórcio também reforçou a hipótese. A maior parte dos fatores apontados não atende aos critérios tradicionais e estão ligados à procura de satisfações individuais.

As interpretações da Bíblia representadas nas tradições batista, presbiteriana e assembleiana destoam, nesse sentido, da realidade apontada pelas três mulheres e pelos três homens entrevistados. Para eles, as causas principais para o divórcio têm sido: dureza de coração, a falta de compreensão acerca do que é amor, falta de compromisso com Deus e com o cônjuge, a falta de caráter, o ideal utópico de casamento, a falta de diálogo e a intolerância diante de situações de crise. A violência conjugal é um fator que também chamou a atenção, apesar de ter sido mencionada apenas pela Participante 3. Sugerem-se mais pesquisas para conhecer se a violência conjugal é frequente ou não entre casais evangélicos brasileiros e para entender como eles lidam com essas experiências.

A Participante 3 lembrou ainda que o sexo é proibido antes do casamento. Esse é um traço tradicional importante. O problema apontado por ela é que diante do desejo sexual as pessoas se casam mais cedo. A curiosidade com o sexo e a busca de satisfação sexual é a motivação principal para o casamento de muitos evangélicos. Devido a isso, outros aspectos da relação conjugal são menosprezados, o que leva a relações imaturas e, conseqüentemente, à possibilidade de surgimento de crises conjugais e divórcios.

Uma falha deste trabalho foi não ter perguntado às mulheres e aos homens entrevistados se eles tiveram relações sexuais com os ex-cônjuges antes do casamento. Essa falha merece menção, considerando a importância da questão no contexto atual. Uma pesquisa do Bureau de Pesquisa e

Estatística Cristã (BEPEC, 2011) mostrou que 54,57% dos jovens solteiros com idade entre 16 e 24 anos já tiveram experiência sexual depois da conversão à religião evangélica. Apesar da relevância da questão, pesquisas sobre a relação entre sexo antes do casamento e o sucesso da relação conjugal ainda são raros no Brasil.

Estudos recentes realizados nos Estados Unidos relacionaram a abstinência sexual pré-marital a melhores níveis de satisfação sexual e maior sucesso das relações conjugais (Busby, Carroll & Willoughby, 2010; Ostler, 2013; Regnerus & Uecker, 2011; Willoughby, Carroll, & Busby, 2014). Esses trabalhos questionaram a teoria da compatibilidade sexual, que afirma que as relações sexuais antes do casamento aumentam a satisfação sexual no contexto conjugal. É importante lembrar que há mais fatores envolvidos e também há outras teorias sobre esse tema. O objetivo de tocar nesse ponto é chamar a atenção para o fato de que essa é uma questão importante e que carece de mais esclarecimentos. Por isso, reitera-se a sugestão para que sejam realizadas mais pesquisas a respeito desse tema no contexto brasileiro.

As três mulheres e os três homens entrevistados mostraram que têm opiniões formadas a respeito dos critérios tradicionais, como foi mostrado na Tabela 7. Isso revela que suas percepções de um cenário de crise não são infundadas. Apesar dos dados terem mostrado que há insatisfação quanto à clareza das orientações recebidas acerca dos critérios bíblicos, essas opiniões revelaram forte influência do modelo evangélico tradicional. Ao apontarem que têm consciência de quais são os critérios tradicionais, essas pessoas demonstraram que sua percepção do cenário relacional inclui a comparação entre o tradicional e o novo. Eles sabem estabelecer parâmetros entre tradição versus a realidade das suas igrejas.

Dessa comparação, é possível concluir que a tradição está perdendo sua força. Não há mais, nas igrejas dos entrevistados, um referencial claro de orientação. Essa falta de clareza quanto a um referencial normativo também ficou clara nas opiniões dos entrevistados acerca do novo casamento

de evangélicos divorciados. As opiniões foram heterogêneas e mesmo os que citaram os referenciais tradicionais, em sua maioria, comentaram que esse ideal não está sendo observado.

A segunda hipótese é complementar à primeira. Na primeira, foram verificadas evidências da destradicionalização do casamento convencional nas opiniões e percepções de evangélicos divorciados. Na segunda hipótese, essas evidências foram verificadas a partir das narrativas das experiências de casamento, crise conjugal e divórcio dos entrevistados. Tanto as três mulheres quanto os três homens entrevistados mostraram que os fatores que foram determinantes para os seus divórcios são coerentes com o cenário geral das suas igrejas.

Mesmo nos casos em que a decisão pela separação não foi de iniciativa da entrevistada e do entrevistado, os fatores apontados revelam a predominância de uma tendência hedocultural. Os fatores estão relacionados, em sua maioria, a insatisfações pessoais com a relação e à busca de uma vida mais confortável e feliz. A exceção mais clara foi a Participante 3, cujo divórcio ocorreu devido ao adultério e à violência física praticados pelo ex-marido contra ela.

A terceira hipótese diz respeito a evidências da destradicionalização nos relatos acerca da participação dos pastores no processo conjugal e as reações dos mesmos diante das crises conjugais e do divórcio. As três mulheres e os três homens entrevistados mostraram que raramente os pastores são procurados para orientarem os casais durante as crises. Da mesma forma, as orientações dos pastores não têm peso nas decisões dos casais por se divorciarem. Mesmo nos casos em que os pastores participaram do processo (Participantes 1, 3 e 4), ou não foram participativos o suficiente ou não conseguiram evitar o divórcio. Em alguns casos, como relatado pelos participantes 1 e 3, houve uma ajuda individual que foi positivamente avaliada como um auxílio na crise após o divórcio.

É importante considerar que cinco, dos seis participantes, afirmaram que as igrejas não estão preparadas ou não investem na orientação dos casais. As participantes 1, 2 e 3 reclamaram que os pastores não se posicionam de acordo com os critérios bíblicos. Os participantes 1, 2 e 5 relataram

que eles participam pouco da vida dos casais. O Participante 6 foi o único a deixar claro que a ajuda estava disponível, mas à época ele não quis procurar. Ele obteve a ajuda de um pastor que se mudou para outra cidade. Sua opção à época foi de não procurar um novo acompanhamento na igreja.

Os dois casos que mais destacaram que o que igreja oferece é insuficiente, foram dos participantes da Assembleia de Deus. Tanto a Participante 2 como o Participante 5, disseram que falta preparo ou não há apoio da igreja. A Participante 2 afirmou que há total desinteresse da igreja pelas mulheres divorciadas, viúvas ou solteiras que não se encaixem no perfil de idade do departamento de jovens e que já não se sentem à vontade para participarem do grupo de mulheres casadas.

A hipótese de que a orientação pastoral não tem um peso definidor para evitar o divórcio ou na decisão pelo mesmo, foi confirmada. Essa confirmação se dá tanto na falta de procura por ajuda como, em alguns casos, pela falta de atuação dos pastores ou de clareza na comunicação das orientações para os casais.

A quarta e última hipótese verificada foi a de que os casais não procuram a ajuda de terapeutas conjugais durante o processo de crise e divórcio. Essa hipótese foi parcialmente confirmada. Os dois participantes da igreja Assembleia de Deus mostraram que houve desinteresse ou algum impedimento para que procurassem ajuda. A Participante 2 afirmou que o ex-marido, que é pastor, não acreditava na eficácia de tratamentos psicológicos ou psiquiátricos. Ele mantinha uma postura irônica e de descrédito em relação a esses profissionais. O Participante 5 deu a entender que sequer pensou a respeito disso durante a sua crise conjugal e divórcio. Ele fez a ressalva de que atualmente procuraria ajuda, desde que fosse com um terapeuta que conhecesse os princípios cristãos. Ele sugere, com isso, o receio em relação a trabalhar com terapeutas que pudessem se opor às suas crenças e valores religiosos.

Os dois participantes batistas mostraram abertura para procurar a ajuda de um terapeuta. No caso da Participante 3, o relato é de que ela pensou em procurar ajuda, mas não teve tempo para ir. Seu marido, no entanto, participou de algumas sessões. O Participante 6 afirmou que sua ex-esposa procurou uma terapeuta familiar. Ele foi convidado a participar e também compareceu a algumas sessões. A justificativa para não ter continuado e não ter procurado ajuda por iniciativa própria, foi feita de modo autocrítico. Ele avalia que, à época, tinha constrangimento e achava vergonhoso procurar ajuda.

Os dois participantes presbiterianos tiveram ajuda de terapeutas. A Participante 1 afirmou que a ajuda do terapeuta foi positiva para ela, pessoalmente, apesar de não ter evitado o divórcio. O Participante 4 afirmou o mesmo. Para ele a terapia foi importante, principalmente após o divórcio, em função das crises que surgiram quando houve uma ruptura com a igreja. Nos dois casos, o reconhecimento da atuação profissional do/a psicólogo/a foi positiva.

É importante destacar que duas pessoas relataram ter recebido ajuda de um/a terapeuta, mesmo que de forma indireta. O Participante 6 relatou que a ex-esposa fez terapia e o Participante 5 afirmou que procuraria um psicólogo atualmente. A ressalva feita pelo Participante 5 pode revelar uma possível tendência: os evangélicos podem ter receio de procurar ajuda de terapeutas que não tenham sua mesma pertença religiosa. O Participante 4 declarou que seu terapeuta era evangélico e o Participante 6 disse o mesmo sobre a terapeuta da ex-cônjuge.

É importante considerar que esta pesquisa contou com um pequeno número de participantes (seis). Trata-se, no entanto, de uma pesquisa de natureza qualitativa e exploratória. As limitações das possibilidades de generalização, em um estudo dessa natureza, precisam ser sempre consideradas. Ainda que houvesse maior número de participantes entrevistados, não seria possível realizar generalizações mais amplas sobre a população de evangélicos no Brasil. Um importante objetivo, apesar disso, foi atingido: questões pouco frequentes, senão ausentes nas reflexões acadêmico-

científicas brasileiras foram abordadas. Futuras pesquisas com um número maior de homens e mulheres participantes podem ajudar a levantar mais informações e ampliar o entendimento acerca do casamento evangélico no atual contexto de mudança cultural.

A partir dessas informações é possível sugerir alguns temas para futuras pesquisas. É provável que haja desinteresse ou preconceito por parte dos evangélicos em relação aos terapeutas, sejam terapeutas conjugais e familiares ou individuais. Essa é uma questão importante, dada a escassez de trabalhos de pesquisa em psicologia situados nesse universo empírico específico: o mundo evangélico brasileiro. Os evangélicos já somam mais de 40 milhões de pessoas no Brasil e mantêm uma tendência de crescimento (IBGE, 2010). Espera-se que este trabalho tenha contribuído para tornar mais claras as condições que os casais evangélicos vivem em um cenário de crise.

Referências

- Alencar, G. (2005). *Protestantismo tupiniquim*. Arte Editorial.
- Altmann, W. (2012). Censo IBGE 2010 e Religião. *Horizonte, Dossiê: Religião e o Censo IBGE 2010*, 10(28), 1122-1129.
- Baptista, M. L. C. (2011). Economia do desejo e da felicidade em narrativas televisivas contemporâneas. *Conexão-Comunicação e Cultura*, 9(18).
- Bauman, Z. (1998). *O mal-estar na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Bauman, Z. (2004) *Amor líquido*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Barboza, S. N. (2012). As diversas formas de conjugalidade na eterna busca da felicidade. *Polêm!ca*, 10(2), 299-a.
- Beck, J. (2007). *Terapia cognitiva: teoria e prática*. Porto Alegre: Artmed.
- BEPEC - Bureau de Pesquisa e Estatística Cristã (2011) *O crente e o sexo: solteiros maiores de 16 anos & cruzamentos jovens 16-24*. Acesso em 02/12/2014, em:
<http://www.bepec.com.br/pdf/sexojovem/ocrenteosesexojovem.pdf>
- Bittencourt, R. N. (2013). As contingências do amor e a dissolução da alteridade amorosa no capitalismo afetivo. *Cadernos Zygmunt Bauman*, 3(6).
- Blanc, C. (2013). *Uma breve história do sexo*. Global Editora e Distribuidora Ltda.
- Busby, D. M., Carroll, J. S., & Willoughby, B. J. (2010). Compatibility or restraint? The effects of sexual timing on marriage relationships. *Journal of Family Psychology*, 24(6), 766.
- Campos, A. R. (2013). Problematizando a família sob novas lógicas de constituição e interação. *Revista Pedagógica*, 13(26), 59-86.
- Cardella, B. H. P. (2009) *Laços e nós: amor e intimidade nas relações humanas*. São Paulo: Ágora.

- Carneiro, N. D. P. (2014). Identidade e diferenças: para uma antropologia do eu e do outro. *Revista Brasileira de Ciências da Amazônia*, 2(1), 112-126.
- Carrera, F. (2014). O imperativo da felicidade em sites de redes sociais: materialidade como subsídio para o gerenciamento de impressões (quase) sempre positivas. *Revista Eptic Online*, 16(1), 33-44.
- CBB - Convenção Batista Brasileira (1996) *Declaração doutrinária da Convenção Batista Brasileira*. Rio de Janeiro: JUERP.
- Diniz, G. (2009) O casamento contemporâneo em revista. In: Féres-Carneiro, T. (Org) *Casal e família: permanências e rupturas*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Diniz, Gláucia R. S. (2011). Conjugalidade e violência: reflexões sob uma ótica de gênero. Em Terezinha Féres-Carneiro (Org.), *Casal e família: conjugalidade, parentalidade e psicoterapia*, 11-26. São Paulo: Editora Casa do Psicólogo.
- Diniz, Gláucia R. S. (2013). Até que a vida - ou a morte - os separe: análise de paradoxos das relações violentas. Em Terezinha Féres-Carneiro (Org.), *Casal e família: transmissão, conflito e violência*, 190-216. São Paulo: Editora Casa do Psicólogo.
- Diniz Neto, O. (2013). Articulando intervenções de terapia sexual e terapia de casal, In: Féres-Carneiro, T. (Org) *Casal e família: transmissão, conflito e violência*, 217-239. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Falcke, D., Wagner, A. & Mosmann, C. (2013). Estratégias de Resolução de Conflito e Violência Conjugal. In: Féres-Carneiro, T. (Org) *Casal e família: transmissão, conflito e violência*, 159-176. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Féres-Carneiro, T. (1998). Casamento contemporâneo: o difícil convívio da individualidade com a conjugalidade. *Psicologia: reflexão e crítica*, 11(2), 379-394.

- Féres-Carneiro, T. (2001). *Casamento contemporâneo: o difícil convívio entre conjugalidade e individualidade*. Rio de Janeiro: Nau.
- Féres-Carneiro, T., Ziviani, C., & Magalhães, A. S. (2011). Arranjos amorosos contemporâneos: sexualidade, fidelidade e dinheiro na vivência da conjugalidade. *Família e casal: efeitos da contemporaneidade*, 43-59.
- Féres-Carneiro, T. (2012). Aliança e sexualidade no casamento e no recasamento contemporâneo. *Psicologia: Teoria e pesquisa*, 3(3), 250-261.
- Fundação Getúlio Vargas (2014) *Qual a faixa de renda familiar das classes?* Acessado em 16/11/2014, em: <http://cps.fgv.br/node/3999>.
- Giddens, A. (1993) *A transformação da intimidade*. São Paulo: Editora da UNESP.
- Giddens, A. (2009) *A constituição da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes.
- Giddens, A. (2007) *Mundo em descontrole: o que a globalização está fazendo de nós* (6ª. Ed) Rio de Janeiro: Record.
- Jablonski, B. (2010). A divisão de tarefas domésticas entre homens e mulheres no cotidiano do casamento. *Psicologia Ciência e Profissão*, 30(2), 262-275.
- Lins, R. N. (2005) *O casamento acaba com o tesão*. Entrevista para Revista IstoÉ Independente, edição 1883, 16 de novembro de 2005. Acessado em 06/12/2014, em:http://www.istoe.com.br/assuntos/entrevista/detalhe/paginar/14726_O+CASAMENTO+ACABA+COM+O+TESAO/1
- Lopes, A. N. (2008). *O que estão fazendo com a Igreja: ascensão e queda do movimento evangélico brasileiro*. São Paulo: Mundo Cristão.
- Minayo, M.C.S. (2007) *O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde*. São Paulo: HUCITEC.

- Ostler, C. (2013). *The Relationship Between Insecure Attachment and Premarital Sexual Timing*. Master's Thesis. Retrieved from: <http://scholarsarchive.byu.edu/etd/3889/>
- Pires, A. C. (2013a). Sociedade do Glamour, ética do consumismo e a ontologia da verdade: Uma análise crítica à sociedade hedocapitalista. *Estudos teológicos*, 53(2), p.244-254.
- Pires, A. C. (2013b). Sistema de estruturação de crenças sociointerativo: Estruturação de crenças, lógicas de interação e processos de contingenciamento. *Psicólogo inFormação*, 17(17), 133-191.
- Pires, A. C. (2014) O fim da religião e o último homem: uma crítica cristã à razão destrascendente. *Ciberteologia: Revista de Teologia & Cultura*, ano X, n.48, 32-59. Acessado em 05/12/2014, em:<http://ciberteologia.paulinas.org.br/ciberteologia/index.php/artigos/o-fim-da-religiao-e-o-ultimo-homem-uma-critica-crista-a-razao-destrascendente-2/>
- Regenerus, M., & Uecker, J. (2011). *Premarital sex in America*. New York: Oxford University Press.
- Rodrigues Pires, A. S. (2008). *Estudo da conjugalidade e da parentalidade através da satisfação conjugal e da aliança parental*. Dissertação de Mestrado. Acessado em 06/12/2014, em: http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/820/1/20978_ulsd056139_tm.pdf
- Rosa, C., & Gonçalves, M. M. (2013). Estratégias Dialógicas de Auto-Organização da Identidade: Psicoterapia e Reestruturação da Gestão Interna. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 29(3), 305-312.
- Scorsolini-Comin, F., & Santos, M. A. (2011). Ajustamento diádico e satisfação conjugal: correlações entre os domínios de duas escalas de avaliação da conjugalidade. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 24(2), 439-447.

- Souza, R. C. (2010) A família evangélica em face dos processos emancipatórios modernos. In: *Fazendo Gênero 9: diásporas, diversidades, deslocamentos*. Recuperado em 08/12/2010 em: www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1291781079_ARQUIVO_Robson_Souza.pdf
- Weber, M. (1999). *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Vol. 1. Brasília: UnB.
- Willoughby, B. J., Carroll, J. S., & Busby, D. M. (2014). Differing relationship outcomes when sex happens before, on, or after first dates. *Journal of sex research*, 51(1), 52-61.
- Zordan, E. P. (2010). *A separação conjugal na contemporaneidade: motivos, circunstâncias e contextos*. Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Capítulo III

Dilemas entre a tradição e a ruptura: O casamento evangélico atual visto por pastores

RESUMO

Este artigo teve como objetivo apresentar opiniões e posicionamentos de pastores presbiterianos, batistas e assembleianos sobre o casamento, o divórcio e o novo casamento. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com três pastores de cada uma das denominações selecionadas totalizando nove participantes. Foi utilizada a análise qualitativa de conteúdo. Os resultados mostraram que os pastores, em sua maioria, estão cedendo às influências do modelo hedocultural de casamento. Os pastores também percebem a destradicionalização nos comportamentos dos membros de suas igrejas. Foi constatada uma polarização de posicionamentos dos pastores dentro de cada denominação, ou seja, em cada Igreja dois pastores mostraram-se mais flexíveis e um apresentou tendências tradicionais. Os pastores flexíveis foram aqueles que se mostraram abertos quanto aos critérios para aceitação do divórcio e do novo casamento. Tanto os tradicionais como os flexíveis relataram que um grande número de casais toma a decisão por casar ou por se divorciar sem procurar pelas suas orientações. Os resultados deixaram evidente a destradicionalização e a formação de um modelo hedocultural de casamento evangélico. Espera-se que este trabalho contribua para o entendimento das mudanças que estão ocorrendo no casamento evangélico no Brasil e chame atenção para os dilemas e desafios enfrentados por pastores na atualidade.

Palavras Chave: Pastores Evangélicos; Autoridade Pastoral; Crise; Modelo Hedocultural de Casamento.

ABSTRACT

The objective of this article was to present opinions and positions of Presbyterian, Baptist and Assembly of God Pastors regarding marriage, divorce and remarriage. Semi structured interviews were conducted with three Pastors of each denomination; therefore, the research involved a total of nine participants. A qualitative content analysis strategy was used to analyze the data. The results show that the majority of the Pastors interviewed are being influenced by the hedocultural model of marriage. The Pastors also recognize that church members are moving away from traditional postures. The results revealed the presence of a polarization among the group of Pastors of all three denominations: two of them adopted a more flexible posture, while the third one showed a more traditional posture. The flexible Pastors conveyed a more open position regarding the criteria to accept divorce and remarriage. Both traditional and flexible Pastors reported that the majority of couples nowadays make the decision regarding marriage or divorce without consulting with their Pastor. The results also made evident the processes of moving away from tradition and towards the formation of a hedocultural model of evangelic marriages. This research intends to make a contribution to the understanding of the changes that are taking place in evangelical marriages in Brazil. It also calls attention to the dilemmas and the challenges that Pastors are facing in today's world.

Key Words: Evangelical Pastors; Pastoral Authority; Crisis; Hedocultural Model of Marriage.

O casamento e a vida conjugal constituem áreas importantes tanto da vida pessoal como da vida comunitária. Estas áreas demandam a atenção do pastor. Os pastores sempre ocuparam um lugar de fundamental importância nas comunidades protestantes e evangélicas. Os tipos de liderança e as funções exercidas têm especificidades em cada denominação. Independente da denominação, entretanto, pastores desempenham as funções de formadores de opinião, conselheiros e líderes de suas igrejas (Silva, 2004).

Cabe principalmente aos pastores a função de administrar os sacramentos e afirmar o credo, as doutrinas e os posicionamentos das instituições que representam. Esse trabalho inclui orientações sobre a ética de vida e o tipo de relação que seus fiéis devem estabelecer com a vida social e a cultura (Silveira, 2006). Ele é, portanto, um mediador social, moral e cognitivo. Parte de sua tarefa é ocupar o principal lugar de liderança dentro de um grupo que se organiza em torno de um sistema de compreensão da realidade.

As funções de educador e cuidador fazem parte da dimensão poimênica da atuação pastoral. De acordo com Schipani (2003) “Poimênica” é uma palavra derivada do grego *poimen*, que significa pastor. Normalmente a Poimênica é identificada como uma “disciplina da teologia prática” (p.7). O aconselhamento pastoral é a principal atividade dessa prática, mas não a única. Toda ação do pastor que visa cuidar das pessoas pode ser considerada uma atividade poimênica. A Poimênica é considerada por Nowen (2002) como uma resposta às necessidades das pessoas. Ela inclui a pregação nas reuniões públicas da igreja, além do aconselhamento individual, conjugal e/ou grupal.

Outra função importante do pastor é a de promover a sinergia da vida comunitária e a coerência com os propósitos da igreja. De acordo com Leidner (2012) o pastor deve atuar como defensor da igreja frente a influências que possam desvia-la dos seus propósitos. Essas

influências traduzem-se em pressões constantes de uma cultura que se opõe às orientações legadas pela tradição judeu-cristã. Alguns autores têm utilizado o conceito de sociedade pós-cristã para se referir a essas tendências (Bordin, 2014; Libanio, 2003).

Devido a essas atribuições, espera-se que os pastores sejam observadores atentos e conhecedores do público que atendem e orientam, assim como do mundo em que a igreja está inserida. Nisso se justifica a relevância de conhecer as percepções, opiniões e posicionamentos de pastores de denominações evangélicas tradicionais brasileiras acerca da conjugalidade e do divórcio entre o público que lideram e do qual fazem parte.

Faz-se necessário, todavia, considerar que tanto os significados do ser pastor como o modelo tradicional de conjugalidade vêm passando por mudanças importantes (Campos, 1997; Cesar, 1969; Souza, 2010). Os pastores vêm perdendo o seu prestígio social e a legitimidade de sua autoridade nas igrejas. Trata-se de uma crise com impactos tanto na relação com os fiéis como na percepção social geral que as pessoas têm do pastor (Campos, 2005). Isso não significa que a função pastoral esteja em processo de extinção, mas sim que a figura do pastor tradicional está sendo questionada. Trata-se de uma crise de legitimidade da autoridade desses líderes (Pires, 2009).

A crise de legitimidade da autoridade pastoral e a crise do modelo tradicional de casamento evangélico estão inseridas em um mesmo cenário. São processos de um mesmo fenômeno que se desdobram e que estão relacionados. Esse é um fenômeno amplo, de natureza cultural, que tem impactado a subjetividade no mundo contemporâneo. Trata-se da perda do poder de influência das tradições religiosas sobre a consciência e o cotidiano das pessoas. Isso significa que as definições religiosas da realidade estão perdendo a sua força moral e sua credibilidade. Esse fenômeno tem sido chamado de secularização, desencantamento do mundo,

destranscendentalização, hedonização, dentre outras qualificações (Berger, 2003; Silveira, 2006; Pires, 2010).

Esse contexto de crise e mudança invoca/coloca em pauta o seguinte problema de pesquisa: o casamento evangélico convencional e a função pastoral estão se destradicionalizando nas igrejas evangélicas históricas e pentecostais brasileiras? Esse é o problema central do qual derivam as seguintes perguntas: 1) Os pastores percebem a crise do modelo convencional e a formação de um novo modelo de casamento evangélico?; 2) Que características são atribuídas por esses líderes ao novo modelo?; 3) Os pastores consideram que sua autoridade tem sido reconhecida e respeitada pelas pessoas quando da decisão de se casarem ou de se divorciarem?; 4) De que modo os pastores têm reagido ao processo de destradicionalização do casamento evangélico e como se posicionam?

O posicionamento dos pastores acerca das questões postuladas é o foco de interesse desse artigo. Para nortear as análises dos dados e as reflexões a serem feitas no presente trabalho, foram elaboradas as seguintes hipóteses: 1) Os pastores percebem os processos de mudança no modelo convencional de casamento evangélico, que ocorrem por pressão da tendência sociocultural global de destradicionalização; 2) A destradicionalização também afeta a legitimidade da autoridade pastoral, enfraquecendo a figura do pastor como definidora no processo de decisão pelo casamento e pelo divórcio; 3) Há uma polarização de opiniões e posicionamentos dos pastores dentro de cada igreja. Isso significa que é possível encontrar tanto posicionamentos conservadores quanto flexíveis às mudanças, dentro de cada denominação.

Objetivos do Trabalho

O objetivo geral do presente estudo foi analisar os discursos de pastores de igrejas evangélicas tradicionais brasileiras acerca do casamento evangélico e da autoridade pastoral

frente às mudanças culturais atuais. Os objetivos específicos são: 1) Verificar as percepções de pastores quanto à existência ou não de uma crise do modelo tradicional de casamento evangélico e o surgimento de um novo modelo; 2) Analisar os posicionamentos dos pastores entrevistados e categorizá-los quanto ao fato de serem mais flexíveis ou conservadores. Por flexíveis compreendem-se posicionamentos que mostram aceitação das tendências de mudança no modelo tradicional e de aproximação a um modelo hedocultural de casamento; 3) Verificar as diferentes percepções e posicionamentos entre os pastores das três denominações pesquisadas, quanto ao casamento e ao divórcio; 4) Analisar a percepção da influência do trabalho pastoral nas decisões dos casais de se casarem e de se separarem; 5) Verificar a percepção dos pastores acerca de uma possível crise de legitimidade da autoridade pastoral nas igrejas evangélicas brasileiras estudadas.

Este artigo foi dividido em vários tópicos. O universo da pesquisa foi apresentado com base em referencial teórico e bibliográfico. Em seguida será apresentado o método, seguido de problematização dos resultados, de discussão, e de conclusão elaborados com base nas falas dos pastores as quais foram analisadas à luz das referências bibliográficas.

Universo da Pesquisa

O universo da pesquisa inclui duas vertentes evangélicas: as igrejas pentecostais clássicas e as históricas. As igrejas escolhidas para representar o segmento evangélico histórico foram igrejas batistas filiadas à Convenção Batista Brasileira (CBB) e as igrejas presbiterianas ligadas à Igreja Presbiteriana do Brasil. O segmento pentecostal foi representado pela igreja Assembleia de Deus. As igrejas neopentecostais não fazem parte deste estudo porque não são consideradas tradicionais.

O pastor presbiteriano

A Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB) é organizada nacionalmente em um Supremo Concílio e, abaixo dele, nos Sínodos, Presbitérios e Conselhos. Na hierarquia de cada igreja local os ministros (pastores) ocupam o lugar hierárquico mais importante e são auxiliados por presbíteros e diáconos eleitos pela comunidade de membros. O pastor titular é o líder principal e responsável por cada igreja.

O manual presbiteriano descreve a hierarquia da igreja e a função dos pastores, presbíteros e diáconos. A autoridade é dividida entre os governados (membros da igreja) e os governantes (pastores e presbíteros). No caso dos pastores, sua autoridade é de ordem quando exercida individualmente, e de jurisdição quando exercida em conjunto com outros ministros e presbíteros (IPB, 1999). É importante considerar, ainda, que os pastores da IPB dedicam-se em tempo integral à igreja e são remunerados por ela (IPB, 1999).

De acordo com o Manual Presbiteriano (IPB, 1999, p.21), as atribuições específicas do pastor de uma igreja local são:

- 1) Orar com o rebanho e por este; 2) apascentá-lo na doutrina cristã; 3) exercer as suas funções com zelo; 4) orientar e superintender as atividades da Igreja, a fim de tornar eficiente a vida espiritual do povo de Deus; 5) prestar assistência pastoral; 6) instruir os neófitos, dedicar atenção à infância e à mocidade, bem como aos necessitados, aflitos, enfermos e desviados; 7) Exercer, juntamente com outros presbíteros, o poder coletivo de governo.

Existem ainda outras exigências, que dizem respeito ao perfil do ministro/pastor. O ministro, cujo cargo e exercício são os primeiros na Igreja, deve conhecer a Bíblia e sua teologia. Deve também ter cultura geral e ser apto para ensinar, Deve ser são na fé e irrepreensível na

vida, ou seja, precisa ter vida piedosa e gozar de bom conceito dentro e fora da igreja. Ademais é importante que seja eficiente e zeloso no cumprimento dos seus deveres (IPB, 1999, p.20).

O pastor batista

A Convenção Batista Brasileira (CBB) representa o conjunto de igrejas que derivam das primeiras comunidades batistas no território brasileiro. A CBB (1996) é um órgão que procura dar um padrão doutrinário e organizacional à denominação. A convenção, entretanto, não retira a autonomia das igrejas locais. O seu objetivo é orientar as igrejas doutrinariamente, além de estabelecer critérios para adesão de novos membros, ordenação de líderes, serviços, relação com o estado e a vida pública, expansão, dentre outros assuntos. Os pastores batistas também se organizam através da Ordem de Pastores Batistas do Brasil - OPBB (CBB, 2011).

A Declaração Doutrinária da CBB não detalha as atribuições do pastor. O texto afirma no capítulo XI, intitulado Ministério da Palavra, que Deus chama certos homens para um serviço distinto. Esse serviço é comparado ao dos profetas do Antigo Testamento e aos apóstolos cristãos do Novo Testamento. Eles são líderes que desempenham as tarefas mais importantes dentro das igrejas. Há duas atribuições genéricas que são dadas a eles: evangelização dos não crentes e cuidado pastoral com os membros da igreja.

A atividade pastoral exige, devido às atribuições desse líder, uma formação específica. A formação inclui conhecimentos bíblicos, teológicos e da própria declaração doutrinária. Para a ordenação, o candidato a pastor passa por um exame e pela aprovação de um concílio de pastores membros da OPBB. A declaração afirma, ainda, que o pastor deve ter dedicação exclusiva e receber o devido sustento da própria igreja (CBB, 1996).

O pastor da Assembleia de Deus

A Assembleia de Deus é considerada uma igreja pentecostal clássica (Mendonça & Velásquez Filho, 1990). A denominação nasceu seguindo a tradição pentecostal de uma liturgia com menor formalidade, maior participação do público, bem como pela emotividade marcante em suas reuniões. Outro fator importante diz respeito ao desinteresse pelo estudo da teologia (Meneses, 2014).

Uma das características clássicas do pentecostalismo assumida pela Assembleia de Deus é a aceitação de líderes leigos. Os critérios para um membro tornar-se pastor são, predominantemente, de natureza política. O grau de proximidade com as lideranças estabelecidas, assim como o carisma e o espírito de liderança são os fatores que favorecem a indicação de uma pessoa à carreira ministerial. A divisão hierárquica da igreja é formada, em escala ascendente, por auxiliares, diáconos, presbíteros, evangelistas e pastores (Lopes, 2008). Essa é uma denominação que se diferencia das igrejas históricas devido a muitas características não tradicionais. A inclusão da mesma no estudo se mostra pertinente, apesar disso, porque é uma igreja tradicional no sentido doutrinário.

O posicionamento de pastores acerca do casamento: referencial teórico

O posicionamento de pastores tradicionais acerca do casamento evangélico na atualidade merece atenção. Faz-se necessário, nesse contexto, compreender quem são os pastores e de que modo a destradicionalização também afeta a sua autoridade nas igrejas e o seu prestígio na sociedade. Além disso, é importante compreender em que contexto os pastores começaram a existir, o que os caracteriza como líderes religiosos e como a sua autoridade é legitimada.

O trabalho de interpretar e comunicar o conteúdo dos textos sagrados e doutrinas de cada igreja é, principalmente, dos pastores (Brakemeier, 2014). Em função dessa atribuição, nas igrejas protestantes a decisão por casar-se ou separar-se deveria ser sempre submetida à avaliação dos líderes da igreja. Essa prática foi mantida nas igrejas evangélicas tradicionais.

A destraditionalização parece estar afetando não apenas os casamentos, mas a relação dos casais evangélicos com os seus pastores. A orientação pastoral parece estar perdendo o seu peso nas decisões das pessoas por se casarem ou se separarem. Ao invés de consultar os líderes, cada crente lança mão de sua independência cognitiva, política, social e moral para afirmar suas escolhas e tomar suas decisões (Pires, 2009). Outros fatores, tais como o surgimento de novos tipos de pastores e o aumento dos escândalos entre esses líderes, contribuem para agravar essa crise (Campos, 2005).

O pastor evangélico: sua origem, sua autoridade e seu trabalho

A reforma protestante do século XVI nasceu da contestação de Martinho Lutero ao modo católico romano de se organizar como instituição religiosa, interpretar a Bíblia e relacionar-se com os seus fiéis. No cristianismo católico daquela época os padres assumiam status de mediadores entre os crentes e Deus. Eles gozavam de privilégios políticos e morais, sob a proteção da igreja. A autoridade dos sacerdotes, portanto, os colocava em uma condição de superioridade. O reconhecimento da autoridade dos sacerdotes era garantido de forma coercitiva. Os insubmissos poderiam ser tanto excomungados como condenados à pena de morte (Delumeau, 1989).

A reforma protestante deu um novo sentido à função pastoral e estabeleceu uma nova forma de relação entre os líderes religiosos e os fiéis. Lutero entende que todos os cristãos são

sacerdotes e têm no Cristo o único mediador na sua relação com Deus. O pastor não tem o poder de absolvição de pecados e nem acesso exclusivo aos textos sagrados. Isso não significa que ele não ocupa um lugar central na organização e na vida da igreja. Lutero acreditava que cada membro da igreja recebe um ministério e o pastoral é o mais importante deles (Brakemeier, 2014). Essa concepção de liderança do pastor foi assumida em todas as vertentes protestantes e, posteriormente, nas igrejas evangélicas.

O reconhecimento da autoridade pastoral deve ser uma atitude voluntária. A submissão dos crentes se fundamenta na crença de que o pastor é um vocacionado por Deus para fazer valer a sua palavra frente à comunidade da fé (Brakemeier, 2014; Silveira, 2006). A metáfora do pastor de ovelhas ilustra a relação entre os fiéis e o seu líder. As ovelhas se sentem seguras na presença do seu pastor e por isso aceitam as suas orientações e cuidados (Leidner, 2012). A tradição dos apóstolos contida no Novo Testamento constitui o principal referencial para as crenças que legitimam a autoridade pastoral. Os documentos institucionais, tais como manuais e declarações doutrinárias das igrejas, apresentam o modo como cada uma delas compreende o que os textos bíblicos afirmam.

Todos os crentes têm acesso direto aos textos sagrados e documentos das igrejas. Eles podem lê-los e interpretá-los. É o pastor, entretanto, que apresenta uma interpretação oficial que assume caráter de orientação coletiva, com implicações para a vida de cada fiel (Nepomuceno, 2013). Essa tarefa demanda preparo e dedicação. O pastor tradicional era um doutor no conhecimento bíblico e teológico. Esse conhecimento norteava todas as dimensões do seu trabalho (Campos, 2005). De acordo com Brakemeier (2014), o tempo dedicado ao serviço pastoral e ao estudo também são fatores que destacam os pastores dos outros membros da igreja (Bayer, 2007).

O apóstolo Paulo considera que a autoridade pastoral precisa ser considerada legítima pelos crentes para que o trabalho desse líder seja efetivo. Trata-se de uma relação entre o pastor e as ovelhas. A sinergia orgânica das igrejas depende de que cada parte dessa relação reconheça as suas funções. O pastor deve liderar, ensinar, proteger e cuidar, enquanto as ovelhas devem reconhecer a sua autoridade para realizar tais tarefas. O reconhecimento da autoridade é evidenciado na submissão voluntária às orientações. Essa é a tradição apostólica (Hebreus, 13:17, Bíblia Sagrada, N.V.I.).

Historicamente, a Assembleia de Deus sempre valorizou o pastor performático e bom orador. Sua proximidade com o público é maior quanto ao nível de conhecimento, mas não hierarquicamente (Campos, 2005; Pommering, 2008). A autoridade do pastor assembleiano clássico é validada de um modo diferente do que ocorre nas igrejas históricas. De acordo com Pommering (2011, p. 25): “A retórica dos pastores pentecostais enfatiza a liderança como divinamente instituída, portanto, merecedora de obediência e respeito”. A centralização da liderança é maior e o discurso dos líderes é a principal via para afirmação da autoridade.

O aconselhamento pastoral

O aconselhamento religioso é uma prática que visa o atendimento e a orientação de pessoas que buscam ajuda nas instituições religiosas. Nas igrejas protestantes e evangélicas esse trabalho é mais conhecido como aconselhamento pastoral (Macedo, Fonseca & Holanda, 2007). Através do aconselhamento, pastores e outros líderes têm uma relação direta com os problemas trazidos por indivíduos, casais e famílias (Schipani, 20036; Clinebell, 1987; Schneider-Harpprecht, 2005).

No aconselhamento pastoral se estabelece uma relação de natureza terapêutica entre o conselheiro e o aconselhando. Essa atividade, apesar disso, não pode ser confundida com o atendimento psicoterápico ou o aconselhamento psicológico. O uso de ferramentas desenvolvidas pelas ciências da saúde, incluindo a psicologia, é admitido em algumas igrejas. Há, inclusive, a proposição de uma disciplina própria que une os conhecimentos científicos da psicologia com a teologia prática. Ela é entendida como uma subdisciplina da teologia pastoral, denominada Psicologia Pastoral (Hoch, 2014; Szentmártoni, 1999). A proposta, segundo Hoch (2014, p.253) é “aplicar conhecimentos e recursos da psicologia à prática pastoral”.

Não se trata de substituir o referencial teológico pelo aparato teórico e técnico de uma ciência. A proposta é de uso do conhecimento científico para tornar o olhar do pastor mais sensível aos problemas trazidos até ele (Hock, 2014). Vale considerar, entretanto, que os objetivos e as ferramentas da psicoterapia e do aconselhamento são diferentes. A psicoterapia tem uma fundamentação científica e visa ajudar as pessoas a partir das demandas e desejos delas próprias. O código de ética profissional do/a psicólogo/a brasileiro/a o/a proíbe de adotar um viés religioso ou ideológico (CFP, 2005). A base central do aconselhamento pastoral, por sua vez, é um conjunto de princípios de base bíblica e teológica (Macedo, Fonseca & Holanda, 2007).

É importante considerar que os pastores representam a autoridade máxima nas igrejas evangélicas. Tradicionalmente, a decisão por casar-se ou se divorciar não deve ser tomada de modo autônomo pelos casais. A função do pastor é, de acordo com Brakemeier (2014), fazer valer a palavra de Deus. Isso significa que o que está prescrito na tradição se coloca acima das vontades dos indivíduos. A partir daí é que se estabelecem os critérios que nortearão o pastor ao aconselhar as pessoas em suas decisões por se casarem ou se separarem.

É importante considerar que mesmo nas igrejas tradicionais o pastor não tem o poder de coagir as pessoas a ouvirem suas orientações. Os pastores não podem, tampouco, impedir as pessoas de se casarem ou se separarem. Sua função é aconselhar e ajudar as pessoas a se manterem firmes na fé e obedientes às prescrições religiosas promulgadas por sua denominação. A transgressão do que está prescrito na Bíblia tem implicações importantes. As pessoas que se divorciam sem terem se submetido aos critérios tradicionais, por exemplo, podem perder o direito de se casarem novamente e ao mesmo tempo de continuarem como membros da igreja.

Dilemas e rupturas: a crise de legitimidade da autoridade pastoral

Na sociedade tradicional pastores protestantes e evangélicos ocupavam um lugar de prestígio dentro e fora das igrejas. Nas comunidades de fé eram aceitos como líderes vocacionados por Deus para orientar e cuidar das pessoas. No mundo laico eram prestigiados pela sua formação, conhecimentos e serviços de acolhimento e ajuda. Eram intérpretes dos textos sagrados e falavam à sociedade como líderes, representantes de uma instituição distinta e de um patrimônio moral (Campos, 2005). Esse status era favorecido pelo fato de que a religião ainda gozava de certo respeito e status social.

O avançar do século XX foi marcado pelo crescente declínio da influência de símbolos e crenças religiosas em todos os âmbitos da vida. No processo de formação desse cenário social, a confiança que era depositada nos padres, pastores e outros representantes da religião e da tradição foi transferida para especialistas. Os especialistas, ao invés de lançarem mão da sabedoria dos antepassados, da tradição ou das orientações de base teológica, aplicam técnicas cientificamente embasadas. O uso da razão instrumental se tornou um substituto da ação dos

agentes religiosos na vida cotidiana. Os pastores e outros líderes religiosos continuaram a existir, mas não com o mesmo status e modos de operar (Giddens, 1991).

Pires (2013b, p.48), afirma que “Sobre o conceito de modernidade incide os conceitos de desencantamento do mundo, secularização e racionalização. Todos eles preconizam a ideia de banimento da religião do “espaço público””. O autor afirma que é possível associar, a partir da teoria weberiana, esse desencantamento do mundo à ideia de progresso. O progresso, por sua vez, desencadeou importantes mudanças na relação das pessoas com a religião. O progresso científico, econômico, cultural e civilizatório produziu o enfeamento do sagrado e a dessacralização do mundo. Daí nasceu uma ““apostasia ética” em relação ao modo religioso de ser no mundo” (p.53). Isso significou a rejeição a uma “ética do limite” de base religiosa e a adesão a uma nova ética, de natureza hedônica (Pires, 2013b, p.51).

Essa mudança de paradigma ético tem na sua base uma importante dimensão psicológica. Peter Berger (2003) considera que a rejeição das referências ao conhecimento religioso ocorre tanto de modo objetivo como subjetivo. O modo objetivo pode ser observado nas características da cultura, enquanto o subjetivo diz respeito ao modo de pensar das pessoas. Por isso ele faz referência a uma secularização da consciência. A cosmovisão religiosa começou a perder a sua plausibilidade na consciência das pessoas (Pires, 2013b).

A secularização teve como consequências tanto a pluralização como a privatização da religião. Ao invés de manifestar-se nas instituições, a religião foi se transformando em algo individual, de foro íntimo. Cada indivíduo passou a escolher dentre as várias opções disponíveis em um mercado religioso marcado pela diversidade (Mônico, 2014). Nesse contexto, Mônico (2014) resgata o pensamento de Luckmann, que em 1967 falou sobre uma religião invisível. Essa invisibilidade significa que a religião, de fato, passou a ser algo definido na privacidade

autônoma de cada sujeito. A opção por esse modo de ser religioso torna o pastor desnecessário. Cada indivíduo pode ser pastor de si mesmo e interpretar sozinho os referenciais que decidiu adotar. A partir de suas próprias interpretações, os indivíduos podem fazer suas escolhas autônomas. A religião invisível parece viabilizar o tipo ideal de vivência religiosa que as pessoas desejam ter em uma sociedade hedocultural.

Nesse cenário desfavorável à autoridade religiosa, surgiram novos tipos de pastores. Os novos pastores passaram a concorrer com os especialistas e pessoas da mídia. Ocorreu uma psicologização do discurso e incluiu-se o uso de técnicas e recursos midiáticos para influenciar as massas. Juntamente com essa tentativa de renovação e popularização da religião, acontece um aumento do número de escândalos entre líderes evangélicos, fator que produziu uma séria crise de credibilidade (Campos, 2005; Pires, 2009).

É possível concluir, portanto, que a secularização, o surgimento dos novos pastores e os escândalos produziram uma drástica perda do prestígio e da autoridade dos pastores evangélicos no Brasil. Trata-se de uma crise interna e externa. A sociedade passou a ver os pastores, genericamente, como pessoas de quem se deve desconfiar. Isso afetou também o modo com os crentes passaram a se relacionar com seus líderes (Campos, 2005; Silveira, 2006).

Levar em consideração o cenário acima descrito torna possível deduzir que essa nova situação impõe um dilema aos pastores tradicionais. Ao aconselhar os casais, precisam decidir entre fazer valer a tradição ou atender às demandas de quem os procura. As exigências hedônicas incluem, por exemplo, o direito das pessoas se divorciarem por razões não tradicionais e de se casarem novamente. O cenário atual é, portanto, um cenário de crise. A investigação empírica que se segue apresenta e discute as opiniões de alguns pastores evangélicos acerca dessas questões e mudanças.

Método

O presente trabalho consistiu em uma pesquisa qualitativa. Os dados foram obtidos a partir da utilização de entrevistas semiestruturadas. As perguntas das entrevistas solicitaram pastores de igrejas evangélicas brasileiras tradicionais a emitirem suas opiniões acerca do casamento, do divórcio, do novo casamento, do cenário de mudança cultural, e, por fim de sua percepção acerca da autoridade pastoral.

Os subtópicos que seguem apresentam o detalhamento da pesquisa. Esse detalhamento inclui os critérios para seleção dos participantes, os ambientes, materiais e equipamentos utilizados. Apresenta os procedimentos éticos e de coleta de dados. Também são explicitadas as estratégias adotadas para organização e análise dos dados.

Participantes

Participaram do estudo nove (9) pastores, sendo três (3) de cada uma das igrejas escolhidas (Presbiteriana do Brasil, Batista/Convenção Batista Brasileira e Assembleia de Deus). No intuito de preservar o anonimato desses participantes, seus nomes foram substituídos aleatoriamente por números - Pastor 1, Pastor 2, Pastor 3, e assim sucessivamente até o Pastor 9. Não foram citadas as cidades em que eles atuam, também para evitar a sua identificação.

Os principais critérios para seleção dos participantes serão apresentados a seguir. O primeiro foi exercer função de liderança na denominação religiosa, ou seja, além da igreja local. O segundo foi ser reconhecido como um formador de opinião no mundo evangélico brasileiro. Foram considerados formadores de opinião pastores que publicam ou falam em meios de comunicação de suas denominações, em sites, rádio e televisão. O terceiro foi pastorear atualmente congregações que tenham representatividade histórica e numérica e que contem com pelo menos 1000 membros. O quarto critério foi ter feito ou estar fazendo parte da liderança

nacional de sua denominação, ou seja, ser membro de concílio, convenção ou equivalente no cenário brasileiro.

Cinco (5) dentre os pastores entrevistados atenderam às exigências especificadas acima. Houve dificuldades na seleção dos quatro seguintes. Por isso, foram elaborados os seguintes critérios adicionais, para que fosse possível selecioná-los; 1) ser pastor da congregação atual há pelo menos cinco anos; 2) ter idade igual ou superior a trinta e cinco (35) anos; 3) ser pastor de uma congregação com pelo menos quinhentos (500) membros.

Ambiente, Materiais e Equipamentos

O ambiente de cada entrevista foi escolhido conforme a disponibilidade dos pastores participantes. As entrevistas foram realizadas com a presença do entrevistador e do entrevistado. Foram tomadas as devidas providências para garantir a privacidade dos participantes, assim como as devidas precauções para evitar interrupções.

Foram utilizados os seguintes equipamentos e materiais: 1) Gravador digital portátil; 2) Questionário Sociodemográfico; 3) Roteiro de entrevista; 4) Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE); 5) Termo de Autorização para Utilização de Imagem e Som de Voz Para Fins de Pesquisa; 6) Bloco de anotações de uso do entrevistador.

Procedimentos Éticos

O trabalho seguiu as exigências e recomendações do Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília. Todos os participantes leram e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido -TCLE, bem como o Termo de Autorização para Utilização de Imagem e Som de Voz Para Fins de Pesquisa. Não foram utilizadas imagens nessa pesquisa, apenas a gravação da voz.

Procedimentos de Coleta de Dados

Foi realizado um levantamento dos nomes e contatos dos principais líderes das igrejas brasileiras selecionadas para participarem do estudo. Os participantes selecionados atuam no Distrito Federal, Goiás e São Paulo. Em um segundo momento, esses pastores foram contatados por telefone e/ou por e-mail para formalização do convite. Após aceitarem participar, foi feito o agendamento de cada entrevista.

No primeiro contato, cada participante foi informado de que o tempo estimado para a entrevista era de aproximadamente 60 minutos. As entrevistas foram gravadas em áudio e transcritas pelo próprio pesquisador, sendo digitadas no Microsoft Word 2010. Todas as entrevistas e transcrições foram realizadas pelo próprio autor deste trabalho.

Procedimentos de Análise dos Dados

O método escolhido para análise dos dados foi a Análise Temática de Conteúdo (Minayo, 2007), que tem uma natureza qualitativa. O primeiro procedimento adotado para a operacionalização das análises consistiu na realização de leitura flutuante de cada uma das entrevistas, com o objetivo de : a) familiarizar com o conteúdo e pontos de análise; b) identificar se o conteúdo apresentava os elementos necessários para análise, de acordo com os objetivos do trabalho; c) definir as categorias de análise, de acordo com os objetivos do trabalho. Em seguida foram feitas releituras de cada uma das entrevistas, com o objetivo de identificar e classificar frases e períodos dentro das categorias de análise. Nas releituras, as hipóteses foram reformuladas e as categorias de análise foram elaboradas.

As categorias de análise foram criadas tomando como base a problematização, as hipóteses e os objetivos do trabalho. Durante as releituras dos textos das entrevistas as categorias foram revistas exaustivamente. Novas categorias foram criadas, outras descartadas e algumas foram redefinidas. As categorias serão apresentadas no tópico seguinte.

Resultados e Discussão

O casamento constitui uma dimensão importante da experiência adulta. Dados do IBGE mostram que os números de casamentos e divórcios estão crescendo com a população. A realidade da população evangélica não é diferente. Os últimos censos mostraram forte crescimento do número de evangélicos. O crescimento do número de divórcios, entretanto, foi maior do que do crescimento dessa população religiosa (IBGE, 2003, 2010). Isso ocorre no contexto de um amplo processo de mudança cultural no mundo atual e também no Brasil. É um processo que influencia o modo como as pessoas pensam e se relacionam, em função de alterações que ocorreram nas normas tradicionais que regiam a vida privada e a pública (Souza, 2010).

Neste tópico, foram analisadas as opiniões e posicionamentos de pastores evangélicos a respeito desse fenômeno. Na Tabela 1 são apresentados os perfis de cada um dos participantes.

TABELA 1
Perfil sociodemográfico dos participantes

Pr.	Idade	Denominação	Formação	Titulação	Tempo como pastor	Pastor na congregação atual
1	50	Presbiteriana	Teologia	Graduado	25 anos	13 anos
2	58	Presbiteriana	Teologia	Especialista	31 anos	31 anos
3	59	Presbiteriana	Teologia	Doutor	32 anos	01 mês
4	47	Batista	Teologia	Mestre	25 anos	05 anos
5	44	Batista	Teologia	Mestre	22 anos	17 anos
6	54	Batista	Teologia	Doutor	31 anos	13 anos
7	60	Assembleia de Deus	Direito	Especialista	34 anos	14 anos
8	65	Assembleia de Deus	Direito Odontologia	Graduado	28 anos	28 anos
9	54	Assembleia de Deus	Psicologia	Graduado	26 anos	04 anos

Nota. Pr.=Pastor.

Conforme apresenta a Tabela 1, a amostra selecionada foi composta por pastores experientes. O entrevistado com menor tempo de atuação tem 22 anos de atividade e o maior tem 34 anos. A maior parte dos pastores liderava sua comunidade há mais de 10 anos à época da entrevista. Apenas dois pastores estavam na liderança há menos de cinco anos. Um deles tinha quatro anos e o outro havia iniciado sua atividade na congregação há apenas um mês. O entrevistado recém-chegado à sua comunidade, entretanto, tinha 32 anos de atividade pastoral e atendeu a todos os principais critérios de seleção descritos no método. A seguir, os conteúdos das entrevistas são analisados a partir das categorias que intitulam os subtópicos.

“Se a gente falar bíblicamente”: concepções do modelo tradicional de casamento

A Tabela 2 apresenta respostas de cada pastor. Elas representam definições ou aspectos que consideram importantes na definição do modelo tradicional de casamento evangélico.

TABELA 2

Definição de cada pastor, do modelo tradicional de casamento evangélico.

Pastor	Definições
Pastor 1 (Presbiteriana)	Acho que casamento é um princípio... acho que é um princípio bíblico. Casamento é uma ideia que, eu creio, proveniente da boa criação de Deus. ... Quando a Bíblia trata casamento, ela trata como compromisso, pacto.
Pastor 2 (Presbiteriana)	...enquanto princípio, enquanto estrutura ou enquanto uma instituição que um homem, uma mulher, numa relação estável, com o objetivo de procriar e que, dentro de um determinado nível com o outro, claro, que confere um certo prazer para o casal.
Pastor 3 (Presbiteriana)	Na revelação Bíblica, o casamento antecede a religião. Deus primeiro criou o homem e a mulher e os uniu.
Pastor 6 (Batista)	...nós temos um princípio chamado da... do Novo Testamento como regra de fé e prática. ... A Bíblia, como regra de fé e prática. ... O Senhor Deus disse: deixará o homem o seu pai e a sua mãe e unir-se-á à sua mulher, e serão os dois uma só carne. De modo que não são mais dois, mas uma só carne...
Pastor 7 (Ass. De Deus)	A Bíblia diz, lá em Gênesis: portanto, deixará o homem pai e mãe e unir-se-á à sua mulher e serão ambos uma só carne. Esse é o conceito de casamento. É a união entre um homem e uma mulher, para construir uma vida a dois. Não é? Pelo resto da vida. ...do esposo como provedor, a mulher como uma grande auxiliadora... E os filhos uma bênção do Senhor...
Pastor 8 (Ass. De Deus)	Então é, primeiro, entre um homem e uma mulher. Entre um macho e uma fêmea. Não é? Entendeu? O casamento com a bênção dos pais. Um casamento tradicional. Um casamento com a bênção dos pastores, ou do padre, ou dos padres, é um casamento tradicional. É o casamento conforme o direito canônico desta ou daquela denominação.

Nota. Os pastores 4, 5 e 9 não apresentaram uma definição clara do modelo tradicional de casamento.

Dos nove pastores entrevistados, seis apresentaram alguma definição do que compreendem como casamento tradicional. Alguns foram mais econômicos e outros detalharam suas respostas. A pergunta foi: “O que o Sr. pensa do casamento evangélico hoje?”. Em alguns casos, no contexto da entrevista fez-se necessário acrescentar perguntas mais diretas sobre essas definições. Ainda assim, alguns pastores não definiram claramente.

Seis pastores que apresentaram alguma definição do casamento tradicional. Dentre eles, quatro utilizaram a palavra Bíblia ou princípios bíblicos. Cinco deles deram destaque ao fato que o casamento é heterossexual. O Pastor 6, para dar a sua definição, mostrou um exemplar da Declaração Doutrinária da Convenção Batista Brasileira (CBB), que estava sobre a sua mesa. Ele afirmou que a Bíblia define o modelo e a declaração expressa isso. A declaração, no seu Capítulo XVII, intitulado “Família”, diz:

A família, criada por Deus para o bem do homem, é a primeira instituição da sociedade. Sua base é o casamento monogâmico e duradouro, por toda a vida, só podendo ser desfeito pela morte ou pela infidelidade conjugal. O propósito imediato da família é glorificar a Deus e prover a satisfação das necessidades humanas de comunhão, educação, companheirismo, segurança, preservação da espécie e bem assim o perfeito ajustamento da pessoa humana e todas as suas dimensões (CBB, 1996).

“A igreja tem sido formatada”: a destradicionalização na percepção dos pastores

O objetivo central deste trabalho é analisar a percepção de pastores de igrejas evangélicas tradicionais brasileiras acerca de um possível processo de descaracterização no casamento evangélico. Do total de nove pastores entrevistados, oito identificaram que esse processo está ocorrendo no mundo evangélico brasileiro. Os pastores mostraram-se conscientes desse processo e apontaram fatores que confirmaram as hipóteses apresentadas ao início deste trabalho. A Tabela 3 mostra algumas declarações dos pastores a respeito dessa questão.

TABELA 3

Percepções dos pastores sobre as mudanças culturais atuais e o casamento evangélico

Pastor	Percepções
Pastor 1 (Presbiteriana)	Eu creio que o casamento evangélico, ele tem seguido muito a tendência do casamento de uma maneira geral no mundo hoje. Por exemplo, da mesma forma que hoje você vê o casamento sendo diminuído no seu valor, é... nas suas características que deveriam ser enfatizadas e tudo mais na sociedade de maneira geral, a igreja tem vivenciado isso também. Eu acho que a igreja tem sido formatada nesse ponto.
Pastor 2 (Presbiteriana)	O casamento, de uma forma geral, dentro do padrão de... que os cristãos adotam já há mais séculos, desde o início, na forma que segue a herança judaico-cristã, é, hoje, em termos de uma instituição, uma instituição que sofre algumas crises... pelas mudanças que a civilização, principalmente a civilização ocidental vem passando. ... Eu acho que o casamento de um modo geral, ele sofre hoje toda a ... a pressão da mudança civilizatória, da presença forte de uma cultura secularizada, individualista, narcisista...
Pastor 3 (Presbiteriana)	Então, se por casamento evangélico você quer se referir ao casamento que é realizado entre evangélicos, eu diria que ele vem sofrendo o impacto das mudanças na nossa cultura. A nossa cultura, a cultura ocidental moderna, com a chegada da pós-modernidade e depois do movimento de liberação sexual da década de 60. A influência de Freud, especialmente, nessa liberação. Vem também o impacto do relativismo. Vem fazendo com que o casamento tradicional caia em desuso...
Pastor 4 (Batista)	O casamento evangélico nos... nos nossos dias, ele é como qualquer outro casamento de pessoas que não têm esse tipo de orientação bíblica, ou filosófica até. ... Não tem um padrão mais. Mas, entre os cristãos chamados evangélicos, o divórcio se tornou tão comum quanto entre não evangélicos, ou até não cristãos.
Pastor 5 (Batista)	O casamento evangélico, ele está dentro do contexto da sociedade, como um todo, uma sociedade com ééé... com pensamentos e ações cada vez mais hedonistas. Então, com isso, o casamento evangélico também acaba sofrendo. O casamento, acredito que no meio evangélico, ele está, ainda, mais fortalecido do que na sociedade em geral. Porém, o casamento sofre com todos os efeitos e ataques que hoje, através da mídia e do mundo secular é feito em cima do casamento. O casamento evangélico, ele não tá isolado do contexto do casamento da sociedade em geral...
Pastor 6 (Batista)	...obviamente, esse pequeno capítulo, que está sendo inclusive revisto, né, por conta dos desafios presentes, modernos... Uma incidência muito grande de divórcios. E também, baseado naqueles três princípios, né... Monogâmico.... Há, por exemplo a mídia, as novelas, por exemplo... reforçam muito essa ideia de que alguém para ser feliz precisa ter amante. ... Então, esse é um desafio moderno muito grande pra nós.
Pastor 7 (Ass. De Deus)	Bem, eu acho que o casamento, como uma instituição, ele está em crise. ...Eu penso que nós todos estamos numa guerra, numa luta, numa batalha em defesa do casamento. Não é? O casamento nuclear, tradicional. ... A gente não pode negar que mesmo no meio evangélico ainda tem dificuldade. Nós temos muitas dificuldades. Porque queira ou não, a gente não sofre só influência da igreja, da religião, da Bíblia, né? Nós somos cidadãos, estamos inseridos no contexto social e acaba por ter influências externas, né? Da sociedade, da mídia... e... e os conceitos alteram. Daqui pra ali a gente tá sendo atingido também, não é? O casamento perde muito daquele sentido que sempre teve...
Pastor 9 (Ass. De Deus)	O casamento evangélico, ele já foi mais... mais firme. Mais sustentado. O casamento evangélico hoje, ele tá sofrendo as mesmas influências, as mesmas pressões que qualquer outro tipo de casamento.

Notas. a. O pastor 5 não se pronunciou a respeito; b. Ao usar a expressão “pequeno capítulo”, o Pastor 3 está se referindo ao Capítulo XVII da Declaração Doutrinária da Convenção Batista Brasileira, com o título: Família.

Os dados confirmaram que há uma pressão cultural que vem produzindo mudanças no modelo convencional/tradicional de casamento evangélico no Brasil. Seis dos nove pastores mostraram uma compreensão de que a igreja está inserida em um contexto cultural e que não é possível blindar-se contra as influências desse ambiente. Oito pastores identificaram influências específicas, tais como o relativismo, a diminuição do valor do matrimônio, a secularização, o individualismo, o narcisismo, a liberação sexual e a influência da mídia.

Há que se considerar que é possível que exista um percentual de pastores evangélicos que ainda esteja ensinando a Bíblia a partir de interpretações tradicionais. A percepção das influências da sociedade hedocultural pode significar, no entanto, que está ocorrendo uma descontinuidade entre o discurso e o etos dos fiéis. O espaço religioso e o não religioso delimitam, nesse caso, critérios distintos. As pessoas podem ouvir e se comportar de determinada forma no ambiente da igreja e das reuniões a ela ligadas, e viverem de forma diferente no cotidiano. Essa vivência reflete um paradoxo e representa uma das formas de relativização da tradição.

“Não é o ideal, mas é a realidade”: a aceitação do divórcio e do novo casamento

No que diz respeito ao divórcio e ao novo casamento, sete dos nove pastores entrevistados identificaram contradições entre o que a Bíblia diz e o que está acontecendo nas igrejas evangélicas brasileiras. Alguns foram mais específicos, ao mencionarem a realidade de suas próprias comunidades e de suas experiências cotidianas de aconselhamento. Outros falaram de modo genérico sobre o mundo evangélico e foram discretos em relação à própria igreja que lideram. Em todos os casos, o conteúdo das entrevistas mostrou que os pastores estão conscientes de que há um processo de afastamento do modelo tradicional. A Tabela 4 apresenta os posicionamentos dos pastores sobre as condições em que o divórcio e o novo casamento são aceitáveis.

É importante compreender que o casamento e o divórcio fazem parte de uma mesma história que é a biografia do casal. O divórcio é o desfecho de um relacionamento que teve um início e se desenvolveu ao longo de determinado período. A normatização tradicional acerca do

casamento evangélico sempre incluiu considerações sobre os critérios para que a aliança conjugal possa ser desfeita. Nesse contexto, tomam-se também como evidências da destradicionalização a mudança nos critérios para aceitação do divórcio e do novo casamento no meio evangélico.

TABELA 4

Posicionamento dos pastores acerca dos critérios para concessão do divórcio e/ou do novo casamento.

Pastor	Posicionamentos
Pastor 1 (Presbiteriana) FLEXÍVEL	É aceitável? Não. Não seria aceitável. Mas, você não tem como dizer que isso não acontece. A separação tá acontecendo. E aí? Nós vamos fechar os olhos para essa realidade? Não tem como. Ela acontece. ... Eu tenho dificuldades quanto a isso. Confesso a você, porque como é que você gera padrão? É muito difícil você gerar padrão. Os casamentos, segundo casamento, tem acontecido? Tem.
Pastor 2 (Presbiteriana) FLEXÍVEL	...o divórcio sempre é uma ofensa. Agora, ele acontece. ... e em acontecendo, então, o que a igreja tem procurado fazer é oferecer apoio, oferecer o acompanhamento pastoral para os casais divorciados. ... E ajuda-los a prosseguirem com a sua vida da fé e encontrarem novos caminhos de realização familiar.
Pastor 3 (Presbiteriana) TRADICIONAL	E há aquela linha da Reforma Protestante... mais calvinista, mais identificada com a Confissão de Fé de Westminster... ...diz que o novo casamento só é possível se o primeiro foi desfeito por adultério ou abandono obstinado que não possa ser remediado, o texto é esse, por um juiz ou por pastores. ... Tem que ver caso a caso. Mas, o padrão, o paradigma é esse aí. É o que eu acredito.
Pastor 4 (Batista) FLEXÍVEL	Hoje em dia você percebe, por exemplo, uma certa abertura para a compreensão da possibilidade de divórcio e também de novo casamento... ...você tem comunidades, minha congregação, por exemplo, a gente tem inclusive líder... de segundo casamento.
Pastor 5 (Batista) Flexível	Existem maneiras diferentes de pensar, mas recentemente, revendo essas questões, eu fiquei um pouco mais flexível em relação a posições anteriores a esse respeito. Um pouco, naturalmente, afetado pela pressão cultural. Por mais que a gente queira negar, a gente acaba sendo influenciado pela cultura.
Pastor 6 (Batista) TRADICIONAL	As condições bíblicas. É somente no caso de adultério. E mesmo assim, a primeira opção é o perdão. Mas, se uma pessoa não consegue conviver depois de uma traição, de um adultério, segundo o Velho e o Novo Testamento, há essa possibilidade. Mas, não para casar de novo depois. Pra continuar solteiros e se dedicar à fé e ao ministério.
Pastor 7 (Ass. De Deus) FLEXÍVEL	A igreja tem sido muito tolerante com isso. ... hoje, eu acho que a igreja evangélica, ela tem mais compreensão, é mais flexível na aceitação do divórcio, do que a igreja católica. ... A gente não pode lutar contra, contra o que é real. Contra o concreto. Né? Não pode. Porque o divórcio é o desfazimento do casamento. Queira ou não. Do jeito que com a morte, quem tá vivo tá livre pra casar com quem quiser, o divórcio aconteceu, desfez o casamento, o laço que ligava os dois. Então, ele tá livre pra casar novamente. ... nós temos que nos quedar diante daquilo que é a realidade. E agora, não pode também punir, penalizar a pessoa, sendo que ela vai, vai reconstruir a vida dela.
Pastor 8 (Ass. De Deus) TRADICIONAL	...ainda que um casal, ou que alguns casais, ou que um grande número de casais não esteja vivendo esses princípios, pra mim prevalecem os princípios. ... Se eu sou um cristão, se eu sou um evangélico, eu tenho que observar o princípio da Palavra de Deus.
Pastor 9 (Ass. De Deus) FLEXÍVEL	Nós trabalhamos sempre com a ideia de não divórcio. Em qualquer situação, em qualquer circunstância, em qualquer caso. No entanto, não radicalizamos, porque é uma realidade concreta e que você tem que conviver com ela, trabalhar com ela no dia-a-dia. ... Às vezes o divórcio, ele se torna uma forma de reconstrução. Né? Vamos imaginar: divorciou, não casou mais, o quê que essa pessoa vai fazer da vida, se ela quer ter um companheiro, quer ter uma companheira? Né? Eu acho que faz parte da, do trabalho, e é necessário que haja uma compreensão nesse sentido.

A Tabela 4 classifica os pastores quanto ao seu posicionamento acerca desses critérios. Eles foram classificados como tradicionais ou flexíveis. Os dados refletem uma polarização dos posicionamentos dos pastores dentro das três denominações evangélicas estudadas. Essa polarização significa que em cada denominação há dois pastores que se mostram mais flexíveis às mudanças que estão ocorrendo no modelo tradicional, enquanto um defende a manutenção do rigor doutrinário. Mesmo os mais rigorosos mostram-se flexíveis em algum aspecto. Nenhum pastor mostrou-se totalmente rígido, no sentido de acatar todos os critérios do antigo e tradicional modelo evangélico de relação conjugal.

Um exemplo disso é o posicionamento do Pastor 8, que foi enfático ao afirmar que há uma normatização bíblica que precisa ser respeitada. A afirmação dele é a de que isso está acima das vontades individuais. Ao falar sobre o novo casamento de evangélicos divorciados, entretanto, ele se mostrou aberto às decisões individuais, ao afirmar: “Uma decisão pessoal. Uma decisão particular”. Na sequência, o entrevistador fez uma pergunta direta e específica, para confirmar se ele acredita que os dois ex-cônjuges podem se casar novamente, mesmo tendo se divorciado devido ao adultério. A resposta foi: “Sim, desde que tomem essa decisão”.

Observou-se, ainda, certa flexibilidade no posicionamento do Pastor 3 no que diz respeito à inclusão, no rol de membros da igreja, de pessoas que se casaram novamente tendo se divorciado sem obedecer aos critérios tradicionais. Ele se posicionou como um adepto dos princípios tradicionais e da denominação, citando a Bíblia e a Confissão de Fé de Westminster. Ao ser perguntado sobre o novo casamento de evangélicos divorciados, no

entanto, ele considerou a possibilidade do arrependimento e do perdão, como se observa na fala abaixo:

Primeiro, se separou e não era pela razão bíblica. Segundo, casou de novo, e às vezes casou com outra pessoa divorciada que também não era pela razão bíblica. E a pessoa quer ser membro da igreja. Não posso rejeitar, porque a igreja tem que acolher. O papel da igreja é acolher todos. O único pecado que não tem perdão, de acordo com a Bíblia, é a blasfêmia contra o Espírito Santo. Então, se há um arrependimento, procuro levar o casal a entender que ao tomar aqueles passos, eles erraram. Não é? Eles erraram. Mas, que há perdão. E se há um arrependimento genuíno, então nós podemos entender que Deus perdoou. A pessoa errou, mas reconhece. A palavra de Deus está cheia de promessas de que aos contritos e arrependidos ele concede o perdão. (Pastor 3)

O novo status da tradição entre os fiéis desafia o pastor. Ele se vê diante de uma situação na qual precisa, ao mesmo tempo, observar os referenciais doutrinários e acolher pessoas que os transgrediram. O arrependimento é um recurso legítimo apresentado pela tradição cristã. Fica evidente, no entanto, que o perdão não traz apenas um benefício de natureza espiritual. Tradicionalmente, no caso de haver um divórcio por adultério, a pessoa que foi infiel ficaria definitivamente impedida de casar-se novamente. Ela poderia se arrepender e ser acolhida como membro da igreja, mas ficaria impedida de ter um novo relacionamento conjugal. O ponto que evidencia a destradicionalização é a decisão dessas

peças de passarem por todo o processo de divórcio e depois assumirem um novo casamento sem a orientação ou anuência pastoral.

O pastor reconhece o arrependimento e investe no desejo de pertencimento, em um período em que muitos fiéis estão abandonando as tradições, e, muitas vezes junto com elas, a própria igreja e a própria fé. Não se pode deixar de considerar, contudo, que ao longo do processo a tradição foi negada. Essa negação precisa ser compreendida como uma influência de um novo modo de se relacionar com as orientações tradicionais.

A (re) inclusão dos arrependidos sem uma observação rigorosa dos critérios da tradição pode significar uma flexibilização do pastor por pressão de um mercado religioso cheio de opções. Esse mercado está repleto de igrejas não tradicionais. O não acolhimento pode resultar na diminuição do número de membros, em um contexto no qual o trânsito religioso já ocorre por outras razões. Essas razões nem sempre estão relacionadas a crises ou rejeição do acolhimento. No caso do Pastor 3, trata-se de um pastor presbiteriano, ou seja, líder de uma igreja histórica.

O trabalho de Bartz (2012) mostra que boa parte do trânsito religioso entre evangélicos brasileiros atualmente se dá na saída de membros de igrejas históricas para igrejas pentecostais e neopentecostais. As igrejas históricas parecem sofrer maior impacto do que os outros segmentos evangélicos, no atual cenário de crise.

O Pastor 5 também mostrou disposição para acolhimento de pessoas que transgrediram a normatização convencional para realizarem o divórcio e novo casamento.

Ele, no entanto, afirma que mesmo havendo perdão e (re) inclusão, essas pessoas tornam-se um exemplo negativo para a igreja. Suas afirmações foram:

Existem duas coisas diferentes: a vontade diretiva de Deus e a vontade permissiva de Deus, que é baseada na graça. Então, a vontade diretiva de Deus é que o que Deus uniu o homem não separe. Agora, caso, pela dureza de coração, venha a acontecer o divórcio, a princípio ele não deveria casar de novo. Mas, se casar de novo, não vai se queimar no fogo do inferno. Ele vai viver debaixo da vontade permissiva de Deus, mas o seu estado civil não é modelo, não é exemplo pra ninguém.

O Pastor 5, mesmo mostrando rigor na observação da tradição bíblica para o casamento, utiliza uma interpretação teológica para flexibilizar a condição dos divorciados e recasados que não obedeceram os princípios tradicionais. O perdão, para ele, significa a abertura para se casar novamente, mesmo não sendo essa a vontade de Deus.

Os crentes evangélicos brasileiros parecem estar tomando suas decisões de modo autônomo, sem dar aos pastores a oportunidade de opinar e afirmar aquilo que consideram ser correto. Os dados sugerem que esses pastores estão sendo desafiados a lidar com situações que não ocorriam com uma alta frequência e agora estão ocorrendo. Esses líderes parecem estar diante de uma realidade que não é a ideal, mas acerca da qual precisam pensar soluções, tentar e arriscar novos modos de agir.

O posicionamento mais rigoroso do pastor pode resultar no esvaziamento da sua congregação, considerando a diversidade de oportunidades oferecidas no mercado religioso evangélico. Talvez por isso, mesmo os pastores que apresentam uma postura mais próxima

dos referenciais tradicionais, mostram-se flexíveis em alguns aspectos. A fidelidade denominacional dos membros de igrejas tradicionais evangélicas está sendo desafiada por um grande número de atrativos oferecidos por novas igrejas.

Essas novas igrejas oferecem cultos mais interessantes, com características de espetáculo, uma estética atraente, uma linguagem mais popular e um discurso que promove o bem-estar imediato dos ouvintes. O discurso tradicional e a formalidade da linguagem parecem não atender às expectativas da maioria dos evangélicos brasileiros na atualidade (Adam, 2013; Paegle, 2014; Pires, 2010). Ao falar em polarização, portanto, deve-se considerar uma escala que vai de um extremo conservador a outro que representa grande flexibilidade em relação aos referenciais tradicionais. Dentre os pastores entrevistados, mesmo os que estão mais próximos do extremo conservador apresentam posturas flexíveis sobre o divórcio e o novo casamento. A tradição é citada, mas a prática parece pressioná-los a tomar decisões mais flexíveis.

Essa polarização entre os princípios tradicionais e os novos revelada nas falas dos pastores gera desafios e evidencia um estado de indefinição de modelos claros de referência. Parece já não ser possível pensar no posicionamento de uma denominação como uma instituição coesa, organizada em torno das mesmas orientações que estão afirmadas nos seus documentos oficiais e na tradição que representam.

Em cada denominação tradicional escolhida para fazer parte dessa pesquisa há líderes que apresentam maior ou menor adesão aos modelos tradicionais. Há que se considerar que essa abertura dos Pastores para adotarem uma postura que de um lado reconhece e aponta o

erro, mas de outro acolhe o pecador arrependido, representa uma interpretação da fé que não significa necessariamente o afastamento da tradição. A destradicionalização é evidenciada na falta de definição de um padrão nas posturas dos pastores de uma mesma denominação, assim como no afrouxamento disciplinar.

Tomando por base os referenciais tradicionais, os crentes evangélicos mesmo arrependidos, caso transgredissem os princípios estabelecidos pela doutrina sofririam consequências disciplinares. Os divorciados que não haviam sido traídos ou abandonados, por exemplo, poderiam se arrepender e continuar em comunhão com a igreja, desde que permanecessem solteiros. Havia uma ética do limite que era tanto comunicada no discurso como servia de referencial rígido para a atuação dos pastores. Os dados desta pesquisa, ainda que tenha sido realizada com apenas nove pastores, revelaram que tanto o discurso dos pastores como os relatos da prática pastoral evidenciam a formação de uma nova tendência. Uma fala do Pastor 4 confirma esse estado de indefinição e de renovação de posturas: “É meio difícil eu generalizar e falar em casamento evangélico, porque hoje não existe mais o que se possa definir como evangélico. Não tem um padrão mais”. Da mesma forma, o Pastor 1, ao tratar do novo casamento de evangélicos divorciados, afirmou: “Eu tenho dificuldades quanto a isso. Confesso a você, porque, como é que você gera padrão? É muito difícil você gerar padrão”.

Uma importante evidência da destradicionalização ainda pôde ser observada no contraste entre o desejo dos fiéis e a tradição. Os relatos e posicionamentos dos pastores revelaram que há uma preocupação maior com o bem-estar das pessoas do que com a

obediência rígida à aplicação dos critérios tradicionais para se conceder o divórcio e o novo casamento. Isso ficou claro nos trechos das entrevistas que seguem abaixo:

Alguns pastores, em algumas igrejas, têm feito assim, digamos, uma... podemos chamar assim, de uma liturgia do divórcio, né?um pequeno ritual. Discreto, dentro do gabinete, não público. Para que o casal, mesmo se separando, faça isso sem carregar mágoas, ressentimentos, para o bem dos filhos e até mesmo para a saúde do casal. (Pastor 2)

O Pastor 9, ao ser perguntado sobre o que pensa acerca do novo casamento de um evangélico divorciado, respondeu:

Eu penso que é uma nova oportunidade de crescimento. Uma nova oportunidade de se fazer certo. É, eu penso que as pessoas tem, de certa forma, o direito de reconstruir suas vidas. Porque eu acho que assim como você pode se dar mal no casamento, você também pode se dar mal na vida financeira, você pode se dar mal na vida profissional. Penso que o casamento desfeito, ele, às vezes, é tão grave como outras perdas que você tem na vida e que você tem a chance de reconstruir. Eu sempre trabalho na perspectiva da reconstrução. Não é? Da pessoa se reencontrar, encontrar uma boa pessoa, ou a pessoa com quem ele acerte. Pelo menos essa é... é o trabalho que a nossa igreja tem desenvolvido. (Pastor 9)

Foi feita, então a seguinte pergunta ao Pastor 9: “Mas, independente das condições em que o divórcio aconteceu, a denominação permite que os dois se casem novamente?”. A

resposta foi: “Permite. Permite. Permite e, hoje, não só permite. Vai, ministra, ora, né? Às vezes o divórcio, ele se torna uma forma de reconstrução”.

O mesmo posicionamento foi constatado com o Pastor 7. Ao ser perguntado, de forma direta, se há um referencial normativo para se definir quando a pessoa pode se casar de novo ou não, ele respondeu: “Não. Não tem. Divorciou, ele está... ele está livre”. Ambas as falas evidenciam um processo de flexibilização de posturas que está ocorrendo dentro de denominações evangélicas tradicionais.

“O casamento convencional está caindo em desuso”: percepções do etos dos fiéis

O foco deste subtópico é apontar a percepção dos pastores entrevistados quanto ao etos dos membros das igrejas, no que diz respeito às crises conjugais e ao divórcio. Uma evidência importante de destradicionalização é a relativização da Bíblia e das doutrinas das denominações como referências para a ética de vida. Ao aceitarem o conteúdo bíblico como palavra de Deus, os evangélicos estão aceitando que ela afirma verdades absolutas e imutáveis. As doutrinas das igrejas, comunicadas em documentos e nos discursos dos líderes resultam de interpretações da Bíblia, conforme o viés teológico de cada igreja.

A relativização desse conteúdo significa a rejeição dos referenciais éticos tradicionais. Esse é o ponto de partida fundamental do qual as outras evidências da destradicionalização do casamento convencional se desdobram. Uma dessas evidências se manifesta na presença de uma nova postura acerca do divórcio entre evangélicos brasileiros, tanto leigos quanto pastores. A Tabela 5 apresenta as principais causas dos divórcios entre evangélicos, apontadas pelos pastores.

TABELA 5

Relatos dos pastores sobre os fatores que têm levado ao divórcio

Pastor	Fatores que têm levado ao divórcio
Pastor 1 (Presbiteriana)	1) Pressão do contexto cultural; 2) Infidelidade quanto ao compromisso do casamento; 3) Facilitação da legislação; 4) Problemas de comunicação
Pastor 2 (Presbiteriana)	1) Pressão do contexto cultural; 2) Individualismo; 3) Busca de autorealização/autossatisfação; 4) Conflito de interesses; 5) Problemas de comunicação; 6) Infidelidade Conjugal/Adulterio.
Pastor 3 (Presbiteriana)	1) Facilitação da legislação; 2) Dinheiro; 3) Criação de filhos; 4) Insatisfação sexual; 5) Infidelidade Conjugal/Adulterio; 6) Problemas de comunicação; 7) Incompatibilidades.
Pastor 4 (Batista)	1) Pressão do contexto cultural; 2) A percepção de que o divórcio é uma opção viável e aceitável; 3) Influência da mídia.
Pastor 5 (Batista)	1) Falta de preparo dos casais; 2) Falta de investimento das igrejas na preparação dos casais.
Pastor 6 (Batista)	1) Infidelidade Conjugal/Adulterio; 2) Incompatibilidade de gênios.
Pastor 7 (Ass. De Deus)	1) Baixo nível de tolerância; 2) Falta de respeito.
Pastor 8 (Ass. De Deus)	1) Falta de compromisso com a Palavra de Deus.
Pastor 9 (Ass. De Deus)	1) Crises financeiras; 2) Falta de consciência a respeito do casamento; 3) As pessoas se casam muito jovens; 4) Expectativas de que o outro traga felicidade

Os dados apresentados na Tabela 5 mostram que apenas quatro, dentre os nove pastores entrevistados, citaram o adultério entre as principais causas de divórcio entre evangélicos. Apenas o Pastor 3 destacou essa causa como sendo a principal. O Pastor 1 cita a infidelidade, mas não dá a ela uma conotação puramente sexual: “E quando me refiro à infidelidade, apesar de que essa expressão normalmente é usada para tratar de questões sexuais, eu não me refiro só a isso”. Para esse pastor, a infidelidade está relacionada à ruptura com o compromisso do casamento, para além do adultério.

Uma questão importante é a relativização da Bíblia. Ao questionarem a autoridade das orientações bíblicas, as pessoas estão rejeitando uma ética do limite, ou seja, uma ética prescritiva,

punitiva e vista como atemporal. Daí se pode inferir a abertura para a adequação a uma ética hedônica. Isso fica claro na fala do Pastor 1: “Hoje, a ideia de que ser cristão é ser obediente à palavra de Deus também sido tratada com certo relativismo. E isso causa problemas” (Pastor 1).

O fato é que a maior parte das causas de divórcio apontada pelos pastores entrevistados mostra a rejeição de uma ética do limite e a adesão a uma ética hedônica. Isso também denota a afirmação da autonomia dos crentes para tomarem suas decisões, dentro de um projeto de procura da felicidade. O Pastor 8 deixa isso claro ao apontar uma única causa para o divórcio: “a falta de compromisso com a Palavra de Deus”. Isso quer dizer que os crentes têm se separado por razões desautorizadas pela Bíblia.

Os fatores mais citados em todas as entrevistas como causa do divórcio foram: pressão do contexto cultural e problemas de comunicação. Várias outras causas apontadas caracterizam o modelo de relacionamento vigente na sociedade hedocultural: individualismo, frustração quanto à expectativa de que o/a outro/a o/a faça feliz, problemas com dinheiro, insatisfação sexual, conflito de interesses e influência da mídia. O fato das pessoas se casarem muito jovens e a falta de consciência a respeito do casamento também foram argumentos mencionados. A questão remete à proibição de práticas sexuais antes do casamento, e já foi apontada como outro desafio a ser enfrentado pelo mundo evangélico.

“Não há uma reação única”: análise das reações das comunidades evangélicas ao divórcio

Nos tópicos anteriores, foram avaliados os posicionamentos dos pastores quanto ao casamento, ao divórcio e ao novo casamento. Foram avaliadas, ainda, as principais causas do divórcio, apontadas pelos pastores. O presente subtópico analisa o modo como os pastores percebem as reações das comunidades evangélicas aos divórcios que acontecem no seu contexto. São reações aos divórcios de pessoas que também são membros dessas comunidades. A Tabela 6 mostra relatos dos pastores que exemplificam esses tipos de reações.

TABELA 6

Reações das congregações ao divórcio.

Pastor	Relatos do Pastor
Pastor 1 (Presbiteriana)	1) Ela não é única, a reação. A Bíblia trata o divórcio como uma atitude de pecado. Ou seja, ela normalmente acontece porque alguma coisa tá sendo quebrada. Tá? Então, isso causa desconforto. 2) Então, a reação da igreja, ela é muito emocional. Por quê? Porque a convivência não é com o indivíduo. É como ele, com o cônjuge dele, com os filhos. Então, é uma família se quebrando. É como se sua família também estivesse se quebrando, porque há uma relação. 3) Contudo, existe na igreja hoje, já, uma tendência de... aceitar. Antigamente era totalmente inaceitável, hoje não.
Pastor 2 (Presbiteriana)	É bem variado, né? Mas, de um modo geral, a tendência é sempre de... receber a... a... o... a separação de um casal com muita tristeza, com muita dor. ... A vida de uma comunidade é muito intensa. Quer dizer, a forma como uma comunidade reage a um divórcio é como uma família reage quando um filho, quando alguém ligado àquela família passa por uma situação assim, né?
Pastor 3 (Presbiteriana)	1) Eu tenho visto vários tipos de reação. Muitos se compadecem da parte que foi vítima, por assim dizer. E condenam a parte que deixou, né? Chamada "culpada" ou que provocou a separação. 2) Outros consideram como sendo normal esse tipo de coisa. 3) Quando há instrução bíblica para a congregação, elas geralmente olham como sendo uma coisa não desejada. Como sendo uma coisa grave e que merece a atenção pastoral e o cuidado pastoral. Não é bem visto, nessas comunidades que são instruídas no que a Bíblia diz sobre o divórcio. Porque a posição bíblica é meio... meio não, ela é pesada.
Pastor 4 (Batista)	1) Divórcio raramente causa uma reação de largo impacto na comunidade, é... na igreja... a não ser que seja de um líder, de alguém com muita visibilidade. 2) Mas, é... Eu vejo que existe uma dor, uma tristeza ainda, nos sentimentos das pessoas. Mas, não há mais um posicionamento crítico.
Pastor 5 (Batista)	Infelizmente, tá cada vez mais comum. A sociedade, ela vai moldando também, em parte, o pensamento da igreja. ... se é só um frequentador, numa igreja grande como a nossa, acaba nem ficando público o assunto.
Pastor 6 (Batista)	1) ...numa igreja como a nossa, que eu diria, tem uma... uma abertura maior para essas situações, não é? Não é tão conservadora demais... o que acontece é que o grupo vai tentar apoiar um ao outro, nessas situações, tentar ajudar. 2) Agora, aqui e acolá tem alguns que ficam numa atitude condenatória. ... Por exemplo... mulheres que se divorciaram, é... digamos, e que tem já uma amizade aqui... então, elas passam a ser vistas como ameaças para os casais (risos). Isso é curioso. Ou seja, a... a esposa, as esposas passaram a proteger os seus expostos e a afasta-los, quando vêm se aproximar alguém que...uma mulher, por exemplo que foi divorciada.
Pastor 7 (Ass. De Deus)	Eu vejo assim: quando... quando é uma igreja postada num setor mais evoluído, que tem maior nível de educação... de compreensão, é mais aceito. Não é? Entre as pessoas mais simples, as congregações às vezes não aceitam. Tem mais dificuldade de assimilar a questão do divorciado, às vezes, participando da ceia, ocupando uma função na igreja... Depende do nível sociocultural...
Pastor 8 (Ass. De Deus)	E a comunidade não vê com bons olhos os casos de divórcio. As pessoas que se divorciam, elas encontram uma certa resistência, porque ela vai viver divorciada dentro de uma comunidade que não quer o divórcio.
Pastor 9 (Ass. De Deus)	Ah, sempre muito negativa. ... Ele é sempre assimilado com muito pesar. As pessoas que se são divorciadas, elas acabam sofrendo. Eu acho que o estigma, que também não tá presente só na igreja... E... as pessoas que são divorciadas, elas acabam sofrendo um pouco de preconceito, né?

A maior parte dos relatos (seis) aponta para um impacto negativo do divórcio nessas comunidades. As reações mais comuns são emocionais, tais como tristeza, dor, pesar, desconforto. Os pastores falaram da dificuldade em assimilar a situação em função da quebra da família e assumiram que existe preconceito e condenação. Por outro lado, disseram que ocorrem também reações de aceitação e apoio nas situações de crise.

Dos nove pastores entrevistados, entretanto, cinco afirmaram que pelo menos uma parte da congregação aceita com naturalidade. Um deles mencionou que as pessoas se mostram neutras, ou aparentemente indiferentes ao divórcio. O Pastor 5 ressaltou ainda que há impacto somente se o divórcio for entre pessoas que ocupam funções de liderança e estão em destaque na igreja. Por se tratar de uma igreja muito grande (mais de 10 mil membros), os divórcios entre membros normalmente passam despercebidos pela maioria.

Apenas dois pastores relataram que há pelo menos uma parte da igreja que reage ao divórcio com rejeição ou resistência. O Pastor 6 relatou casos de discriminação contra mulheres divorciadas. Essa discriminação parece vir, na percepção dele, por parte de mulheres casadas. As divorciadas parecem ser vistas como ameaças ao próprio casamento. O preconceito contra essas mulheres parece ser o de que elas têm maior tendência a atraírem a atenção dos homens casados, já que não têm um parceiro. Fica também evidente uma possível questão relacionada às construções de gênero: existe uma expectativa social de que mulheres sejam capazes de fazer diversos sacrifícios em prol da manutenção da relação e com frequência são culpabilizadas pela “falha” em manter o casamento (Diniz, 2011, 2013).

O Pastor 7 disse que as reações dependem do nível de instrução e sociocultural das pessoas. Ele afirmou que em comunidades com nível sociocultural mais elevado, onde há pessoas com melhores níveis de informação, o divórcio é mais aceito. Nas comunidades formadas por pessoas de baixo nível de instrução, há um incômodo maior e certa vigilância. Ele destacou que quando um divorciado comunga (participa da ceia), isso causa incômodo nas pessoas.

O Pastor 2, apesar de ter destacado as reações de tristeza da igreja diante do divórcio, também fez considerações sobre a variação das reações de acordo com o perfil de cada comunidade. De acordo com ele, comunidades formadas por pessoas com menor nível de instrução tendem a ouvir mais os pastores e a terem reações mais coesas. Nas comunidades onde há maior nível de instrução, os membros são mais autônomos, isto é, dependem menos da orientação pastoral e apresentam mais opiniões próprias, autônomas. Nessas igrejas de membros mais emancipados da orientação não há uma reação coesa da comunidade. Cada membro reage de uma forma distinta, de acordo com as suas opiniões pessoais. Esse processo fica exemplificado na fala abaixo:

Existem igrejas que são bastante conservadoras, de pessoas com pouca instrução, que depende muito da orientação do seu líder. E dependendo da orientação do seu líder é a forma como vão reagir ou não, né. São mais dependentes disso. Então você vai encontrar um tipo de reação bem típica numa igreja assim. Uma igreja de gente mais instruída, que lê mais, que tem... que pensa de forma mais autônoma, você vai encontrar reações mais diferentes, mais diversificadas, né. (Pastor 2).

Essa percepção do Pastor 2 mostra que há, provavelmente, um grau de destradicionalização mais elevado em comunidades com nível de instrução maior. As pessoas que leem mais e que são mais instruídas parecem mostrar uma atitude mais autônoma. Essa autonomia é um traço importante do processo de destradicionalização, que será abordado no próximo subtópico.

“Procuram quando já se decidiram”: a crise de legitimidade da autoridade pastoral

Uma questão central no modo como a destradicionalização afeta o ambiente religioso diz respeito à questão da autoridade. Em um primeiro sentido, isso já foi tratado nas análises dos tópicos anteriores. A autoridade dos textos sagrados, nesse caso a Bíblia, está sendo colocada em questão. Como disse o Pastor 8, toda a crise do casamento se dá pela “falta de compromisso com a Palavra de Deus”. Um segundo sentido dessa crise afeta a principal figura de autoridade dentro das comunidades evangélicas: o pastor. A Tabela 7 mostra evidências de que a legitimidade da autoridade pastoral está em crise.

TABELA 7

Relatos dos pastores sobre a procura dos casais pelo aconselhamento pastoral

Pastor	Fala
Pastor 3 (Presb.)	Afirmção 1 Raramente. Nós, infelizmente, já pegamos os casos bem encaminhados. São poucos os casais que, ao enfrentar uma crise, eles vem procurar ajuda, numa fase em que ainda podem ser ajudados. ... Tipo assim: já saiu de casa, já tá morando com outra pessoa, ou já foram no cartório com advogado e já deram entrada no divórcio.
	Afirmção 2 Sim. Quando finalmente a gente consegue que eles venham ser orientados, aconselhados, pastoreados, então há, sim, há uma tentativa. Porque o ato de nos procurar já indica uma disposição de querer ouvir e obedecer. Se há uma predisposição para não obedecer, eles não vêm nem em busca de ajuda.
Pastor 4 (Batista)	Afirmção 1 É, existe um percentual importante dentro da igreja que procura esse tipo de aconselhamento sim. Mas, existe também uma parcela da comunidade que só procura depois que a decisão já está plenamente tomada. Então, vem comunicar que vai casar, até porque normalmente usa serviços da igreja, né, pro casamento também. E alguns casais, eles só procuram pra comunicar que eles já tomaram a decisão do divórcio.
	Afirmção 2 Com exceções, sim. ... Existe, também, um percentual de pessoas que procuram ajuda, mas não estão procurando ajuda, estão procurando apoio para a decisão que já foi tomada. E é diferente vir em fase de decisão pra levar os conselhos em consideração.
Pastor 5 (Batista)	Afirmção 1 Tem os dois. Graças a Deus, aqui na igreja tem tido muito, é, muitos casais que procuram previamente e a gente acompanha. Mas, também o aconselhamento em meio a crise, que também a gente acaba ministrando. Ah, claro, que chega primeiro no líder de célula, se ele frequenta uma célula.
	Afirmção 2 Com certeza. Acredito que todo casal cristão, ele leva muito em consideração o que os pastores falam. É que às vezes procuram um pouco tarde demais, quando o leite está bem derramado. Aí fica difícil éé, mesmo com as orientações pastorais, evitar danos maiores.
Pastor 7 (A.D.)	Afirmção 1 As pessoas normalmente nos procuram quando tá quase tudo resolvido. Não é? Você não tem muito o que fazer mais. ... Quando chega ao aconselhamento, eles já chegam com a decisão tomada, muito convictos, né?
	Afirmção 2 ...eles levam. Não é? Tanto é que eles não fazem nada sem me procurar uma orientação ou uma comunicação. Não é? ... Seja já, já, já pra pedir uma orientação, ou pra comunicar uma decisão, mas eles valorizam muito a liderança do pastor. Não é? ...Eles levam em consideração sim.
Pastor 8 (A.D.)	Afirmção 1 Tendem. Principalmente quando as pessoas confiam no pastor. Quando as pessoas sabem que o pastor trabalha com ética. Quando o pastor mantém em sigilo aquilo que ele ouve das suas ovelhas, dos membros da igreja. Quando eles veem que o pastor é preparado pra ser um conselheiro, pra ser um orientador.
	Afirmção 2 Geralmente sim. ... eles procuram os pastores. ... E nós ensinamos isso aos membros: que as pessoas devem receber de bom grado a palavra de Deus através dos pastores. ... Rarissimamente um casal vem a se separar, a se divorciar, sem o conhecimento do pastor.
Pastor 9 (A.D.)	Afirmção 1 Ah, os casais em crise, eles dificilmente procuram. Eles procuram quando já não tem mais como é... se esconder. Não tem mais como recusar ajuda. E geralmente, quando procuram, procuram num estado já bastante avançado de crise.
	Afirmção 2 A, sim. Levam. ... Por duas razões, né? Primeiro pelo acompanhamento que eu faço e, e, e, e de vê-los, às vezes progredindo, avançando.

A Tabela 7 apresenta as declarações dos pastores acerca do reconhecimento da sua autoridade. Quando houve falas contraditórias, as duas foram apresentadas. A Afirmação 1 apresenta as respostas à pergunta “Na experiência do Sr. como pastor, os casais tendem a procurá-lo para aconselhamento no momento da decisão por casar ou se separar?”. A afirmação 2 apresenta as respostas à pergunta “O Sr. se sente reconhecido, ou seja, o Sr. percebe que os casais levam em conta a sua orientação?”. Nas três primeiras entrevistas, não foram feitas questões sobre isso. Elas foram incluídas a partir da quarta. Isso ocorreu porque foi constatada a necessidade de reformulações e melhorias no trabalho, quando o mesmo já estava em andamento.

Alguns participantes mostraram-se ambíguos quanto à percepção da crise da autoridade pastoral. Em vários casos, apareceram contradições em seus relatos. O Pastor 8 foi o que mostrou maior coerência entre as duas respostas. Ele admitiu que existem exceções, mas que ainda há mais pessoas que reconhecem e ouvem suas orientações do que o contrário disso. Na sua fala, ele aponta uma definição da relação tradicional, orientada pela Bíblia, entre os membros da igreja e os pastores:

Mesmo que o pastor, com fundamento na Bíblia, a palavra de Deus, venha a discordar de alguma decisão, de algum desejo do casal, ainda assim eles procuram ouvir o pastor. É um guia espiritual. Na carta aos Hebreus, capítulo 12, versículo 17, está escrito: obedeei a vossos pastores. Sujeitai-vos a eles, porque eles zelam pelas vossas almas, como pessoas, como obreiros que tem que dar conta delas diante de Deus. (Pastor 8)

A fala do Pastor 8 mostra que há um critério de orientação para a relação dos crentes com os pastores, que se coloca acima das vontades e desejos das pessoas. Ao se submeterem a essa orientação tradicional, as pessoas estão aceitando a heteronomia de uma ética do limite. Na maior parte dos relatos dos pastores, constata-se um afastamento dessa ética.

Os Pastores 3, 7, 9, e em parte o Pastor 5, apresentaram afirmações que parecem ser contraditórias. Ao serem perguntados se os casais procuram orientação, responderam que infelizmente o fazem quando o processo de crise já está avançado e/ou então quando já tomaram uma decisão. Ao falarem sobre o fato de serem ou não reconhecidos, e se os casais seguem suas orientações, responderam que sim.

É possível que essas contradições possam ser justificadas pela falta de compreensão das implicações quanto ao desafio tradição/mudança presentes nas perguntas que foram feitas pelo entrevistador. A pergunta "*O Sr. se sente reconhecido, ou seja, o Sr. percebe que os casais levam em conta a sua orientação?*" - parece comunicar com clareza o que está sendo questionado. Apesar disso, eles disseram que se sentem reconhecidos porque os casais, mesmo que já tenham tomado a decisão final, vêm conversar e informar a eles. O pesar que sentem é não poderem fazer mais nada. Além disso, as afirmações dos pastores entrevistados de que os casais seguem suas orientações podem estar fazendo referência à dois momentos distintos de interação com os casais: o primeiro seria em relação àqueles que fazem parte da minoria que os procuram previamente; o segundo pode dizer respeito ao fato de que os casais que já decidiram e o procuram para aconselhamento aceitam suas orientações.

O Pastor 4 parece sugerir isso, ao afirmar que aqueles que o procuram, apesar de não serem muitos, o fazem com a intenção de ouvir a orientação. Para ele, o ato de procurar o pastor já anuncia uma disposição para ouvir e levar em consideração o que ele irá orientar. Saber se essa orientação foi realmente seguida é uma questão para pesquisa futura.

Os Pastores 5 e 8 apresentaram análises mais realistas. Ambos afirmaram que não há uma atitude padrão em suas igrejas em relação à procura por aconselhamento diante de dificuldades/crises conjugais. Parte dos membros da igreja procuram a orientação pastoral e parte não. O Pastor 4

avaliou que em torno de 70% dos casais procuram orientação e 30% não. Ele admite, entretanto, que alguns casais que o procuram supostamente querendo ouvi-lo, têm outras intenções. Ao invés de apresentarem a disposição para serem orientados, os casais buscam legitimar, através do pastor, decisões que já foram tomadas. A autonomia para decidir, portanto, é afirmada. O pastor passa a ser, nesse caso, um prestador de serviços. Ele parece ser visto como um possível aliado para se conseguir maior aceitação familiar e social para a decisão que tomaram.

O Pastor 5, apesar de apresentar semelhança de posicionamento em relação ao Pastor 4, também mostrou uma contradição na sua segunda resposta. Inicialmente ele admite que existem os dois tipos de atitude em relação à procura pela orientação pastoral. Na resposta seguinte, entretanto, ele afirma que todo casal cristão leva em consideração o que os pastores falam. Na sequência, ele lamenta que hajam casos nos quais a procura só acontece quando a situação já se tornou irreversível. Se esses casais são membros da igreja e estão ouvindo as orientações públicas nos eventos e nas reuniões da igreja e deixam para procurar ajuda quando a crise atingiu um estágio terminal, isso parece significar que não há disposição para se submeterem às orientações, ou até mesmo que as orientações não estão sendo oferecidas.

Chamaram a atenção, também, os relatos do Pastor 9. É importante ressaltar que se trata de um pastor com graduação em psicologia. Ele admitiu que a maioria dos casais não procura ajuda ou o fazem quando a crise já se tornou muito grave. Uma das considerações que ele fez é que existem congregações e comunidades que estão preparadas para atender determinadas demandas, enquanto outras não estão. Ao longo de toda a entrevista, ele mostrou preocupação com o bem-estar e a realização das pessoas, ao invés de ressaltar a primazia de algum referencial normativo.

Os relatos e posicionamentos do Pastor 9 sugerem que a sua formação acadêmica no campo da psicologia pode estar exercendo influência no seu modo de atuar como pastor e de enxergar as

pessoas e seus problemas. Isso significa que a sua formação acadêmica e profissional também pode estar exercendo influência sobre o seu modo de se posicionar frente aos referenciais tradicionais.

Pode-se afirmar a presença de uma possível mistura, evidenciada nos relatos do Pastor 9, das funções de psicólogo/terapeuta e de pastor/conselheiro pastoral. Se o bem-estar, o progresso pessoal, ou a felicidade das pessoas é uma prioridade, será necessário relativizar a ética do limite imposta pela tradição bíblica. Nesse caso, ainda que os atendimentos sejam feitos de modo gratuito e fique claro que está ocorrendo um aconselhamento pastoral e não uma terapia conjugal, os objetivos que norteiam o seu trabalho podem ter maior proximidade com a atuação profissional.

Essa dinâmica é apontada por Campos (2005) como um traço importante e que reflete a mudança de perfil dos pastores tradicionais, em um cenário cultural mutante. Nesse cenário, surgiram novas figuras de pastores, que por vezes possuem formação acadêmica e concorrem com profissionais da psicologia e da psicanálise. Esse fato também caracteriza a destradicionalização da função pastoral por mostrar a necessidade de inclusão de novos referenciais além dos ensinamentos bíblicos. A destradicionalização não é necessariamente afirmada pelo uso de informações oriundas de uma formação acadêmica e de um treinamento técnico. Ela ocorre quando o bem-estar do indivíduo e outros ideais humanísticos são priorizados em detrimento de orientações e doutrinas que são afirmadas pela tradição como verdades absolutas e imutáveis.

Entre os seis (6) pastores que responderam à questão acerca de procura prévia dos casais pela orientação dos pastores antes de tomarem decisões acerca do casamento ou do divórcio, quatro (4) afirmaram que apenas uma minoria dos casais procura a orientação pastoral para tomarem suas decisões, seja para se casarem ou se separarem. Uma afirmação que se repetiu em várias entrevistas é que os casais procuram o pastor para comunicar as decisões que eles já tomaram. Nesses casos, o pastor pode estar confundindo o reconhecimento da sua autoridade com o reconhecimento da sua

distinção social dentro da comunidade. Apesar da orientação pastoral não ter um papel definidor nas decisões que as pessoas tomam, elas acham importante comunicar o que decidiram.

O Pastor 4 apontou uma das possíveis razões pelas quais jovens casais que decidiram se casar sem procurar orientação, vão até o pastor: “Então, vem comunicar que vai casar, até porque normalmente usa serviços da igreja, né, por casamento também”. Não há, nesse caso, uma relação tradicional entre uma autoridade religiosa e um membro da igreja. A relação é instrumental, de natureza pragmática: o pastor é a pessoa que autoriza o uso do espaço da igreja para cerimônia do casamento e que também cumpre um papel nessa cerimônia.

A referência a esse processo também pode ajudar a compreender porque os casais que decidem se divorciar procuram o pastor, mesmo sem a intenção de ouvir seu parecer sobre isso. Como já foi mostrado, o novo casamento é uma realidade nessas igrejas. O uso do espaço e dos serviços do pastor para um novo casamento é outra possibilidade. Essa procura pode acontecer, portanto, como um ato político, de natureza funcional-pragmática.

“O que não foi perguntado, mas eu quero falar”: declarações espontâneas

Ao final de cada entrevista foi feita uma pergunta aberta, que dava a cada pastor a oportunidade de falar sobre qualquer tema que desejasse. A pergunta foi: “Há alguma questão sobre a qual o Sr. não foi perguntado, mas gostaria de falar?”. Essa foi uma parte interessante das entrevistas, porque surgiram pontos que ajudaram a complementar os temas centrais do trabalho. Esses pontos foram reveladores sobre como eles se veem no cenário cultural atual e quais os desafios os preocupam.

O Pastor 2 apontou um ponto positivo no cenário de crise. Para ele, o casamento perdeu o seu caráter de solidez e o divórcio deixou de ser uma possibilidade distante. Com isso, as igrejas foram desafiadas a olhar o casamento com mais atenção. Sua fala mostra seu entendimento do processo:

Por todas as mudanças que a sociedade, a civilização vivenciou nos anos 60, 70, 80, e isso tornou o divórcio uma realidade muito, muito presente, muito forte, né. O que por um lado é muito bom. Assim, não o divórcio, né? A mudança fez com que a igreja, os cristãos, voltassem a considerar que não basta ter uma instituição sólida. É preciso que se tenha um relacionamento bom. Um relacionamento significativo. E, então, houve todo um... e tem havido todo um esforço para tornar esse relacionamento um relacionamento mais do que... éééé... uma instituição cristã, ou uma instituição bíblica, né... como nós cristãos também vemos o casamento. Mas, também, como um relacionamento que seja bom, que seja significativo. Então, um, uma literatura vastíssima surgiu. E inúmeros esforços e inúmeros grupos e organizações foram, é, acontecendo pra fortalecer a experiência familiar, e as relações familiares, não só do ponto de vista da relação conjugal, mas também do, do relacionamento dos pais com os filhos. (Pastor 2)

Fica evidente que a crise do modelo tradicional de casamento desafiou os evangélicos, tanto leigos quanto pastores. O que antes era sólido tornou-se frágil, volúvel. Isso gerou uma demanda que, de acordo com o Pastor 2, está produzindo reações no mundo evangélico. É importante notar, no entanto, que esse mesmo pastor afirmou, na sequência dessa resposta, que esse esforço não tem sido suficiente para diminuir o medo que as pessoas têm em relação ao casamento. Esse medo pode ser traduzido como insegurança ontológica (Bauman, 2008). Parece predominar, apesar do esforço das igrejas, um crescente pessimismo em relação à vida conjugal:

Mas, por outro lado, é ainda um cenário frágil. Um cenário delicado. Um cenário confuso. E as pessoas têm medo. E se sentem inseguras. Estão demorando cada vez mais para casar. E parece que quanto mais demoram, mais inseguras se tornam, né. Acho que passam aquela fase do ímpeto da juventude para casar, e, e, e, e quando deixam pra casar mais tarde parece que tornam-se um pouco mais cínicos, um pouco mais desconfiados, o que torna o casamento ainda muito mais instável, muito mais delicado, muito mais vulnerável. (Pastor 2)

Outra questão importante foi apresentada em forma de queixa pelo Pastor 1. Ele reclamou do posicionamento dos terapeutas conjugais. De acordo com ele, há terapeutas que incentivam o fim do casamento, visando à felicidade dos indivíduos. Isso entra em conflito com o objetivo do aconselhamento pastoral, que é apresentar-se como apoio para evitar os divórcios. A declaração do Pastor 1 foi a seguinte:

Sobre a terapia conjugal. Eu tenho tido dificuldades no pastoreio, com algumas terapias, algumas coisas que tem sido feito e que eu não sou contrário a elas. Acho que elas têm o seu papel e elas são importantes. A minha abordagem ela é puramente bíblica, e ela é uma abordagem também. Mas, a partir do momento que eu trato indivíduo em detrimento ao resto, onde o meu paciente é o meu alvo e para ele estar bem eu posso sugerir, por exemplo: “olha, o seu casamento tá sendo empecilho para você”. Eu acho que esse tipo de coisa é prejudicial também. Eu acho que uma terapia ou qualquer abordagem que trata o indivíduo dentro de um contexto social básico que é a família, que é um valor muito importante, ele em momento algum pode ser desprezado, ou pode ser tratado como algo que precisa ser descartado para que o indivíduo viva bem. E eu tenho encontrado muito isso aqui. Sabe, eu acho que essa linguagem, ela precisa ser melhorada. Eu sei que existem princípios éticos dentro da, da área de vocês, que isso é importante, que a gente não pode, mas na prática eu tenho percebido que

não tem sido muito assim. Não tem mesmo. E eu acho que isso precisa ser revisto, precisa ser mais observado. (Pastor 1)

O Pastor 1 parece perceber uma oposição entre o seu trabalho e o de alguns terapeutas conjugais. Isso é percebido como um dos desafios à sua abordagem. Ele afirma que tanto a atuação dos psicólogos como a sua, cada um com seu tipo de abordagem, são válidas. O problema se situa no dilema entre privilegiar o casamento ou o indivíduo. O critério adotado por um/a terapeuta de casal é a promoção da felicidade dos indivíduos, ainda que isso implique na ruptura de um relacionamento conjugal.

O Pastor 1 considerou esse tipo de atitude como sendo antiética. É antiético direcionar/impor uma decisão sem analisar com a pessoa todas as implicações a curto, médio e longo prazo da decisão que será tomada, além de suas consequências futuras. Na percepção dele, a ocorrência desses casos não é pontual, mas frequente. O Pastor 1 identificou um desafio externo ao seu ambiente de atuação. Os pastores que serão citados a seguir falaram sobre outro desafio externo.

Dos nove pastores entrevistados, quatro mencionaram a questão do casamento entre pessoas do mesmo sexo. Essa não foi uma questão na qual o entrevistador tocou em qualquer momento das entrevistas. Isso apareceu, contudo, de modo espontâneo na questão aberta. Essa parece ser uma preocupação importante para os pastores. Um deles mencionou o problema de forma mais indireta, entre outras questões que significam a desconstrução do modelo de família tradicional. Os outros três foram mais diretos.

O Pastor 6, na pergunta aberta, leu parte da Declaração Doutrinária da CBB e mencionou que há vários desafios modernos àquela definição tradicional de casamento e família. Diante disso, o entrevistador perguntou quais eram os desafios modernos aos quais ele se referia. Na resposta, ele

falou do aumento do número de divórcios, da naturalização da poligamia através da aceitação social dos relacionamentos extraconjugais, e das uniões homossexuais. A sua fala foi:

Então, esse é um desafio moderno muito grande pra nós. É, no sentido, por exemplo, do casamento het... heterossexual. Está aí o desafio das uniões, é, entre pessoas do mesmo sexo, ou do mesmo gênero, né. Eu prefiro dizer do mesmo gênero. Esse é um desafio grande. Como enfrentá-lo nesses tempos? Com a reafirmação dos princípios originais. Isso não quer dizer que, por exemplo, que a gente não respeite opiniões divergentes, opiniões contrárias, ou posicionamentos individuais. De jeito nenhum. Não quer dizer isso. Apenas quer dizer que a nossa convicção tá baseada nesses princípios lá atrás. (Pastor 6)

O Pastor 8 foi mais enfático e direto na defesa do ideal do casamento heterossexual. Ao ouvir a pergunta aberta ele tocou nesse ponto de imediato. Para ele, os pontos mais importantes na definição do modelo tradicional de casamento são a heterossexualidade e as bênçãos do líder religioso e dos pais, conforme explicitado em sua fala abaixo:

A igreja evangélica, ela trabalha muito, ééé, no modelo de família tradicional. Não é? Por isso a igreja evangélica, ééé, tem sido até acusada de homofobia. Quando, na verdade, não somos homofóbicos. Entendeu? Nós somos pregadores da Palavra. Então, o que está escrito na Palavra é o que nós ensinamos. Não é? Por isso, é lógico, nós não aceitamos relacionamentos homoafetivos, homossexuais. Entendeu? Nós pregamos os relacionamentos heteroafetivos, heterossexuais. Você entendeu? É claro que cada ser humano é livre para fazer da sua vida o que ele bem quiser. Se a pessoa é homossexual, entendeu? Ela quer viver como homossexual, é... e a lei permite isso, o ordenamento jurídico permite isso, ela vai estar exercendo o direito dela. Eu não tenho nada a ver com isso. Cada um tem o seu direito, deve exercê-lo. Entendeu? Assim como, também, eu devo ter o direito de ensinar aquilo que creio, aquilo no

que fui ensinado. Entendeu? Como pastor, minha obrigação é ensinar a Palavra de Deus.
(Pastor 8)

Na sequência, ele argumentou que o modelo tradicional que defende o casamento heterossexual não é uma exclusividade das igrejas evangélicas. A família tradicional, no entendimento desse pastor, é defendida em várias religiões. De certo modo, ele está considerando que a abertura social para a celebração das uniões homossexuais ocorre em um contexto em que as religiões tradicionais estão perdendo força, e não apenas a religião evangélica.

Outro pastor que demonstrou preocupação com o problema da homossexualidade foi o Pastor 3. Ele não abordou o tema, nem fez uma explanação a respeito. Sua reação ocorreu de uma forma diferente. Ao ser perguntado se ele gostaria de falar sobre algo que não foi perguntado, ele respondeu: “Não. Eu tô feliz que você não perguntou sobre casamento gay (risos). Porque é um assunto complicado pra falar. E quem sabe em outra entrevista a gente fala sobre isso”. Essa fala mostra que havia preocupação por parte dele quanto à possibilidade desse tema ser abordado.

Por último, o Pastor 4, diante da questão aberta, fez considerações sobre a relação entre casamento tradicional e a saúde das crianças e da sociedade. Ele apresentou uma queixa contra movimentos organizados que, na sua percepção, têm um projeto intencional de desconstrução do modelo tradicional de família. Sua fala segue abaixo:

Eu acho que, hoje, nós vivemos em uma sociedade onde há um trabalho intencional pela desconstrução da família. Ah... Eu não sei hoje, mas no passado isso fazia parte da cartilha do PT. Ééé... como partido político. E eu não tenho vocação política partidária, não tenho preferência política. Mas, isso não foi uma exclusividade. Citei o PT porque é o partido da situação no momento. E isso facilitou um movimento em prol da desconstrução da família, do que é chamado de família tradicional. (Pastor 4)

Esse pastor foi cuidadoso ao mencionar o casamento entre pessoas do mesmo sexo. Ele não deu destaque a isso. É possível inferir, entretanto, que ao falar de ações intencionais contra o modelo tradicional de família, está incluída a preocupação com a desconstrução da heteronormatividade. Isso pode ser observado no trecho da entrevista que segue abaixo:

O que cabe ao governo e à sociedade é garantir os direitos civis de cada cidadão, independente das suas crenças, da sua ideologia, das suas opções sexuais. Nada disso deveria interferir no direito civil de cada cidadão. Agora, no momento em que um governo, uma organização, uma sociedade tem seus líderes, seus pensadores, querendo desconstruir alguma coisa que julgam ser nociva de algum modo, a gente tem ingerência. E com essa desconstrução da família, não se eliminou o preconceito de modo importante, mas se eliminou o ambiente de segurança. (Pastor 4)

Após fazer essas afirmações, o pastor citou um projeto social da igreja que ele lidera. Ele tem uma participação ativa no projeto, que presta serviços de reforço escolar e apoio emocional a crianças do ensino público na periferia da sua cidade. A partir das experiências vividas nesse projeto e da sua prática de aconselhamento pastoral, ele se fundamenta para relacionar a família tradicional ao desenvolvimento saudável, e deixa essa ideia clara na fala abaixo:

As pessoas por trás desses movimentos não têm ideia dos malefícios que estão causando à sociedade, tirando as crianças de um ambiente de proteção e segurança. É inegável, eu atendo pessoas em aconselhamento, que pessoas que cresceram dentro de uma família funcional e de uma família, como agora virou pejorativo dizer “tradicional”, são emocionalmente mais estáveis. São, a rigor, mais bem sucedidas na vida. Têm salários melhores. Seus projetos tem começo, meio e fim. E crianças que cresceram em ambientes disfuncionais, ou não tradicionais, como alguns gostam de dizer, enfrentam muito maiores problemas emocionais.

Eu não tenho uma pesquisa formal, mas em mais de 20 anos de aconselhamento eu aprendi algumas coisas sobre isso. (Pastor 4)

A última questão da entrevista, portanto, mostrou-se como uma oportunidade para que alguns pastores falassem, espontaneamente, de suas angústias, desafios, e preocupações atuais. Foi uma oportunidade, também, para que eles denunciassem o que percebem como ameaças ou injustiças. É notória tanto a indefinição de alguns a respeito de como agir diante do cenário novo, como certa angústia devido a isso.

Conclusão

O presente artigo analisou as opiniões e posicionamentos de nove pastores evangélicos de três denominações tradicionais acerca da influência das mudanças culturais atuais em suas igrejas, no seu trabalho e na vida dos fiéis. O cenário sociocultural vigente e em expansão, de acordo com Pires (2013a, 2013b) é marcado pela emergência de uma nova subjetividade. Essa nova subjetividade se orienta a partir de uma racionalidade do prazer. As características dessa nova subjetividade representam, de fato, uma mudança de paradigma ético: de uma ética do limite, representada pelas tradições religiosas, para uma ética hedônica.

A ética hedônica confunde os conceitos de bom e de bem. Cada indivíduo considera como bem aquilo que é bom para si. Ao analisar o que os pastores estão dizendo sobre essa realidade, teve-se como objetivo verificar se as igrejas evangélicas tradicionais brasileiras têm sido ou não influenciadas pelos ideais hedoculturais emergentes. A influência dos ideais hedoculturais na vida cotidiana e nas práticas religiosas caracteriza um processo que foi chamado por Giddens (1997, 2007) de destradicionalização.

O conceito de destradicionalização, nesse caso, significa que o status da tradição que os evangélicos adotavam para o casamento está mudando. Essa mudança ocorre primeiramente na consciência dos membros das igrejas, para em seguida afetar as comunidades evangélicas e o seu funcionamento. As práticas religiosas, ao se destradicionalizarem, geram consequências - a instituição do casamento e a autoridade pastoral perdem o seu sentido original.

De modo mais estrito, o objetivo do trabalho foi analisar os discursos de nove pastores entrevistados acerca do casamento e da autoridade pastoral nesse contexto de mudança cultural. Desse objetivo, derivaram outros mais específicos. Eles incluíram a verificação de como esses pastores definem o modelo tradicional/convencional de casamento e se percebem a existência de uma crise dos critérios definidores do referido modelo. Incluíram, ainda, a análise dos posicionamentos dos pastores diante das mudanças que estão ocorrendo no mundo evangélico.

A partir dessa problematização foram elaboradas hipóteses que serão retomadas e discutidas a partir dos dados encontrados. A primeira hipótese foi de que os pastores percebem os processos de mudança no modelo tradicional de casamento evangélico, que ocorrem por pressão da tendência sociocultural global de destradicionalização. Os dados, em sua maior parte, confirmaram essa primeira hipótese. Os pastores mostraram-se conscientes de que o casamento tradicional está em crise.

Os Pastores das três denominações também identificaram fatores que caracterizam essa crise, tais como o egoísmo, a frustração de expectativas de realização e felicidade, o individualismo, a intolerância e a falta de compromisso com o principal referencial evangélico, que é a Bíblia. Esses fatores confirmam que os casais estão se orientando por uma ética hedônica. A busca pelo prazer individual e imediato por parte dos casais está sendo percebida pelos pastores. A partir disso é possível compreender que as igrejas evangélicas tradicionais brasileiras parecem estar cedendo às

pressões culturais às quais resistiram até recentemente. Os nove pastores, em grande parte, consideraram de forma clara que as igrejas não conseguem mais se distinguir do ambiente sociocultural no qual elas estão inseridas.

A segunda hipótese pressupõe que a destradicionalização também afeta a legitimidade da autoridade pastoral e enfraquece a figura do pastor como definidora no processo de decisão pelo casamento e pelo divórcio. Essa hipótese também foi confirmada pela fala de oito, dos nove pastores participantes. Quatro deles, entretanto, mostraram pouca clareza diante desse fato. Os pastores 3, 4, 5 e 7 foram contraditórios ao falarem a respeito disso. Em dado momento da entrevista afirmaram que as pessoas têm sido autônomas, decidindo casar-se ou divorciar-se sem observar os critérios tradicionais e sem procurar orientação pastoral. Esses mesmos pastores disseram que se sentem reconhecidos e que as pessoas ouvem a sua orientação.

A terceira hipótese pressupôs que há uma polarização de opiniões e posicionamentos dos pastores dentro de cada igreja. Não há, portanto, uma definição de um referencial norteador único nas igrejas atualmente. Ela foi plenamente confirmada pelos dados. Em cada uma das denominações, houve divergências entre os posicionamentos dos pastores. A distribuição desses posicionamentos foi idêntica nas três denominações estudadas. Em cada um delas houve um posicionamento mais fiel aos critérios tradicionais e dois mais flexíveis. Essa é mais uma evidência relevante de que há um movimento de destradicionalização em processo de expansão nessas igrejas.

A falta de um referencial normativo único para orientar os posicionamentos dos pastores indica que eles estão cedendo gradualmente às pressões culturais. De fato, os referenciais normativos existem em cada denominação evangélica, mas as exigências por maior flexibilidade no modo de lidar com o casamento e o divórcio parecem estar tornando-os rapidamente obsoletos e/ou pouco observados.

As duas igrejas históricas estudadas, Batista e Presbiteriana, têm documentos mais claros do que a Assembleia de Deus, que explicitam suas doutrinas e posicionamentos. Dentre os pastores batistas entrevistados, no entanto, somente um - Pastor 6 - citou a Declaração Doutrinária da CBB. Ele próprio afirmou, todavia, que essa declaração está passando por revisões, para se adequar aos desafios atuais. Este mesmo pastor mostrou-se flexível quanto à aceitação do divórcio e do novo casamento.

Outro pastor batista, o Pastor 5, não citou a declaração doutrinária, mas apresentou posicionamentos mais próximos ao que ela afirma. Do mesmo modo, entre os três pastores presbiterianos entrevistados, somente um - Pastor 3 - citou a Confissão de Fé de Westminster. Essa confissão é o referencial presbiteriano mais antigo e tradicional. Também foi ele quem apresentou um posicionamento mais tradicional.

A Assembleia de Deus foi a única representante do segmento pentecostal. Dentre os pastores assembleianos, apenas o Pastor 8 mostrou um posicionamento tradicional. Ele afirmou, durante toda a entrevista, que a Bíblia deve ser o referencial norteador do que o pastor ensina e do que os evangélicos vivem. Apesar disso, ele se mostrou flexível quanto ao novo casamento de evangélicos divorciados. Os Pastores 7 e 9, também assembleianos, foram mais flexíveis tanto em relação ao divórcio quanto ao novo casamento.

O participante que apresentou um posicionamento mais distante dos referenciais tradicionais foi o Pastor 9. Ele deixou claro que o objetivo do seu trabalho é promover o bem-estar das pessoas. Seu posicionamento sobre o divórcio também chamou a atenção. Ele comparou o fracasso no casamento a outros tipos de empreendimentos que podem falhar em outras áreas da vida, tais como a profissional e a financeira. Essa comparação foi feita do seguinte modo: “Penso que o casamento desfeito, ele... às vezes é tão grave como outras perdas que você tem na vida e que você tem a chance

de se... de reconstruir”. A sua visão do divórcio é que, apesar de ser algo negativo, pode abrir a oportunidade para um novo começo. A nova história pode ser melhor do que a anterior.

Ao final, os relatos dos nove pastores evangélicos brasileiros mostraram que há sinais evidentes de um processo de destradicionalização em andamento, apesar de ainda persistirem traços tradicionais nas igrejas estudadas. Seis, dos nove pastores entrevistados, se mostraram claramente flexíveis em relação ao divórcio e ao novo casamento. Mostraram também naturalidade em relação ao fato dos casais tomarem suas decisões autonomamente. Os pastores 6, 8 e 3 mostraram-se preocupados com a crescente aceitação do casamento entre pessoas do mesmo sexo. Esse é um aspecto importante do modelo tradicional de casamento evangélico que ainda parece ser observado de forma rígida.

O avanço da aceitação social das uniões entre pessoas do mesmo sexo/gênero parece ser visto como uma ameaça. Se as pressões da cultura estão mudando o modo como os evangélicos pensam, certamente os pastores sabem que essa aceitação social das uniões homoafetivas pode alcançar suas igrejas. É possível que esse seja um motivo pelo qual os pastores tenham se manifestado espontaneamente, mesmo não tendo sido feita nenhuma pergunta a respeito do tema. De acordo com o Pastor 6, essa é uma ameaça a um dos princípios fundamentais do casamento tradicional, que é heterossexual, monogâmico e indissolúvel. A monogamia e a indissolubilidade parecem estar cedendo espaço às pressões culturais de forma mais clara e rápida. A heterossexualidade parece ser um dos poucos critérios tradicionais, talvez o único, que ainda é observado sem concessões pelos pastores presbiterianos, batistas e assembleianos.

Espera-se que este artigo possa contribuir para compreensão do casamento evangélico atual, bem como para a realidade do trabalho pastoral no contexto da conjugalidade e do divórcio. Esta pesquisa mostrou-se relevante por ouvir representantes de uma classe pouco conhecida e estudada no

campo da psicologia, no Brasil: os pastores. Os nove pastores que participaram da pesquisa são representantes de igrejas evangélicas tradicionais e formadores de opinião em meio a um público que já ultrapassa os 40 milhões de brasileiros (IBGE, 2010/2012). Esse é um público crescente e, por certo, gerador de demandas para o atendimento psicológico. Isso diz respeito tanto às terapias destinadas aos casais quanto às terapias individuais ou de grupo.

Ouvir esses nove pastores, conhecer o que pensam e os desafios que enfrentam, foi de fundamental importância para se compreender que o casamento tradicional, pautado em postura de rígida observância aos preceitos bíblicos, está em franco processo de extinção. Os pastores participantes revelaram que percebem que esse é um momento de crise e que as igrejas não podem negar que são afetadas pelos processos de mudança presentes na sociedade que a cerca.

Ressalta-se que, da amostra estudada (nove pastores), pelo menos seis deles são nacionalmente conhecidos e importantes formadores de opinião nas suas denominações. Dois deles já presidiram as convenções/concílios de sua denominação. Um deles é fundador e atual presidente de um dos campos (grupo de igrejas) mais numerosos na sua denominação. Outro participante é presidente de uma convenção regional e ocupa um cargo importante na mesa diretora nacional da sua denominação. Um dos pastores é líder da igreja local mais numerosa do Brasil na sua denominação, sendo um dos líderes mais proeminentes da nova geração de pastores em sua igreja. Há ainda um pastor que é articulista de uma importante revista evangélica interdenominacional, de circulação nacional. Isso significa que, apesar de ser uma amostra pequena do ponto de vista quantitativo, ela se destaca pela sua representatividade simbólica em relação à população que o estudo visou compreender.

Essa tendência cultural predominante produz reações ambivalentes nesses líderes religiosos. Ela influencia tanto o que pensam quanto suas práticas, e é percebida como ameaça. Os evangélicos

brasileiros, de acordo como Pastor 2, estão olhando para o casamento com desencanto, devido ao aumento do número de divórcios. E esse aumento foi relacionado ao cenário de mudança cultural.

A relevância da questão nos leva, por fim, a sugerir que sejam feitas mais pesquisas incluindo os pastores, suas práticas e perspectivas, assim como suas comunidades. A crise de legitimidade da sua autoridade, bem como os desdobramentos dessa crise precisam ser melhor compreendidos pelo campo da psicologia e da terapia conjugal e familiar. Psicólogos, tanto clínicos como acadêmicos, assim como profissionais e pesquisadores de outras áreas de atuação precisam estar atentos aos processos que afetam os comportamentos individuais e relacionais de um grupo social amplo como é o caso dos evangélicos. Estudar esse universo, hoje, é prestar atenção a uma fonte de demandas por ajuda terapêutica, em um mundo em acelerado processo de mutação.

Referências

- Adam, J. C. (2013). Mal-estar no púlpito: repensando teologicamente a pregação cristã na sociedade da informação. *Estudos Teológicos*, 53(1), 160-175.
- Bartz, A. (2012). Trânsito religioso no Brasil: mudanças e tendências contemporâneas. In: *Anais do Congresso Internacional da Faculdades EST* (Vol. 1, pp. 258-273).
- Bauman, Z. (2008). *Medo líquido*. Zahar.
- Bayer, O. (2007) *A teologia de Martin Lutero: uma atualização*. São Leopoldo: Sinodal.
- Berger, P. L. (2003) *O dossel sagrado. Elementos para uma teoria sociológica da religião*. [Trad. José Carlos Barcelllos]. São Paulo: Paulus.
- Brakemeier, G. (2014). O pastorado em sua definição teológica. *Estudos Teológicos*, 17(1), 55-74.
- Bordin, L. (2014). A Mística como a Verdadeira Essência do Cristianismo. *Revista Observatório da Religião*, 1(1), 146-159.
- Campos, L. S. (1997) A crise na formação do pastor protestante em um contexto de pós-modernidade. *Contexto Pastoral*, Ano VII, n.39, p.7.
- Campos, L. S. (2005) Pastores tradicionais em cenários mutantes: a ocupação-profissão pastor nas igrejas protestantes brasileiras no final do século XX. *Teologia e Sociedade*, v.1, n.2, 6-19.
- Cesar, W. A. (1969) *O clero num mundo em crise*. Petrópolis: Vozes.
- Clinebell, H. J. (1987) *Aconselhamento pastoral: modelo centrado em libertação e crescimento*. São Leopoldo: Sinodal.
- CFP - Conselho Federal de Psicologia (2005). Resolução CFP nº 010/2005. *Código de Ética Profissional do Psicólogo*, XIII Plenário. Brasília, DF: CFP.

- CBB - Convenção Batista Brasileira (1996). *Declaração doutrinária da Convenção Batista Brasileira*. Rio de Janeiro: JUERP.
- CBB - Convenção Batista Brasileira (2011) *Exame e consagração ao ministério pastoral* (2ª Ed).
In: Souza, S. O. (Org.), Documentos Batistas. Rio de Janeiro: Editora Convicção.
- Diniz, Gláucia R. S. (2011). Conjugalidade e violência: reflexões sob uma ótica de gênero. Em Terezinha Fêres-Carneiro (Org.), *Casal e família: conjugalidade, parentalidade e psicoterapia*, 11-26. São Paulo: Editora Casa do Psicólogo.
- Diniz, Gláucia R. S. (2013). Até que a vida - ou a morte - os separe: análise de paradoxos das relações violentas. Em Terezinha Fêres-Carneiro (Org.), *Casal e família: transmissão, conflito e violência*, 190-216. São Paulo: Editora Casa do Psicólogo.
- Delumeau, J. (1989). *Nascimento e afirmação da Reforma*. Pioneira.
- Giddens, A. (1991). *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Unesp.
- Giddens, A. (1997). A vida numa sociedade pós-tradicional. Beck, U.; Giddens, A.; Lash, S. *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: Unesp.
- Giddens, A. (2007) *Mundo em descontrole: o que a globalização está fazendo de nós* (6ª.Ed) Rio de Janeiro: Record.
- Hoch, L. C. (2014). Psicologia a serviço da libertação: possibilidades e limites da psicologia na pastoral de aconselhamento. *Estudos Teológicos*,25(3), 249-269.
- IPB - Igreja Presbiteriana do Brasil (1999) *Manual presbiteriano* (15ª Ed.). Cambuci, SP: Editora Cultura Cristã.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2012). *Censo Demográfico 2010/2012*.

- Leidner, E. L. (2012). Ajuda para lideranças eclesíásticas em crise. *Revista Batista Pioneira*, 1(1), 41-54.
- Libanio, J. B. (2003). Olhando para o futuro: *prospectivas teológicas e pastorais do Cristianismo na América Latina*. (Vol. 9). São Paulo: Edicoes Loyola.
- Lopes, D. V. (2008). *A organização eclesíástica da Assembleia de Deus em Canoas/RS*. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS.
- Luckmann, T. (1967). *The invisible religion: The problem of religion in modern society*. New York: Macmillan.
- Macedo, D. S. D., Fonseca, C. M. M., & Holanda, A. F. (2007). "Eu vim para que todos tenham vida e vida em abundância". Um estudo comparativo de aconselhamento religioso em três vertentes religiosas brasileiras. *Revista da Abordagem Gestáltica*, 13(2), 206-215.
- Mendonça, A. G. & Velásquez Filho, P. (1990) *Introdução ao protestantismo no Brasil*. São Paulo: Edições Loyola.
- Meneses, J. S. (2014). Igreja Evangélica Assembleia de Deus: movimento, continuidade e mudanças. *Revista Lusófona de Ciência das Religiões*, (18-19).
- Minayo, M.C.S. (2007) *O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde*. São Paulo: HUCITEC.
- Mónico, L. M. (2014). *Individualização Religiosa e Otimismo*. Edições Vercial.
- Nepomuceno, J. M. P. (2013) *O pastor protestante brasileiro em busca de legitimidade social*. Dissertação de Mestrado, Ciências da Religião. Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, SP.
- Nouwen, H. (2002) *O perfil do líder cristão do século XXI*. São Paulo: Atos.

- Paegle, E. G. D. M. (2014). A “McDonaldização” da fé-um estudo sobre os evangélicos brasileiros. *Protestantismo em Revista*, 17, 86-99.
- Pires, A. C. (2009) Crise de legitimidade da autoridade pastoral. *Ultimato on-line*. Acessado em 30/09/2014 em: <http://www.ultimato.com.br/editora/conteudo/crise-de-legitimidade-da-autoridade-pastoral#extras>.
- Pires, A. C. (2010). Globalização, desconfeccionização e espiritualidade evangélica no Brasil: uma análise socioteológica. *Estudos de Religião*, 24(38), p.25-34.
- Pires, A. C. (2013a). Sociedade do Glamour, ética do consumismo e a ontologia da verdade: Uma análise crítica à sociedade hedocapitalista. *Estudos Teológicos*, 53(2), p.244-254.
- Pires, A. C. (2013b) A (in) sustentabilidade da vida humana num mundo sem fé. *Ciberteologia - Revista de Teologia & Cultura - Ano IX, n. 44*, p.47-71.
- Pommering, C. I. (2008). *A relação entre a oralidade e a escrita na teologia pentecostal: acertos, riscos e possibilidades*. 2008. 120 f (Doctoral dissertation, Dissertação (Mestrado) _ Instituto Ecumênico de Pós-Graduação, Escola Superior de Teologia, São Leopoldo).
- Pommering, C. I. (2011) Pentecostalidade e pentecostalismo: fatores de crescimento associados à oralidade. *Azuza: Revista de Estudos Pentecostais*, v.2, n.1, on-line. Acessado em 28/10/2014 em:http://ceeduc.org/volume2numero1/pentecostalidade_e_peencostalismo_fatores_de_crescimentos_associados_a_oralidade.pdf.
- Schipani, D. S. (2003) *O caminho da sabedoria no aconselhamento pastoral*. São Leopoldo: Sinodal.
- Schneider-Harpprecht, C. (1998). *Teologia Prática no Contexto da América Latina*. (Org.). (2ª Ed.) São Leopoldo: Sinodal/ASTE.

- Silva, R. R. (2004) *Profissão Pastor: Prazer e Sofrimento. Uma análise psicodinâmica do trabalho de líderes religiosos neopentecostais e tradicionais*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, Brasília, DF.
- Silveira, J. R. (2006) Pastores em crise: os efeitos da secularização e do neopentecostalismo sobre o clero protestante. *Âncora: Revista Digital de Estudos em Religião*, V.1, Maio de 2006, p.106-127. Recuperado em 22/09/2014 em: http://www.revistaancora.com.br/revista_1/04.pdf
- Souza, R. C. (2010) A família evangélica em face dos processos emancipatórios modernos. In: *Fazendo Gênero 9: diásporas, diversidades, deslocamentos*. Recuperado em 08/12/2010, em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1291781079_ARQUIVO_Robson_Souza.pdf
- Szentmártoni, M. (1999). *Introdução à teologia pastoral*. Edições Loyola.

Considerações Finais

Análises teóricas e empíricas compõem esta tese. O conceito central que norteou as análises de todo o trabalho foi o de destradicionalização, em especial, no contexto da conjugalidade evangélica. Anthony Giddens (1997, 2007) utilizou esse conceito para analisar processos de mudança que estão ocorrendo em uma sociedade em processo de transição do tradicional para o pós-tradicional. Em uma sociedade tradicional as instituições sociais, as interações humanas e os costumes eram pautados por referenciais rígidos e estáveis. A subjetividade em uma sociedade tradicional era mais aberta à aceitação de limites morais impostos de modo heterônomo. É nesse sentido que a autoridade da tradição era reconhecida.

A Globalização está dissolvendo as fronteiras rígidas do mundo tradicional. No contexto tradicional a autoridade religiosa ocupava posição de destaque, desfrutava de maior reconhecimento e era acolhida com respeito e reconhecimento. No contexto atual ela é relativizada e, muitas vezes, ignorada por completo. Vivemos, portanto, um cenário de crise. Giddens (1997) considera que “em um contexto de cosmopolitanismo global, as tradições precisam se defender, pois estão sempre sendo contestadas” (p.8). Trata-se de um mundo no qual a tradição mudou de status. A sua autoridade para afirmar verdades absolutas e imutáveis está sendo relativizada. Zygmunt Bauman (2001) utilizou a metáfora do líquido para se referir a esse ambiente social globalizado. A modernidade líquida é caracterizada por essa mudança do rígido para o flexível, volúvel ou fluido.

Bauman (2004) argumenta que a globalização não afetou apenas a economia, a política e outras dimensões da vida externa aos indivíduos. O derretimento das fronteiras éticas abriu um horizonte de possibilidades para a obtenção do prazer. A busca de experiências máximas (ou de máximo prazer) tornou-se a motivação mais marcante para as escolhas, inclusive a escolha conjugal.

Sem contar com o amparo das tradições, os indivíduos se tornaram mais vulneráveis diante de um sem número de opções e de riscos. A insegurança ontológica passou a ser uma marca subjetiva dos indivíduos que habitam o mundo líquido moderno (Bauman, 2008).

Essas reflexões feitas por Zygmunt Bauman (2004, 2008) apontam que a globalização e a destradicionalização ocorrem tanto fora do indivíduo quanto dentro dele. Essa constatação foi o que tornou possível falar em um construto teórico importante para este trabalho: a globalização subjetiva (Pires, 2010). A destradicionalização, acelerada pela globalização, tem implicações importantes para o funcionamento psicológico dos indivíduos vivendo em sociedade.

O diferencial deste trabalho foi a aplicação do conceito giddensiano de destradicionalização a uma realidade mais específica: o casamento evangélico convencional. Esse conceito foi apresentado como uma síntese para a problematização do modelo convencional/tradicional que foi adotado como norma para o matrimônio nas igrejas evangélicas históricas e pentecostais clássicas. Nele, o casamento é compreendido como uma criação de Deus. A Bíblia é o referencial que descreve esse modelo e por isso somente o casamento heterossexual e monogâmico é aceito.

Essa tradição afirma que a vontade de Deus é que o matrimônio seja uma aliança indissolúvel entre um homem e uma mulher. A dissolução dessa aliança só é permitida quando um dos cônjuges comete um ato de transgressão: o adultério. A Confissão de Fé de Westminster, observada pelos presbiterianos, considera ainda a possibilidade de divórcio quando um dos cônjuges abandona a relação. O perdão é apresentado como uma alternativa ao divórcio. O cônjuge traído ou abandonado pode perdoar o transgressor, viabilizando assim a continuidade da relação. Caso a parte traída opte pelo divórcio, esse direito lhe é assegurado. O direito a pedir o divórcio é garantido, pelos presbiterianos, também quando a parte que abandonou a relação mostra-se irreversível nessa decisão.

Esses referenciais convencionais compunham uma fronteira rígida de resistência aos processos de emancipação que emergiram e se fortaleceram na era moderna. Durante muito tempo, as igrejas conseguiram resistir aos processos emancipatórios modernos, tais como a emancipação feminina, a liberdade sexual, a erotização das relações, a abertura para o divórcio e o recasamento, dentre outros (Souza, 2010). A globalização é um contexto no qual essa resistência está sendo enfraquecida. A destradicionalização se faz presente no mundo contemporâneo como um processo cultural em ritmo de expansão e deve ser pensada como um dos desdobramentos da globalização.

Uma das dificuldades em se manter a antiga resistência aos movimentos emancipatórios modernos ocorre devido à dimensão subjetiva da globalização e da destradicionalização. Nisso se justifica o interesse da psicologia por esses fenômenos. O entendimento desse contexto de mudança sociocultural e como ele afeta os indivíduos e as interações humanas, tornou-se imprescindível para a análise de fenômenos subjetivos e intersubjetivos. Não é possível, na atualidade, interpretar a psicologia humana de modo pertinente sem considerar as características desse macro contexto.

O interesse específico deste estudo foi analisar um aspecto da influência da cultura vigente sobre a subjetividade de homens e mulheres evangélicos brasileiros. Mais especificamente, foram abordados os impactos dessas mudanças sobre o modo como homens e mulheres evangélicos brasileiros estão significando e vivenciando o matrimônio, as interações marido-esposa e a dissolução da aliança conjugal. De acordo com Pires (2010, p.29), “o postulado da “imortalidade” (crença na continuidade da vida depois do túmulo) não é mais o que move o “senso da fé” no cotidiano laico do homem religioso inserido no contexto da globalização”. O distanciamento de uma concepção escatológica da vida influenciou o nascimento de um olhar pragmático-hedonista para a realidade. Isso significa que as decisões passaram a ser motivadas por uma racionalidade do prazer e

esse trabalho partiu do entendimento de que esse processo está afetando a forma como homens e mulheres evangélicos brasileiros estão lidando com o casamento (Bauman, 2004; Pires, 2013a).

A desescatologização do modo de pensar dos evangélicos é algo que ocorre especificamente no contexto da globalização, como consequência do processo de destradicionalização e que merece atenção e estudos. Ao abandonarem a esperança escatológica os evangélicos brasileiros estão relativizando ensinamentos tradicionais fundamentados pela Bíblia. Tradicionalmente, a Bíblia é considerada Palavra de Deus e, portanto, inquestionável. A implicação psicológica da desescatologização é que as pessoas deixaram de ver sentido em uma ética do limite. A rejeição dos limites, nesse caso, significa a negação da Bíblia como um referencial absoluto. Disso se origina a repulsa a todo tipo de ingerência externa à própria vontade emancipada do indivíduo. A autoridade, em todas as suas manifestações, está sendo rejeitada. A desescatologização significa a morte da esperança em uma redenção projetada no futuro. O resultado disso é a presentificação da vida. Se o que importa é o aqui e o agora e todas as possibilidades de realização hedônica que se pode desfrutar nesse tempo, então a ética do limite perde o seu sentido (Pires, 2014).

A heteronomia das tradições é a principal adversária da procura por uma realização hedônica a ser alcançada no aqui e agora. O hedonismo passou a ser um fator central tanto na escolha do cônjuge, como nas lógicas de interação estabelecidas entre marido e esposa na relação conjugal. Outra mudança importante diz respeito ao modo de lidar com as crises e com a decisão pelo divórcio. Ao invés de priorizar o projeto conjugal, opta-se por um caminho mais fácil e que não exige a tolerância ao sofrimento. A primazia da individualidade significa a opção pela própria felicidade. De acordo com Bauman (2004), a felicidade, nesse caso, tem um sentido hedônico. Foi com base nessa ideia de supremacia do prazer e da felicidade que Pires (2013a) apresentou o conceito de sociedade hedocultural. Trata-se de uma sociedade em que a procura da felicidade é a variável fundamental que

movimenta a vida social. Nessa sociedade, “a cultura do erótico ganha status de experiência religiosa” (Pires, 2013b, p.55).

É importante entender que há uma lógica de funcionamento na formação de uma sociedade hedocultural (Pires, 2013a). Ao considerar que a vida se restringe ao presente e que o prazer pode ser desfrutado sem culpa, as tradições são questionadas. Questionar as tradições implica na relativização das instituições tradicionais como o casamento e a família. A definição tradicional de família, de base judeu-cristã, passou a ser considerada antiquada. Tornou-se um impedimento à legitimidade das opções individuais diversas. A diversidade identitária é um valor importante em uma sociedade movida por uma racionalidade do prazer. As múltiplas oportunidades de se ser feliz só são viabilizadas se esse valor for afirmado. Devido a essa afirmação, as noções convencionais de casamento e família são enfraquecidas.

Quanto mais a noção tradicional de família é enfraquecida, mais fortalecida se torna a ideia de indivíduo emancipado. A ampliação do espaço para o uso da escolha autônoma depende da rejeição de qualquer ingerência da tradição. Pires (2013b) fala da transição de uma ética do limite para uma ética do prazer. A manutenção de um estilo de vida hedônico não comporta a coerção da autoridade religiosa (tradição). Sem a coerção da tradição, o indivíduo pode fazer a escolha que desejar, sem ter que se submeter a uma heteronomia que normatiza e limita as possibilidades de autossatisfação.

A prática religiosa, assim como a adesão aos preceitos religiosos, perde a sua força em um contexto hedocultural. É nesse sentido que Pires (2014) afirma que a religião chegou ao seu fim. As instituições religiosas se expandem constantemente, mas a religião em seu sentido tradicional está sendo extinta. Os pastores, até então vistos como um dos principais agentes religiosos com a função de preservar e comunicar a tradição também têm a sua influência em franco processo de declínio. A

partir da compreensão do tipo de subjetividade e de vida social que caracterizam uma sociedade hedocultural, deduzem-se as razões pelas quais a legitimidade da autoridade pastoral está em crise. As escolhas orientadas hedonicamente são feitas pelo indivíduo emancipado, sem qualquer sustentação heterodeterminada.

Em uma sociedade tradicional, a ação de cada indivíduo era reprodutora. Isso quer dizer que ele reproduzia escolhas ao invés de escolher autonomamente, processo que remete ao conceito de ação tradicional, de Max Weber (Weber, 2000). A ação social, para Weber, é toda conduta humana intencional, que tem um sentido subjetivo e que leva em conta as ações dos outros. A ação social é tradicional quando motivada por um legado de orientações tradicionais (Santos, 1999; Weber, 2000). O indivíduo que age motivado dessa forma reproduz o que diz a tradição.

Os evangélicos tradicionais, ao escolherem se casar ou se divorciar, o faziam a partir das orientações da tradição judeu-cristã, contidas na Bíblia e ensinadas pelos líderes religiosos. A ação era motivada pelo compromisso com um referencial normativo de origem milenar e, por isso, a autoridade dos pastores era considerada legítima. Ao buscar a orientação pastoral, as pessoas estavam buscando clareza acerca do modelo a ser reproduzido nas suas ações. Isso era feito com uma disposição para a obediência. Os limites estabelecidos eram considerados legítimos e necessários.

O modelo hedocultural de casamento que parece estar se expandindo no mundo evangélico brasileiro dispõe de uma lógica de ação não tradicional, típica do mundo hedocultural. As pessoas decidem se casar, separar, recasar ou permanecerem solteiras sem base nas orientações bíblicas e pastorais, mas para serem felizes. A decisão por permanecer no casamento ou por optar pelo divórcio é feita por cada indivíduo, sem a reprodução da voz das orientações tradicionais. As escolhas são feitas em um vácuo, sem o *nomos* produzido pela tradição.

As análises feitas com base tanto nos referenciais teóricos como nas entrevistas indicaram que o casamento evangélico convencional está se destradicionalizando. Os entrevistados, três mulheres e três homens evangélicos divorciadas/os, além de nove pastores - três representantes de cada uma das três denominações evangélicas tradicionais - demonstraram ter conhecimento do modelo convencional de casamento, mas identificaram uma discrepância entre este modelo e a realidade vivida hoje nas igrejas. Em todas as entrevistas foram identificados traços da presença de um modelo hedocultural de relação conjugal. A heterossexualidade foi o único fator tradicional que se mostrou rígido nas entrevistas com os pastores.

A aceitação do divórcio e do novo casamento tanto pelos pastores quanto pelas mulheres e homens evangélicos divorciados, mostra que a rigidez tradicional está se enfraquecendo. Ao aceitarem com menor rigidez que os casamentos se desfaçam e que os divorciados possam se casar novamente, abre-se o espaço para a opção por um caminho afetado por uma postura hedocultural. Essa opção significa a rejeição de uma ética do limite, na qual o indivíduo aceita a autonegação dos desejos diante do que afirma a tradição. A disposição resignada inclui a tolerância a frustrações e sofrimentos. A ética do prazer tem uma lógica de funcionamento oposta a essa.

A emergência de um modelo hedocultural de casamento evangélico também foi confirmada nos relatos dos pastores entrevistados. Todos reconheceram o fato de que os casais têm tomado suas decisões sem procurar necessariamente a orientação pastoral. Seja para casarem-se ou divorciarem-se, as pessoas estão deixando de reproduzir a tradição e agem de modo emancipado. A procura pelos pastores ocorre, na maioria dos casos, depois que o casal já tomou uma decisão e, em grande parte, em uma atitude de conveniência. O pragmatismo hedonista parece influenciar as relações entre pastores e fiéis. Os pastores são colocados diante de um dilema: utilizar os critérios tradicionais e

correr o risco de ver suas igrejas perdendo membros, ou lidar com os dilemas e desafios que surgem ao atender às demandas hedônicas que são trazidas pelas pessoas.

As evidências apresentadas ao longo deste trabalho sugerem a confirmação das seguintes hipóteses que foram levantadas na construção desta tese:

- 1) As mudanças culturais observadas no mundo globalizado atual estão influenciando um processo de destradicionalização do casamento evangélico convencional no contexto brasileiro;
- 2) Está em expansão, nas igrejas evangélicas brasileiras estudadas, um novo modelo de casamento, aqui denominado como modelo hedocultural;
- 3) O processo de destradicionalização e as influências hedoculturais estão produzindo mudanças no significado do casamento e do divórcio;
- 4) Fica evidente o processo de emancipação das pessoas entrevistadas em relação à autoridade pastoral nas decisões por permanecerem casados ou se divorciarem.

Espera-se que esta tese possa contribuir para despertar o interesse de terapeutas conjugais e familiares assim como de outros psicólogos e pesquisadores pela realidade dos casais e líderes evangélicos na atualidade. O cenário apresentado revela uma crise que carece de maior compreensão. A relação entre destradicionalização e perda do senso de segurança ontológica foi tratada por Giddens (1997) como uma potencial produtora de aumento pela demanda de ajuda psicológica. A compreensão das especificidades dessa população evangélica em particular carece de mais investigações no campo da psicologia contemporânea. A sociedade hedocultural é um novo mundo, no qual surgem novos fenômenos que merecem atenção e estudo.

A hipercomplexificação da vida é uma realidade pungente, principalmente no cotidiano urbano. Já não é possível ignorar o fato de que o mundo evangélico está sofrendo com as pressões

desse novo ambiente cultural. A pertinência da atenção a essa população específica pode ser justificada em pelo menos três argumentos: 1) a população de evangélicos vem apresentando um crescimento consistente e com perspectivas de aumento; 2) há um desinteresse histórico da psicologia científica, com poucas exceções, pelo estudo da religião e de sua importância para a formação das subjetividades; 3) é fundamental compreender os impactos das várias dimensões do processo de destradicionalização e, conseqüentemente, das influências hedoculturais em todas as dimensões da vida das pessoas, e de modo especial, nas subjetividades e nas conjugalidades.

Referências

- Bauman, Z. (2001) *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora.
- Bauman, Z. (2004) *Amor líquido*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora.
- Bauman, Z. (2008) *Medo líquido*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora.
- Giddens, A. (1997). A vida numa sociedade pós-tradicional. Beck, U.; Giddens, A.; Lash, S. Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: Unesp.
- Giddens, A. (2007) *Mundo em descontrole: o que a globalização está fazendo de nós* (6ª.Ed) Rio de Janeiro: Record.
- Pires, A. C. (2010). Globalização, desconessionalização e espiritualidade evangélica no Brasil: uma análise socioteológica. *Estudos de Religião*, 24(38), p.25-34.
- Pires, A. C. (2013a). Sociedade do Glamour, ética do consumismo e a ontologia da verdade: Uma análise crítica à sociedade hedocapitalista. *Estudos teológicos*, 53(2), p.244-254.
- Pires, A. C. (2013b). A (in) sustentabilidade da vida humana num mundo sem fé. *Ciberteologia - Revista de Teologia & Cultura - Ano IX*, n. 44, 47-71.
- Pires, A. C. (2014) O fim da religião e o último homem: uma crítica cristã à razão destrascendente. *Ciberteologia: Revista de Teologia & Cultura*, ano X, n.48, 32-59. Acessado em 05/12/2014, em:<http://ciberteologia.paulinas.org.br/ciberteologia/index.php/artigos/o-fim-da-religiao-e-o-ultimo-homem-uma-critica-crista-a-razao-destrascendente-2/>
- Santos, E. R. (1999). Max Weber e as categorias básicas da sociologia compreensiva: ação e relação social. *Sociologia: textos e contextos*, 106-113.
- Souza, R. C. (2010) A família evangélica em face dos processos emancipatórios modernos. In: *Fazendo Gênero 9: diásporas, diversidades, deslocamentos*. Recuperado em

08/12/2010em:www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1291781079_ARQUIVO_Robson_Souza.pdf

Weber, M. (2000). *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Volume 1. Brasília: UnB.

APÊNDICE A – Termo de aprovação do Comitê de Ética



Comitê de Ética em Pesquisa
Instituto de Ciências Humanas
Universidade de Brasília

Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Campus Universitário Darcy Ribeiro

ANÁLISE DE PROJETO DE PESQUISA

Título do Projeto: CASAMENTO E DIVÓRCIO: O ANTIGO E O NOVO MODELO DE UNIÃO MONOGÂMICA ESTÁVEL NO MUNDO EVANGÉLICO

Pesquisador(a) responsável(a): TIMOTEO MADALENO VIEIRA

Número do projeto: 14-12/2011

Com base nas Resoluções 196/96, do CNS/MS, que regulamenta a ética da pesquisa em seres humanos, o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília, após análise dos aspectos éticos, resolveu **APROVAR** o projeto intitulado "CASAMENTO E DIVÓRCIO: O ANTIGO E O NOVO MODELO DE UNIÃO MONOGÂMICA ESTÁVEL NO MUNDO EVANGÉLICO".

O pesquisador responsável fica notificado da obrigatoriedade da apresentação de um relatório final sucinto e objetivo sobre o desenvolvimento do Projeto, no prazo de 1 (um) ano a contar da presente data (itens VII.13 letra "d" e IX.2 letra "c" da Resolução CNS 196/96).

Brasília, 21 de dezembro de 2011.

Debora Diniz
Coordenadora Geral – CEP/IH

Nota. Ao longo do trabalho, considerou-se mais adequado alterar o título, dadas as análises teóricas e empíricas que foram desenvolvidas. Parte do método que foi submetido ao comitê, não foi executado. As pesquisas com os pastores, assim como com homens e mulheres evangélicos divorciados foram mantidas.

**APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Homens e Mulheres
Divorciados**

Você está sendo convidado a participar da pesquisa sobre “Conjugalidade e divórcio no mundo Evangélico”, de responsabilidade de *Timoteo Madaleno Vieira*, aluno (a) do Curso de Doutorado da Universidade de Brasília, sob orientação da Prof^a Gláucia R S Diniz, PhD.. O objetivo desta pesquisa é conhecer as experiências e opiniões de pessoas evangélicas divorciadas sobre casamento e divórcio.

A sua participação consistirá de duas etapas: 1) Responder a um breve questionário Sociodemográfico e Experiencial, que solicitará algumas informações sobre sua vida pessoal, familiar e religiosa; 2) Participar de uma entrevista, gravada em áudio, que solicitará suas opiniões sobre algumas questões relacionadas ao matrimônio e ao divórcio. É para estes procedimentos que você está sendo convidado a participar. Asseguramos que sua participação na pesquisa não implica em nenhum risco.

Você receberá todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa, e lhe asseguro que o seu nome não será divulgado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo mediante a omissão total de informações que permitam identificá-lo (a). Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como questionários, entrevistas, fitas ou arquivos de gravação ou filmagem, ficarão sob a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa.

Esta pesquisa visa contribuir para a construção de conhecimento acadêmico sobre o casamento evangélico. Espera-se levantar informações que possam ajudar terapeutas de casais e conselheiros a desenvolverem estratégias de ajuda para casais evangélicos em crise, bem como para pessoas evangélicas divorciadas ou separadas.

Sua participação é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios. Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, você pode entrar em contato com o Pesquisador Responsável a qualquer momento através do telefone 062 8425-5922 ou pelo e-mail timoteo.psi@gmail.com.

O pesquisador responsável garante que os resultados do estudo ficarão disponíveis para os participantes, que poderão solicitá-los, depois de finalizados, por meio de cópia impressa ou por e-mail (conforme a sua preferência). Os resultados poderão ser publicados posteriormente na forma de artigos, capítulos de livro ou comunicação em evento científico.

Este projeto foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília - CEP/IH. As informações com relação à assinatura do TCLE ou os direitos do sujeito da pesquisa podem ser obtidos através do e-mail do CEP/IH: cep_ih@unb.br.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o (a) participante.

Assinatura do (a) participante

Assinatura do (a) pesquisador (a)

(Cidade), ____ de _____ de 2014.

APÊNDICE C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Pastores

Você está sendo convidado a participar da pesquisa “Conjugalidade no mundo Evangélico”, de responsabilidade de Timoteo Madaleno Vieira, aluno (a) do Curso de Doutorado da Universidade de Brasília, sob orientação da Profª Gláucia R S Diniz, PhD.. O objetivo desta pesquisa é conhecer opiniões de líderes evangélicos sobre o casamento.

A sua participação consistirá de duas etapas: 1) Responder a um breve questionário Sociodemográfico, que solicitará algumas informações sobre sua vida pessoal, familiar e religiosa; 2) Participar de uma entrevista, gravada em áudio, que solicitará suas opiniões sobre algumas questões relacionadas ao matrimônio. É para estes procedimentos que você está sendo convidado a participar. Asseguramos que sua participação na pesquisa não implica em nenhum risco.

Você receberá todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa, e lhe asseguro que o seu nome não será divulgado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo mediante a omissão total de informações que permitam identificá-lo (a). Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como questionários, entrevistas, fitas ou arquivos de gravação ou filmagem, ficarão sob a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa.

Esta pesquisa visa contribuir para a construção de conhecimento acadêmico sobre o casamento evangélico. Espera-se também levantar informações que possam ajudar terapeutas de casais a desenvolverem estratégias de ajuda para casais evangélicos em crise, bem como para pessoas evangélicas divorciadas ou separadas.

Sua participação é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios. Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, você pode entrar em contato com o Pesquisador Responsável a qualquer momento através do telefone 062 8425-5922 ou pelo e-mail timoteo.psi@gmail.com.

O pesquisador responsável garante que os resultados do estudo ficarão disponíveis para os participantes, que poderão solicitá-los, depois de finalizados, por meio de cópia impressa ou por e-mail (conforme a sua preferência). Os resultados poderão ser publicados posteriormente na forma de artigos, capítulos de livro ou comunicação em evento científico.

Este projeto foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília - CEP/IH. As informações com relação à assinatura do TCLE ou os direitos do sujeito da pesquisa podem ser obtidos através do e-mail do CEP/IH: cep_ih@unb.br.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o (a) participante.

Assinatura do (a) participante

Assinatura do (a) pesquisador (a)

(Cidade), ____ de _____ de 2013.

APÊNDICE D – Termo de Autorização para Utilização de Imagem e Som de Voz para fins de pesquisa.

Eu, _____ autorizo a utilização da minha imagem e/ou som de voz, na qualidade de participante/entrevistado (a) no projeto de pesquisa intitulado *Casamento e divórcio no mundo evangélico brasileiro*, sob responsabilidade de Timoteo Madaleno Vieira vinculado(a) ao/à *Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura (Doutorado) da Universidade de Brasília (UnB)*.

Minha imagem e/ou som de voz podem ser utilizadas **apenas** para análise por parte da equipe de pesquisa, apresentações em conferências profissionais e/ou acadêmicas, atividades educacionais e outros meios de natureza estritamente acadêmico-científica.

Tenho ciência de que não haverá divulgação da minha imagem nem som de voz por qualquer meio de comunicação, sejam elas televisão, rádio ou internet, exceto nas atividades vinculadas ao ensino e a pesquisa explicitadas acima. Estou ciente, também, de que nenhum uso desse material será feito de modo que identifique a minha pessoa. Tenho ciência ainda de que a guarda e demais procedimentos de segurança com relação às imagens e sons de voz são de responsabilidade do (a) pesquisador (a) responsável.

Deste modo, declaro que autorizo, livre e espontaneamente, o uso para fins de pesquisa, nos termos acima descritos, da minha imagem e som de voz.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o(a) participante.

Assinatura do (a) participante

Assinatura do (a) pesquisador (a)

(Cidade), ____ de _____ de 2014

APÊNDICE E – Questionário sociodemográfico e experiencial

Aluno: Timoteo M. Vieira – (Doutorando - PPG PsiCC) --- **Orientadora:** Prof.^a Glaucia R. S. Diniz, PhD.

Tema: Casamento e divórcio no mundo evangélico

Questionário Sociodemográfico e Experiencial

Nome: _____

Idade: _____ **Sexo:** Masc. Fem. | **Cor ou Raça:** Branca Negra
 Amarela Parda ou Indígena

Profissão: _____

Cargo atual: _____

Renda pessoal: R\$0,00 a de R\$1.085,00 R\$1.085,00 a R\$1.734,00 R\$1.734 a R\$7.475,00
 R\$7.475,00 a R\$9.745,00 Acima de R\$9.745,00

Renda familiar: R\$0,00 a de R\$1.085,00 R\$1.085,00 a R\$1.734,00 R\$1.734 a R\$7.475,00
 R\$7.475,00 a R\$9.745,00 Acima de R\$9.745,00

Nível de Escolaridade: Nenhum Ensino Fundamental Ensino Médio

Ensino Superior Especialista Mestre Doutor

Se superior, qual o curso de graduação? _____

Composição familiar atual (Lista de pessoas que vivem na sua casa)

Parentesco*	Idade	Sexo (Masc./Fem.)	Nível de Escolaridade	Frequenta alguma igreja? Qual?

*Pai, mãe, filho (a), irmão (ã), tio (a), etc.

Alguma pessoa da sua família, ou outra pessoa significativa para você já se divorciou ou separou? Quem?

Quem? (Não indique o nome)*	Foi algo esperado ou inesperado?	Há quanto tempo?	Qual foi o impacto na sua vida? (fraco, moderado, forte)

*Indique apenas o tipo de relação: Amigo, primo, pai/mãe, filho (a), irmão (ã), tio (a), etc.

Qual é a sua igreja (denominação) atual? _____

Há quanto tempo você faz parte dessa igreja? DESDE (ano): _____

Quando você se casou, já era membro (a) dessa igreja? Sim Não

Há quantos anos? _____

Quando você se separou, ainda era membro (a) dessa denominação? Sim Não

Como você descreve sua relação com a sua religião? _____

Com que frequência você participa das atividades da sua igreja? Participo de todas as atividades

Mais de uma vez por semana Pelo menos uma vez por semana Participo esporadicamente

Qual a importância e o lugar da sua religião (da sua fé) na sua vida?

Com que frequência você lê a Bíblia? Todos os dias Mais de uma vez por semana

Pelo menos uma vez por semana De vez em quando Não leio

Qual a influência das suas crenças religiosas nas suas decisões no dia-a-dia?

Em que ano você se casou? _____ **Quando se casou tinha que idade?** _____

Em que ano você se divorciou? _____

Como você conheceu o seu ex-cônjuge? (resumidamente)

Que fatores levaram você a escolher essa pessoa na época?

1. _____ 2. _____
3. _____ 4. _____

Vocês têm filhos dessa união? Sim Não

Se sim, como vocês falaram da separação para eles?

Como você vê o IMPACTO da sua separação:

LEGENDA: (1) Muito positivo (2) Positivo (3) Não houve impacto (4) Negativo (5) Muito negativo

Na sua saúde física? ► ANTES () AGORA ()

Na sua saúde mental? ► ANTES () AGORA ()

No seu trabalho? ► ANTES () AGORA ()

Na sua relação com seus filhos? ► ANTES () AGORA ()

Na sua relação com outros familiares? ANTES () AGORA ()

Na sua relação com os amigos? ► ANTES () AGORA ()

Na sua relação com pessoas da sua igreja? ► ANTES () AGORA ()

Na sua relação com a sua fé/crenças religiosas? ► ANTES () AGORA ()

OUTROS:

APÊNDICE F – Questionário sociodemográfico aplicado nos pastores.

Aluno: Timoteo Madaleno Vieira – (Doutorando em Psicologia Clínica e Cultura)

Orientadora: Prof.^a Glaucia Ribeiro Starling Diniz, PhD.

Título: Conjugalidade no mundo evangélico

Questionário Sociodemográfico

Nome: _____ **Idade:** _____

Sexo: Masculino Feminino

Nível de Escolaridade: Nenhum Ensino Básico Ensino Médio

Ensino Superior → Curso: _____ Especialista Mestre Doutor

Estado Civil: Solteiro Casado - desde (ano) _____. Viúvo - desde (ano) _____.

Divorciado/Separado desde (ano) _____. Recasado desde (ano) _____.

Composição familiar atual (Lista de pessoas que vivem na sua casa)

Parentesco*	Idade	Sexo (Masc./Fem.)	Nível de Escolaridade	Frequenta alguma igreja? Qual?

*Pai, mãe, filho (a), irmão (ã), tio (a), etc.

Profissão do pai: _____

Religião do pai: _____. **O pai é/era pastor?** Sim Não

Em caso de resposta afirmativa – qual era a denominação religiosa? _____

Profissão da mãe: _____

Religião da mãe: _____

Alguma pessoa que é significativa para você já se divorciou ou separou? Quem?

Quem?	Foi algo esperado ou inesperado?	Há quanto tempo?	Qual foi o impacto na sua vida? (fraco, moderado, forte)

Há quanto tempo você faz parte da sua atual denominação religiosa? _____

Há quanto tempo está na congregação atual? _____

Há quanto tempo você é pastor? _____

Há quanto tempo é pastor da atual congregação? _____

O que o levou a ser pastor?

Liste 5 vantagens de ser Pastor

- 1.
- 2.
- 3.
- 4.
- 5.

Liste 5 desafios de ser Pastor

- 1.
- 2.
- 3.
- 4.
- 5.

Obrigado pela cooperação!

APÊNDICE G – Roteiro de entrevista com homens e mulheres evangélicos divorciados.**Roteiro de Entrevista**

1. O que você pensa a respeito do casamento evangélico hoje?
2. O que você acha que tem levado casais evangélicos a se separarem?
3. Em que condições você acha que o divórcio de um casal evangélico é aceitável?
4. O que você pensa a respeito de um novo casamento de um evangélico divorciado?

SOBRE A SEPARAÇÃO

5. Como começou/teve início a crise conjugal e quanto tempo ela durou?
6. Que fatores levaram à separação?
7. Quem tomou a iniciativa para a separação?
8. Qual foi, na sua opinião, o momento mais difícil do processo?
9. Alguma autoridade religiosa foi consultada\ouvida no início da crise ou ao longo do processo?
10. (Se sim) Como o contato com essa pessoa ajudou? Como dificultou?
11. Alguma autoridade religiosa foi consultada\ouvida antes da decisão pela separação?
12. Como o seu pastor (s) reagiu à sua separação?
13. Você e/ou o seu ex-cônjuge procuraram ajuda de um terapeuta? Por quê?
14. Se sim, como essa pessoa ajudou? Como dificultou?
15. Qual foi o impacto do divórcio sobre os seus filhos?
16. O que você faria diferente hoje em relação ao processo de conflito conjugal e a separação?
17. Que conselho você daria para pessoas solteiras que pretendem se casar?
18. Há algo mais que você queira dizer e não foi perguntado?

APÊNDICE H – Roteiro de entrevista com os pastores.**Roteiro de Entrevista**

1. O que o Sr. pensa do casamento evangélico hoje?
2. O que o Sr. acha que tem levado casais evangélicos a se separarem?
3. Em que condições o divórcio de um casal evangélico é aceitável?
4. Como o Sr. analisa a reação da congregação à ocorrência de um divórcio?
5. O que o Sr. pensa a respeito de um novo casamento de um evangélico divorciado?
6. Na experiência do Sr. como pastor, os casais tendem a procurá-lo para aconselhamento no momento da decisão por casar ou se separar?
7. O Sr. se sente reconhecido, ou seja, o Sr percebe que os casais levam em conta a sua orientação?
8. Como o Sr. avalia o lugar da orientação do pastor na decisão de um casal no momento de se casar e de se separar?
9. Há alguma questão/reflexão sobre a qual o Sr. não foi perguntado, mas gostaria de falar?